

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Memória científica e institucional: contribuições
conceituais para a Unidade Multidisciplinar de Memória e
Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar**

Samanta do Prado

São Carlos – SP
2018

SAMANTA DO PRADO

**Memória científica e institucional: contribuições
conceituais para a Unidade Multidisciplinar de Memória e
Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Luciana de Souza Gracioso
Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Luzia Sigoli Fernandes
Costa

São Carlos – SP
2018

do Prado, Samanta

Memória científica e institucional: contribuições conceituais para a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar / Samanta do Prado. -- 2019.

165 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Luciana de Souza Gracioso

Banca examinadora: Luciana de Souza Gracioso, Luzia Sigoli Fernandes Costa, Eduardo Nespoli, André Vieira de Freitas Araujo.

Bibliografia

1. Memória científica.. 2. Memória institucional.. 3. Unidade de memória.. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Samanta do Prado, realizada em 28/02/2019:

Prof.ª. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa
UFSCar

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso
UFSCar

Prof. Dr. Eduardo Nespoli
UFSCar

Prof. Dr. Andre Vieira de Freitas Araujo
UFRJ

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Luciana de Souza Gracioso e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof.ª. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa

A vó Natália (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras Luciana e Luzia pela parceria, pela confiança, pela inspiração, e, sobretudo pelo entusiasmo compartilhado pela temática referente à memória.

Agradeço a banca, formada pelos professores André e Eduardo, por terem aceitado ao convite para participarem desse momento importante para mim.

Agradeço as amigas, especialmente Estela, Rebeca, Zaira, Domila, Roselene, Albey, Heytor, Daniela, Marcela, Poliana, Tabata e Michael.

Agradeço ao meu companheiro, Túlio, pela paciência, troca de ideias e apoio.

Agradeço à minha mãe, Milene, e especialmente, à minha vó, Natália, (*in memoriam*) por acreditarem no meu potencial e por incentivarem-me nos estudos.

Agradeço à Capes pelo financiamento dessa pesquisa.

No demais, agradeço a todos que passaram pela minha trajetória acadêmica, e deixaram em mim memórias.

[...] quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser completamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis. (CALVINO, 1990, p.138)

RESUMO

A salvaguarda da memória científica tem sido uma questão cada vez mais trabalhada em diversas instituições, e tem recebido um foco crescente de interesse no contexto das universidades brasileiras. Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre os elementos que possam subsidiar a proposição de – ou complementação da definição do que possa vir a ser caracterizado enquanto – uma memória científica e institucional no âmbito de instituições Federais de ensino superior (IFES), tendo em vista contribuir, ao mesmo tempo, para a complementação e validação conceitual da proposta de criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), criada em 2017. A metodologia adotada é do tipo exploratório e descritivo, com base em uma abordagem bibliográfica e documental. Como fundamentos teóricos, são discutidos: (1) os conceitos de ciência, memória, memória científica, com aporte teórico de autores como Merton (2013), Kuhn (1994), Latour (1997, 2000), Deleuze e Guattari (1995), Morin (2005), Bergson (2010), Halbwachs (2006) e Le Goff (2003); (2) as áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia, com base em autores como Araújo (2014), Ortega (2004), Otlet (1993), Litton (1975), Bellotto (2006) e Buckland (1991); e visando compreender (3) a especificidade de um Centro de Memória no contexto universitário, autores como Camargo e Goulart (2015). Como referências práticas, são analisadas iniciativas relacionadas à salvaguarda da memória científica e institucional, em um conjunto de universidades federais do país, bem como o projeto de consolidação da proposta da UMMA na UFSCar. A expectativa da pesquisa é contribuir para os estudos relacionados à memória científica e institucional no contexto da UFSCar e no contexto universitário de forma ampla. Como resultados apresentamos algumas proposições elaboradas a fim de oferecer sugestões de complementar o documento de criação da UMMA, bem como indicar possíveis caminhos para o futuro desenvolvimento da UMMA.

Palavras-chave: Memória científica e institucional. UMMA. UFSCar.

ABSTRACT

The safeguarding of scientific memory has been an increasingly worked issue in several institutions, and has received a growing focus of interest in the context of Brazilian universities. This work has as general objective to reflect on the elements that can support the proposition of - or complementation of the definition of what can be characterized as - a scientific and institutional memory within the Federal Institutions of Higher Education (IFES), with a view to at the same time, contribute to the conceptual complementation and validation of the proposal for the creation of the Multidisciplinary Memory and Historical Archives Unit (UMMA), Federal University of São Carlos (UFSCar), created in 2017. The methodology adopted is an exploratory and descriptive one, based on a bibliographical and documentary approach. As theoretical foundations, we discuss: (1) the concepts of science, memory, scientific memory, with the theoretical contribution of authors such as Merton (2013), Kuhn (1994), Deleuze and Guattari, Morin (2005), Bergson (2010), Halbwachs (2006) and Le Goff (2003); (2) the areas of archivology, librarianship and museology, based on authors such as Araújo (2014), Ortega (2004), Otlet (1993), Litton (1975), Bellotto (2006) and Buckland (1991); and to understand (3) the specificity of a Memory Center in the university context, authors such as Camargo and Goulart (2015). As practical references, initiatives related to the safeguarding of scientific and institutional memory in a set of federal universities in the country are analyzed, as well as the project to consolidate the UMMA proposal at UFSCar. The research is expected to contribute to studies related to scientific and institutional memory in the context of UFSCar and in the university context in a broad way. As results we present some proposals elaborated in order to offer suggestions to complement the creation document of UMMA, as well as indicate possible paths for the future development of UMMA.

Keywords: Scientific and institutional memory. UMMA. UFSCar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 METODOLOGIA.....	16
3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: CIÊNCIA, MEMÓRIA E MEMÓRIA CIENTÍFICA.....	19
3.1 Ciência.....	19
3.2 Memória	31
3.2.1 A memória e o pensamento complexo	43
3.3 Memória científica.....	45
4 O CENTRO DE MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA.....	51
4.1 A Ciência da Informação e os Lugares de Memória	51
4.2 Biblioteconomia e Biblioteca	62
4.3 Museologia e Museus	67
4.4 Arquivologia e arquivos	72
4.5 Multi, Inter, Pluri e Transdisciplinaridade.....	77
4.6 Centro de Memória.....	85
4.6.1 Coleção versus Acervo	96
5. A MEMÓRIA CIENTÍFICA E INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	99
5.1 A memória científica e institucional na UFSCar.....	99
5.2 A Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar	105
5.3 Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar	113
5.4 A memória científica e institucional nas universidades federais brasileiras: um levantamento exploratório	117
5.5 Etapas da pesquisa exploratória.....	118
6 ANÁLISES E RESULTADOS	128
6.1 A dimensão teórico-conceitual	128
6.2 A dimensão documental	133
6.3 A dimensão propositiva	135
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	143
ANEXO I.....	148
ANEXO II	152

1INTRODUÇÃO

As universidades, em geral, agregam em si histórias reconhecidas pela sociedade como fruto do saber científico, protagonizado por diversos atores e pelos objetos que testemunham os processos de ensino, pesquisa e extensão, tornando-se fundamental que o conhecimento por ela gerado seja registrado e preservado para futuras gerações. Particularmente, a construção histórica de uma universidade é marcada por uma diversidade de fatores que expressam as suas conquistas, no cenário acadêmico, não apenas pelas descobertas científicas, mas também pelos métodos de ensino e pelas atividades de extensão, desenvolvidas junto à sociedade, por meio de eventos institucionais. Uma universidade apresenta um modo de viver e se relacionar, presente na simbologia, refletida em objetos, itens e coleções, gerados ao longo do tempo, entre tantos outros elementos que marcam a sua trajetória e guardam a sua memória enquanto instituição.

Ao longo do tempo, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) vem desenvolvendo ações que visam fortalecer seus objetivos, metas, visões para bem se posicionar nos contextos nacional e internacional do ensino superior e vem, também, reconhecendo a importância da memória científica e institucional para a sua gestão.

Para os fins deste estudo, entende-se a memória científica de forma ampla, vinculada não apenas ao contexto interno da produção da ciência, mas também às múltiplas relações que fazem parte do desenvolvimento científico, em diversos ambientes da universidade, e com a participação de diversos atores. O contexto de interesse para esta pesquisa, portanto, é a universidade. Ela é um lugar de produção científica, por isso contribui para o desenvolvimento de uma memória científica. Por outro lado, a universidade é também uma instituição de ensino superior, com uma estrutura própria, que participa de relações de ensino, pesquisa e extensão. Ela desenvolve, assim, uma memória institucional. Dessa forma, para efeitos deste trabalho, compreendemos que os conceitos de memória científica e memória institucional se confundem e se complementam, por conta da natureza híbrida da universidade.

Como fruto do processo de desenvolvimento da UFSCar, em 11 de maio de 2017, por meio da portaria GR nº 242, considerando a resolução do Conselho Universitário (ConsUni) nº 870, é criada a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), esta vinculada ao Gabinete da Reitoria (GR). A UMMA tem como finalidade garantir o registro, a guarda, a organização, e o acesso da memória na UFSCar, bem como seu patrimônio cultural.

A existência de uma iniciativa desse tipo é importante não apenas para tratar da memória científica acumulada ao longo dos anos na instituição, mas também para proceder da mesma forma com as futuras memórias, dada a continuidade da produção científica. A identificação e o reconhecimento de tais histórias marcam não apenas a comunidade interna da instituição, como também sua comunidade externa. Essa, de forma direta ou indireta, interage com essa memória por meio do uso dos serviços, dos debates sobre temas que afetam a sociedade como um todo, usufruindo de um patrimônio que é tanto material quanto imaterial.

A trajetória acadêmica da pesquisadora norteou a escolha dos autores, bem como a definição da temática e problema de pesquisa. Dois aspectos foram importantes para sua abordagem interdisciplinar: primeiramente, a graduação em Ciências Sociais influenciou a escolha dos autores com uma perspectiva sociológica; um segundo aspecto, a sua recém formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação trouxe à luz alguns estudos desse campo. Nessa segunda graduação, o estudo da memória ganhou destaque com a Iniciação Científica (IC) durante os anos de 2015 e 2016, essa no contexto do aniversário de 45 anos da UFSCar, na qual a autora estudou a questão da memória institucional.

A elaboração das questões de pesquisa para este trabalho teve como ponto de partida algumas reflexões. Entre elas, uma percepção da necessidade de contribuir para a inclusão de novos elementos no processo de consolidação da UMMA (e mesmo da Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar).

O problema da pesquisa gira em torno das seguintes questões: (1) Quais elementos podem subsidiar a proposição de uma memória científica e institucional da UFSCar? (2) Em que medida estes mesmos elementos podem contribuir teoricamente e metodologicamente para a consolidação da UMMA?

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre os elementos que possam subsidiar a proposição de – ou complementação da definição do que possa vir a ser caracterizado enquanto – uma memória científica e institucional no âmbito de instituições Federais de ensino superior (IFES), tendo em vista contribuir, ao mesmo tempo, para a complementação e validação conceitual da proposta de criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) na UFSCar.

Para a realização desse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- (1) Apresentar diferentes concepções de ciência, tendo em vista o objetivo geral do trabalho;

- (2) Apresentar diferentes concepções de memória, tendo em vista o objetivo geral do trabalho;
- (3) Sugerir, com base nos fundamentos anteriores, uma concepção de memória científica;
- (4) Apresentar os conceitos de documento e informação, com base nos estudos da Ciência da Informação;
- (5) Fundamentar e caracterizar as áreas científicas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, bem como de seus lugares de memória (Biblioteca, Arquivo, Museu);
- (6) Discutir os conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinariedade e transdisciplinaridade;
- (7) Apresentar os fundamentos do conceito de Centro de Memória, com base nas discussões anteriores e na bibliografia especializada sobre o tema;
- (8) Analisar a minuta de Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória como base para a proposição da UMMA;
- (9) Identificar e descrever iniciativas nacionais em universidades federais relacionadas à preservação da memória científica, e com base nesta análise, destacar os elementos que podem subsidiar a criação de um centro de memória universitário. Esses elementos incluem: os vínculos, as nomenclaturas, as concepções e os tipos de coleções que os centros de memória agregam em si.
- (10) Elaborar possíveis proposições para a UMMA, tendo como base a discussão teórica desenvolvida no trabalho, a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar, e aspectos das iniciativas identificadas das IFES.

Vale frisar que o conceito de Centro de Memória, utilizado neste trabalho, enfatiza sua concepção como ambiente híbrido (no sentido interdisciplinar da palavra), que articula características das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. A UMMA, atualmente em processo de consolidação, não utilizará necessariamente esta nomenclatura. Ou seja, o conceito de Centro de Memória nos ajuda a compreender algumas características básicas que farão parte da estrutura da UMMA, mas não pretende ser um rótulo para a mesma.

As seções deste trabalho foram organizadas do seguinte modo. Esta primeira seção pretende ser uma introdução geral da pesquisa. A segunda seção é destinada a descrever a metodologia utilizada. Da terceira à quinta seção é feito o desenvolvimento do trabalho. Na

sexta, são apresentadas as análises e os principais resultados. Por fim, na sétima, são colocadas as considerações finais.

A terceira seção deste trabalho é destinada à elaboração do conceito de memória científica, pois esse é um conceito norteador da nossa pesquisa. Para tanto, são apresentadas discussões dos conceitos de ciência e memória.

No que se refere ao conceito de ciência, não há uma definição única ou definitiva do mesmo. Por isso, utilizamos alguns autores da literatura e teorias para que pudéssemos compreendê-lo de acordo com nossas intenções. Para efeito dessa pesquisa, analisamos inicialmente as concepções de ciência de três autores: Robert Merton, Thomas Kuhn e Bruno Latour¹. Por meio de um estudo teórico de suas obras, destacamos as suas diferenças e/ou semelhanças, com a intenção de desvelar as diferentes correntes teóricas e, especificamente, o caráter dinâmico que o conceito de ciência possui em diversos espaços.

Para ampliar essa discussão, trouxemos o conceito de rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari², analisando, por meio de uma relação entre a ciência e os princípios do rizoma, o caráter dinâmico que a ciência ganha, ao se manifestar em diversos ambientes. E por fim, por meio do pensamento complexo da teoria de Edgar Morin³, a visão de uma ciência ampla que analisamos anteriormente se configura, juntamente com outros elementos que a permeiam, em uma concepção de caráter complexo.

No que se refere ao conceito de memória, o recorte teórico para análise dessa temática se baseou nos autores Bergson, Halbwachs e Le Goff⁴. Cada qual com sua particularidade

¹Robert Merton (1910-2003) sociólogo norte-americano, foi considerado o pioneiro na sociologia da ciência. Entre suas obras destacamos: *Sociologia: Teoria e Estrutura* (1949), *The Sociology of Science* (1962), *Social Structure and Science* (1969), entre outros.

Thomas Samuel Khun (1922-1996) foi um físico, filósofo da ciência, que realizou um estudo sobre a história da ciência. Por meio de seus teorias desconstruiu o paradigma de natureza objetiva da ciência. Entre suas obras: *As Estruturações da Revolução Científicas* (1962), *A Revolução Copérnica* (1957), *A Tensão Essencial* (1997), entre outros.

Bruno Latour (1947-), de origem francês, é um antropólogo, sociólogo e filósofo da ciência. Entre suas obras podemos apontar: *Jamais Fomos Modernos* (1991), *A vida de Laboratório* (1979), *Ciência em Ação* (1987), entre outros.

²Gilles Deleuze (1925-1995), de origem francesa, foi um filósofo, ele escreveu diversos estudos sobre filosofia e suas relações com teoria da literatura, pós-estruturalismo e pós-modernismo. Entre seus livros, destacamos: *Le Bergsonisme* (1966), *La philosophie critique de Kant* (1963); Félix Guattari (1930-1992), assim com Deleuze, foi um filósofo francês e psicanalista. Entre seus trabalhos: *Nietzsche et la philosophie* (1962), *Spinoza* (1970), entre outros

³Edgar Morin (1921-). Destacamos aqui seus principais livros: *Os Sete Saberes necessários à Educação* (1999), *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento* (1999), *Ciência com consciência* (1984), entre outros.

⁴O francês Henri Bergson (1859-1941), filósofo, teve seu pensamento uma visão que transcendia ao dualismo. Com estudos relacionados ao papel consciência, é possível notar que ele também insere em seus trabalhos, além da filosofia, os estudos da Psicologia e Biologia. Entre as obras em destaque, apontamos: *Matéria e Memória* (1896), *A Evolução Criadora* (1907) e *O Riso* (1900).

apresenta suas concepções sobre a memória, revelando, dessa forma, a natureza interdisciplinar conceitual da palavra. Em relação aBergon destacamos a relação que é estabelecida entre matéria e memória, sendo a lembrança seu ponto de encontro. Por sua vez, em Halbwachs, com toda influência da sociologia, implicando neste sentido na relação estabelecida entre indivíduo e sociedade, destaca-se a construção de uma memória coletiva.E por fim, em Le Goff, temos uma visão historiográfica sobre a memória e suas implicações sobre as sociedades no mundo. Neste trabalho, a discussão interdisciplinar é importante porque atravessa as relações entre ciência, memória e o contexto universitário.

Ao final da seção, buscamos estabelecer relações entre ciência e memória, tendo como base as discussões teóricas apresentadas, e tendo em vista uma possível compreensão do conceito de memória científica. Ao longo deste estudo, percebemos que o conceito de memória institucional pode complementar e ampliar o conceito de memória científica, quando pensado no contexto das instituições de ensino superior.

Na quarta seção, são discutidos os conceitos de informação e documento, de acordo com Buckland e Otlet, bem como as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, como disciplinas da Ciência da Informação. Ao mesmo tempo, a biblioteca, o arquivo e o museu são compreendidos como lugares de memória, de acordo com Pierre Nora.Trazemos a discussão de Camargo e Goulart sobre o Centro de Memória com a finalidade de compreender sua estrutura e concepção. Por fim, discutimos os conceitos de multi, inter e transdisciplinaridade, bem como de acervo e coleção, de forma relacionada com a questão do centro de memória.

Na quinta seção, é situada a UFSCar e suas relações com o desenvolvimento da memória científica e institucional. É apresentada a minuta da Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da universidade, bem como o documento de criação da UMMA. Em seguida, são apresentadas algumas iniciativas de salvaguarda da memória científica e institucional, em IFES no Brasil, com destaque para as palavras-chave e os procedimentos metodológicos dessa etapa da pesquisa, bem como os principais elementos e análises realizadas.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), com influência da escola durkhemiana, além de se destacar com sua obra sobre o conceito de memória coletiva (Memória Coletiva) livro publicado postumamente (1950), e Os Quadros Sociais da Memória (1925), neste o autor analisa as relações entre as organizações e o lugar dos grupos sociais. s relações entre a organização do espaço urbano e o lugar dos grupos sociais. O historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014) teve com especialidade os estudos sobre a Idade Média. Em suas obras abordou, trabalhou com diversas áreas do conhecimento, entre elas sociologia, antropologia, psicologia, religião, entre outros. Entre suas obras destacamos: As raízes medievais da Europa (2003), O imaginário Medieval (1985), História e memória (1982).

Ao final do texto, apresentamos uma síntese dos principais resultados obtidos na pesquisa. Nesse momento, retornamos a cada um dos objetivos específicos, esboçando possíveis respostas para os mesmos, dentro dos limites desta pesquisa. Retomamos também o objetivo geral da pesquisa, indicando em que medidas nossa investigação contribuiu para o mesmo, e com que limitações. Apresentamos também um quadro propositivo, no qual indicamos algumas comparações entre a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar e o documento de criação da UMMA. Nesse quadro, indicamos possíveis contribuições de ordem técnica e teórica para a consolidação da UMMA.

Por fim, enfatizando o caráter complexo e rizomático do nosso objeto de estudo, buscamos esboçar um mapa conceitual do tema abordado nesta pesquisa, buscando destacar os diferentes aspectos deste estudo, suas relações e indicar algumas possibilidades para investigações futuras.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, esta pesquisa é do tipo exploratório e descritivo. A escolha da realização de uma pesquisa exploratória tem como intenção obter maior familiaridade com o campo da pesquisa (GIL, 2010), para que se tenha uma visão geral da temática estudada. Como base para subsidiar este estudo de caráter exploratório, adotamos uma abordagem bibliográfica e documental. A flexibilidade desse tipo de metodologia permite abranger um leque maior de conhecimentos e informações sobre o objeto do trabalho.

A base bibliográfica da pesquisa se baseou na literatura científica que tratou conceitos de ciência, memória, memória científica, ciência da informação e suas subáreas, centro de memória e multi, inter e transdisciplinaridade. Já a parte documental abre a possibilidade de se trabalhar com documentos institucionais, que façam menção à memória científica e institucional das universidades, como por exemplo: decretos, estatutos, processos, regimentos, portarias, ofícios, notícias, incluindo materiais que estejam disponíveis tanto em formato físico quanto *online*, por meio dos *sites* institucionais de universidades que noticiam sobre a sua história e a salvaguarda da sua memória.

No caso específico desta pesquisa, consultamos documentos institucionais da UFSCar, pertinentes ao universo investigado tais como: decretos, estatutos, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória e, por fim, o documento de criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), juntamente com suas portarias.

Como fonte complementar, a título de conhecer possíveis iniciativas de salvaguarda da memória científica e institucional, no contexto das Instituições de Ensino Superior (IFES) no Brasil, optamos por realizar consulta aos sites institucionais de oito universidades federais: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para essa consulta, foram utilizadas oito palavras-chave, nos campos de busca dos referidos sites, pertinentes ao tema pesquisado: memória científica, memória institucional, lugares de memória, centro de memória, arquivo, museu, unidade de memória e divisão de memória. A partir desse ponto, adotamos uma abordagem descritiva: por meio da análise dos *websites* dessas instituições, descrevemos tanto a forma como foram feitas as buscas, quanto os principais elementos das iniciativas relacionadas à memória científica e institucional que foram identificadas. Esses elementos foram: nomenclatura, vínculos, concepções e coleções. Sintetizamos esses resultados em um quadro descritivo.

Para fins de elaboração dos resultados gerais, buscamos esboçar possíveis respostas para cada um dos objetivos específicos desta pesquisa. Para tanto, elaboramos uma síntese da forma como foram trabalhados os conceitos básicos da pesquisa (memória, ciência, memória científica, documento, informação, ciência da informação e suas subáreas, centro de memória, interdisciplinaridade). Em um segundo momento, elaboramos uma síntese dos principais resultados obtidos a partir da análise dos documentos utilizados (Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar, e documento de criação da UMMA), bem como dos resultados da análise dos elementos identificados por meio das iniciativas das IFES. Por fim, elaboramos um quadro com proposições para a UMMA.

Para a elaboração desse quadro propositivo, realizamos uma análise, tendo como ponto de partida a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar e o documento que estrutura, até o momento, o processo de criação e consolidação da UMMA. Esses dados foram inseridos em um quadro de proposição para a UMMA, no qual as proposições tiveram como base referencial teórico do trabalho anteriormente exposto (com base nas etapas bibliográfica, documental e exploratória da pesquisa).

No que se refere à comparação entre os documentos da Política Integrada e da proposta de criação da UMMA, trabalhamos com algumas questões que nos ajudaram a refletir sobre alguns aspectos de nossas análises: (1) O que pode ser incluído no documento da UMMA? (2) O que a discussão bibliográfica da pesquisa poderia agregar a esse

documento?(3) O que o levantamento exploratório nos sites das IFES poderia agregar a esse documento? Não assumimos a pretensão de responder plenamente a todas essas questões, mas elas fizeram sentido no contexto da análise dos resultados, e nos auxiliaram, a título de possíveis direções para a redação do trabalho.

3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: CIÊNCIA, MEMÓRIA E MEMÓRIA CIENTÍFICA

3.1 Ciência

A ciência não se apresenta como um elemento fixo ou constante na história. Ao longo do tempo ela sofreu influências, modificações, transformações decorrentes de fatores externos (sociais, econômicos, políticos) que influenciam a forma como ela será conduzida ou compreendida. Este tipo de explicação não é algo novo, uma vez que há diversos estudos que desvelam a construção do conhecimento científico.

Pode-se dizer que com o tempo, a ciência e todos os elementos assim envolvidos (teoria, conhecimento e método científico) sofreram e ainda sofrem influências de outros estudos, outros elementos que fazem parte desse ambiente em que a ciência está inserida. A ciência, em todos os seus fundamentos, princípios, características, áreas de conhecimento, transita em várias esferas, setores, ambientes (empresariais, sociais, educacionais, políticos).

Ao longo do tempo, a ciência foi concebida de várias formas, embora não seja possível conceitua-la de uma maneira definitiva. Definida de diferentes maneiras por diferentes autores, a ciência é estudada, de acordo com o contexto, por meio de variados enfoques de análise.

Robert King Merton, por exemplo, considerado o pai da Sociologia da Ciência, foi o primeiro a tratar a ciência como objeto de estudo. Assim como outros sociólogos da ciência da época, Merton tinha como foco o comportamento científico, a análise da estrutura. Para o autor, dois elementos são peculiares às investigações científicas: os elementos internos e os institucionais. No que tange aos tipos internos, estes estão relacionados à coerência lógica e à confirmação empírica. Já os institucionais, por outro lado, estariam relacionados ao *ethos* científico.

Para Merton (2013), a comunidade científica é uma instituição, e assim como outras instituições, possui suas normas, regras internas. No entanto, ela está o tempo todo sendo ameaçada, influenciada pelo que o autor denominou como “os não cientistas”. Neste ponto ele realça a necessidade de fortalecimento da ideia de comunidade por parte dos cientistas, em certo grau, a própria ideia de “irmandade”. Para o autor, a ciência precisa se estabelecer como uma instituição autônoma que seja capaz de resistir a qualquer ataque ao ameaça externa, afirmando assim sua integridade perante a sociedade e as outras instituições:

Os incipientes ataques atuais à integridade da ciência levaram os cientistas a reconhecer sua dependência de tipos particulares de estrutura social. Manifestos e pronunciamentos de associações de cientistas devotam-se às relações entre ciência e a sociedade. Uma instituição que está sendo atacada precisa reexaminar seus fundamentos, restabelecer seus objetivos, buscar seu princípio. (MERTON, 2013, p. 181)

Para Merton, a ciência só vai conseguir manter sua autonomia na medida em que ela for capaz de estabelecer uma série de imperativos consensuais. É preciso, portanto, a criação de regras, normas que os cientistas precisam estabelecer, ou seja, um tipo ideal de comportamento. Se o cientista não tiver este tipo ideal, ele enfraquece o *ethos* científico, conseqüentemente enfraquece a própria ciência.

O *ethos* científico para Merton (2013) abrange os valores de universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado. Esses valores, de certa forma, implicam numa obrigação moral do cientista. A prática dos cientistas deve se basear no universalismo, ou seja, ela deve ter regras, normas para estabelecer a ciência.

Outro tema importante para o *ethos* científico é a questão do comunismo, a questão de como o conhecimento científico deve ser compartilhado. O autor fala do comunismo no sentido técnico, produto comum, compartilhado. A ideia da ciência como propriedade comum, como cooperação, pois a ideia na época era torná-la mais privatizada. Ele ressalta também a importância de pensar a ciência como espaço de originalidade.

Um elemento importante para o *ethos* científico, também frisado por Merton, é a noção de desinteresse, ou seja, o único intuito do trabalho científico seria a ampliação do conhecimento humano, neste caso o progresso do conhecimento científico se sobrepõe ao de natureza pessoal. Os cientistas têm que controlar seu interesse. Não podem agir por ganhos próprios, têm que ter um controle próprio das emoções. Por fim, para o autor, o *ethos* científico é baseado no ceticismo organizado. Para Merton (2013, p. 197).

[...] o ceticismo organizado está inter-relacionado de vários modos com os outros elementos do *éthos* científico. Ele é um mandato tanto metodológico como institucional. A suspensão do julgamento até “que os fatos estejam à mão” e o escrutínio imparcial de crenças em termos de critérios empíricos e lógicos têm periodicamente envolvido a ciência em conflitos com outras instituições.

A comunidade científica tem que estar ao mesmo tempo discutindo a confiabilidade, a consistência das fontes. Isso é um fator metodológico, para que a ciência continue existindo, ou seja, ela tem que criar regras de ceticismo, ela tem que ser averiguada, deve buscar legitimidade constantemente. Em outras palavras, ela tem que ser reconhecida, legitimada pela sociedade.

O enfoque da análise da ciência, realizado por Merton, considera a ciência como uma instituição acima das outras, com uma superioridade com relação a outras formas de conhecimento, como se a ciência fosse perfeita. Seu estudo sobre a ciência é realizado de forma distante, sendo seu enfoque principalmente na estrutura institucional da ciência, na comunidade científica, não estudando neste caso o seu conteúdo, as práticas científicas que acontecem no seu interior. Ele estuda os cientistas, não a ciência. Ele realiza uma sociologia dos cientistas e de suas instituições. Seu interesse recai no comportamento dos cientistas, compreendendo a comunidade científica como uma irmandade, formada por pares.

De modo geral, embora Merton seja um dos fundadores da Sociologia da Ciência, devemos dizer que a ciência não se configura como uma entidade neutra, perfeita. É necessário frisar que a ciência é interdependente de outras instituições, sejam estas culturais, sociais, econômicas, políticas, conseqüentemente, pode-se dizer que não há uma neutralidade científica.

Mesmo que idealizemos certos valores que uma instituição, uma entidade, um campo deve possuir, não podemos desconsiderar algumas características do seu real funcionamento, como: a imperfeição, a diversidade, os vários pontos de vista, a presença dos interesses, dos valores humanos, entre outros. É por meio dessas características que vemos o real funcionamento da ciência, assim como podemos criar dúvidas, rebater teorias que são postas como verdadeiras, como discursos já prontos.

Por essas razões, é importante conhecer outros pontos de vista a respeito da ciência, outras formas de análise que podem complementar e até contrapor a sociologia da ciência de Merton. Historicamente, ao longo dos estudos da área de Filosofia e Sociologia da Ciência, autores como Thomas Kuhn e Bruno Latour, por exemplo, apresentam outras visões sobre como a ciência pode ser analisada.

Kuhn (1994) desvela, sob uma perspectiva historiográfica, uma nova forma de ver o progresso da ciência. Com esta teoria, o autor rompe com os estudos anteriores, como a filosofia positivista da ciência, até então presente, e vista, por exemplo, na teoria de Robert Merton.

Ao confrontar a teoria predominante da época, Kuhn (1994) desmitifica a concepção clássica da ciência. Na visão clássica, a ciência é tida como verdadeira, livre de valores, universal e consensual. Na visão de Kuhn, essas premissas podem ser questionadas. Para esse autor, a ciência não é mais vista como fruto de métodos, descobertas, invenções e teorias acumulativas e sempre consensuais, mas ela está inserida dentro de uma determinada época, resultando na consolidação de uma nova imagem da ciência.

Kuhn (1994) defende que, ao longo da história, a ciência pode passar por diferentes fases. Em alguns momentos, ela se estabelece como ciência normal, um período mais acumulativo e consensual. Em outros momentos podem acontecer as revoluções científicas, estas marcadas por conflitos, quando uma teoria ou premissa é questionada, e substituída por outra.

Neste ensaio, são denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada. (KHUN, 1994, p. 25)

Para Kuhn, a ciência normal seria o resultado de períodos de conhecimentos acumulados gradativamente, sendo que quando interrompidos, eles são intercalados por períodos denominados de ciência extraordinária (rupturas), que nada mais seria que a mudança nos próprios paradigmas que resultam das revoluções científicas. Os paradigmas para Kuhn (1994, p. 13) “[...] são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.”. O novo paradigma científico, em outras palavras, vem como substituição do antigo paradigma, após uma contestação por parte dos cientistas que passam a incorporar uma nova ordenação de ver, discutir, pensar os problemas científicos.

Os aspectos históricos e sociais da ciência são de suma importância para analisarmos como funciona a dinâmica interna da ciência, seus fluxos, seus ciclos, que para Kuhn são alternados entre ciência normal e ciência extraordinária (revolucionária). O que põe em cheque a visão linear e acumulativa, ou seja, para Kuhn o conhecimento científico é feito de forma descontínua, não cumulativa. As revoluções são “[...] aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo incompatível com o anterior.”. (KUHN, 1994, p. 125).

Por isso, a visão de Kuhn nos ajuda a entender alguns limites da visão clássica de Merton. Com as contribuições de Kuhn, podemos perceber que a ciência não é perfeita, não é sempre universal e consensual, pois ela permite o conflito e mudança, a criação de novas formas de pensar, novas teorias, novas premissas. Por isso, as teorias científicas não são verdadeiras, mas modelos imperfeitos da realidade que vão se modificando ao longo do tempo.

Bruno Latour (1997; 2000), por sua vez, repensa a ciência por meio de uma trajetória da antropologia, da filosofia, do uso da etnografia. Em seus estudos ele dá certa continuidade às teorias desenvolvidas por David Bloor, contribuindo para repensar a ciência e a própria

concepção científica, sendo que em suas obras privilegia a interação entre o discurso científico e sociedade por meio de uma perspectiva construtivista. Para o autor, não há distinção entre a ciência e as práticas sociais. É por meio da construção dos artigos, textos científicos, que os cientistas compreendem e divulgam a realidade científica.

Em uma das suas obras, por exemplo, em “Vida de laboratório” (1997), ele realiza uma pesquisa *in loco*, ou seja, dentro do ambiente do laboratório, a fim de estudar a ciência no momento em que ela está sendo construída. Em outras palavras, ele realiza a “etnografia do laboratório”. Para Latour, o laboratório é um símbolo da sociedade moderna, é aquele lugar sagrado, onde as verdades são construídas. Sua proposta é estudar a ciência no local em que ela é criada.

Nossa pesquisa tem por finalidade abrir um caminho diferente: aproximar-se da ciência, contornar o discurso dos cientistas, familiarizar-se com a produção dos fatos e depois volta-se sobre si mesma, explicando o que fazem os pesquisadores, com uma metalinguagem que *não deixe nada a dever à* linguagem que se quer analisar. Em resumo trata-se de fazer o que fazem todos os etnógrafos, e de aplicar à ciência a deontologia habitual às ciências humanas: familiarizar-se com um campo permanecendo independente dele e a distância. (LATOUR; WOOLGAR, 1997 p. 26)

Ir ao laboratório é familiarizar-se com o campo, no entanto é preciso manter certa distância dele, não naturalizar tudo o que é observado, não absorver um discurso pronto do cientista. Sendo que a partir do momento em que se participa daquele contexto, é possível compreender como a ciência é feita, quais são suas prioridades ou não.

Entre os conceitos utilizados pelo autor, apontamos dois: “caixa preta” e “translação” (LATOUR, 2000). Por caixa preta, o intuito do autor é compreender a construção de uma determinada teoria. Para Latour, as descobertas científicas podem ser abertas, ou seja, pode-se discutir como elas foram elaboradas, quais foram os passos dados para descobrir certos encaminhamentos. Para isso, nada melhor do que compreender como funciona a caixa preta, adentrar nela, e participar de todo o seu processo, tendo em vista perceber de que forma ela foi concebida. Entender a perspectiva da caixa preta, ou seja, abrir a caixa preta, é entender a translação, o conhecimento científico.

Translação ou tradução implica um conjunto de aproximações que acontece, mas que pode se desvencilhar a qualquer momento, pois não é um processo totalmente fixo. Para Latour, alguns dos agentes envolvidos estão participando sem ter consciência desse processo: eles são frutos de associações de rede de interesses que muitas vezes não têm consciência um do outro. A translação incorpora tanto elementos humanos como não humanos: elementos que muitas vezes estão dispersos e juntos, e formam uma rede sociotécnica.

Como indica a expressão latina “inter-esse”, “interesse” é aquilo que está entre os atores e seus objetivos, criando assim uma tensão que fará os atores selecionarem apenas aquilo que, em sua opinião, os ajude a alcançar esses objetivos entre as muitas possibilidades existentes. (LATOURE, 2000, p. 179)

Para Latour, o conhecimento científico é feito por esta associação sem regras, de certo modo imprevisível e instável. O interesse dos cientistas nos laboratórios se dá de forma imprevisível, inconstante, sendo resultado de uma capacidade momentânea de aglutinação de interesses. Neste caso quem faz a ciência são os elementos não científicos como, por exemplo, os interesses empresarial, estatal, econômico.

Para Latour (2000), a ciência é fruto de uma evolução, de uma série de escolhas e de descartes, de fortalecimento de algumas teorias e não de outras. As associações, segundo o autor, são fundamentais, o que acontece por meio do processo de translação. A ciência é um conjunto de ajustes e aproximações, de estratégias, de alianças, cooperações, é um campo marcado por desordem, logo, podemos dizer que a ciência não é estável, há uma instabilidade na produção do conhecimento científico.

Nessa linha de pensamento, podemos considerar que o conhecimento científico está estabelecendo, a todo momento, conexões, relações entre si e outras áreas do conhecimento. A ideia é que a ciência não fica somente associada ao laboratório, às pesquisas científicas ali realizadas, mas ao rol multidisciplinar que se configura, que se inter-relaciona todo momento e em todos os ambientes.

Podemos aqui pensar em possíveis relações nas quais o conceito de rede sociotécnica de Latour pode ser associado ao conceito de rizoma desenvolvido por Deleuze e Guattari, ainda que haja suas diferenças. Rizoma (RAVEN; EVERT; EICHHORN, 1996, p. 441), de forma geral, é um termo da área da biologia, utilizado pela botânica para se referir a determinada estrutura presente em plantas, cujas raízes se subdividem em ramos em qualquer ponto, como, por exemplo, a própria grama, que se multiplica e espalha-se pelo ambiente.

A ideia, neste ponto, é compreender como o uso do conceito de rizoma de Deleuze e Guattari pode nos ajudar a pensar como o conhecimento científico está presente em diversos ambientes.

Em sua obra⁵, Deleuze e Guattari (1995), para que possamos entender o rizoma (HERRERASENJO, 2017), fazem uma constante comparação, de forma figurativa, entre uma árvore ou raiz e o rizoma, este enquanto um sistema aberto. A árvore, por exemplo, podemos pensá-la na sua própria estrutura, ou seja, no sentido vertical, fixada na terra. Essa possui

⁵Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 1. Data da primeira publicação em 1980.

certa imobilidade que caracteriza seu crescimento em determinado sentido, além de possuir uma ordenação que marca seu começo e seu fim. O rizoma é diferente. Para aos autores “ [...] qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

Por sua vez, o rizoma é caracterizado como aquele composto por linhas: linhas de intensidade, linhas que se conectam com outras, disseminam-se sem que elas se fechem entre si, não finalizando dessa forma, as suas conexões (HERRERASENJO, 2017). Diferentemente da árvore, o rizoma não está fixo. Horizontalmente, ele possui uma mobilidade de interconexões de forma variada, e principalmente, por não ter começo e fim, mas possui um meio, não se estabelece no rizoma uma hierarquia. Isso é, não há necessidade de conexão com um núcleo específico para a disseminação de suas informações.

A ideia é que o rizoma não se configure como unidade, um Uno (n), ou seja, não se feche em si, já que ele se apresenta como uma estrutura caracterizada pela pluralidade do conhecimento.

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. [...] Falamos exclusivamente disto: multiplicidade, linhas, estratos e segmentaridades, linhas de fuga e intensidades, agenciamentos maquínicos e seus diferentes tipos, os corpos sem órgãos e sua construção, sua seleção, o plano de consistência, as unidades de medida em cada caso. [...] Tudo isso, as linhas e as velocidades mensuráveis, constituem um agenciamento. Um livro é um tal agenciamento e, como tal, inatribuível. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, passim)

O rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995), aqui em questão, é delimitado por algumas características, princípios que o definem, como: (1º e 2º) de conexão e de heterogeneidade; (3º) multiplicidade; (4º) de ruptura a-significante; (5º e 6º) de cartografia e de decalcomania. Esses seis fundamentos principais que caracterizam o rizoma, desvelam seu funcionamento. No primeiro e segundo princípios (1º e 2º conexão e de heterogeneidade), a noção que é as linhas do rizoma se liga de um ponto a outro, sem necessidade de que eles sejam iguais. Os pontos se conectam a outros pontos por meio de múltiplas linhas que se relacionam, estabelecem conexões entre si.

Se pensarmos no próprio conhecimento científico, como ele se dissemina e está presente em todos os locais, pensamos que ele se relaciona com diversos conhecimentos heterogêneos, marcados pelas suas complexidades, suas diferenças. A ideia é que quando

pensamos, presenciamos, vivenciamos a ciência estamos estabelecendo relações com diversos elementos, tanto no contexto da academia quanto em ocorrências nas nossas rotinas. Estas, ligadas a nossa casa ao cozinhar algum alimento, no nosso trabalho ao utilizarmos as ferramentas tecnológicas, de como iremos nos locomover de um lado para outro, na rua, quando nos comunicamos com o outro por meio de dispositivos móveis. O emaranhado de elementos que se conectam, se ligam, estabelecem as pontes de comunicação. O que não diferiria no mundo acadêmico, uma vez que todas as atividades ali realizadas (laboratórios, salas de aula, reuniões em grupo, etc.), os serviços prestados à comunidade (novas pesquisas, documentos administrativos), envolvem uma gama de elementos que representam diferentes abordagens de como conceber a ciência.

No terceiro princípio (3º multiplicidade), o entendimento de rizoma não se caracteriza, não se configura como unidade, um Uno (n), ou seja, ele é plural. Para os autores, a multiplicidade:

[...] não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mudem de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). [...] As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, passim)

A não existência de uma unidade, de um uno, (EL KHOURI, 2009) acarreta em múltiplos acontecimentos, interligações, conexões, que vão a todo tempo se misturando entre si. Trazendo este foco para a própria ciência, podemos pensar que há múltiplos conhecimentos sendo produzidos a todo o momento, um labirinto de conhecimentos diferentes que se interconectam. Nessa perspectiva, podemos divagar que as linhas do rizoma abarcam diversas teorias, diversos valores, áreas do conhecimento em si. Elas não ficam presas a um ambiente somente, elas ultrapassam barreiras, criam condições de se relacionar com outros pontos.

No quarto princípio (4º de ruptura a-significante), assim como desvelado pelos próprios autores, as linhas do rizoma podem ser a qualquer momento, em qualquer lugar, cortadas, rompidas, mas também podem se ligar a uma ou a outras linhas. Na ciência, podemos apontar que a todo o momento acordos são estabelecidos, finalizados, fragmentados. E também ao mesmo tempo são constituídas novas alianças, novos agrupamentos de áreas de conhecimento. Não podemos dizer que há uma estaticidade das linhas do rizoma, pois na ciência, pelo menos, vemos que seu desenvolvimento não é contínuo, gradativo, mas há uma série de fatores (externos e internos) que interferem na sua produção. A ideia é que a ciência não é construída de forma isolada, neutra de elementos que a circundam ou são inerentes a

ela. Não podemos pensar que há uma sobreposição (hierarquia) das áreas sobre as outras, mas sim, conexões.

Por sua vez, com o quinto e o sexto princípios (5º e 6º cartografia e de decalcomania) diz-se que o rizoma não pode ser caracterizado por um “modelo estrutural ou gerativo” (DELEUZE; GATTARI, 1995, p. 21). Podemos pensar que recai na ideia de que o rizoma não pode ser modelado, formado com base em algo pronto, específico (EL KHOURI, 2009). As linhas do rizoma estão em constantes conexões, se interrelacionando, criando uniões entre os pontos, não se pode dizer que são sistemas completos. Assim como os mapas, exemplo utilizado por ambos os autores para remeter à ideia de que “[...] o mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele, ele o constrói.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22). Atribui-se ao mapa, dessa forma, a sua natureza caracterizada por orientar, passível de sofrer alterações, de requerer novos traços.

Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como uma obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, *passim*)

Tal como o rizoma, os mapas podem, constantemente ser discutidos, retificados, podem receber um novo significado, obter novos sentidos, novas orientações, novas formas de concebê-lo por meio de novos olhares, releituras do seu original (EL KHOURI, 2009).

Em todo momento da história, a ciência sofreu alterações, seja na forma como foi concebida, conceituada, admitida, ou disseminada pela sociedade. Devemos pensar que há diversas formas de conceber o conhecimento científico. A compreensão que existem diversos tipos de conhecimento científico presentes nas mais variadas esferas (seja na comunidade científica - vulgo acadêmica -, na comunidade não científica, na política, na economia, na sociedade) acarreta pensar que, ao mesmo tempo em que estão sendo concebidos, eles estão dialogando entre si, contribuindo com novos saberes, com conexões múltiplas que estabelecem relações com outras áreas do conhecimento, outros setores, outras formas de utilizarmos o conhecimento científico. Os documentos administrativos, os objetos tridimensionais resultantes de uma pesquisa, as reuniões departamentais, os eventos esportivos, as apresentações culturais, os eventos científicos, as partículas *in vitro* no laboratório, as relações educativas, os cursos de especialização, entre outros – são exemplos

de como podemos presenciar, vivenciar diariamente, na universidade, as diversas formas como a ciência pode se apresentar às comunidades interna e externa.

Se formos entender a ciência numa perspectiva rizomática, em ambientes como a universidade, podemos pensar que ela não possui uma definição ou local que lhe é específico, mas como exposto, comunica-se entre diversos conhecimentos, diversas atividades, serviços ofertados de forma variada e distinta de cada local. Essa visão de ciência, na perspectiva do rizoma, também demarca uma oposição às visões que encaram a ciência como algo universal, rígido, consensual.

Pensar a ciência como rizoma implica, portanto, em atribuir a ela uma série de características: ela possui conexões entre diversos elementos e conhecimentos; heterogeneidade; multiplicidade; dinamicidade decorrente da mutabilidade das conexões; conseqüentemente, a ciência nessa visão não pode ser configurada como um modelo fixo; além disso, ela não é completa. Esse conjunto de características, em certo grau, nos leva a pensar que a ciência é um processo complexo. Conseqüentemente, os estudos sobre a complexidade de Edgar Morin (2005) nos fazem desenvolver algumas reflexões acerca dessas questões. Vale frisar, essas duas perspectivas não são necessariamente compatíveis em sua totalidade. Neste trabalho, como base para a compreensão da memória científica, estamos apenas estabelecendo algumas relações, sendo que a teoria da complexidade de Morin pode enriquecer nosso estudo.

De formação acadêmica variada (filósofo, sociólogo, antropólogo, entre outras áreas), o francês Edgar Morin em seu livro "Introdução ao pensamento complexo"⁶ apresenta em seu conteúdo diversas publicações do autor, essas que foram reagrupadas, analisadas e que serviram como base para conceituar tanto o pensamento simples (pensamento simplificador, caracterizado por ser segmentado, direto) quanto o pensamento complexo (interligado, e com certa profundidade na sua estrutura), entre outras questões.

Segundo o autor a palavra complexidade herda em si características de várias áreas do conhecimento humano. Portanto, não se reduz a uma área do conhecimento. Na sua interpretação, conhecimento vai além de uma mera definição. Logo podemos compreendê-la como uma junção, uma articulação em si de vários métodos, modelos. Para Morin (2005), a grande questão do pensamento complexo é estabelecer articulações entre os diversos campos do conhecimento, disciplinas, saberes de forma geral.

O que é complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituinte heterogênea

⁶ Primeira publicação em 1990

inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta como os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza.”. (MORIN, 2005, p. 13)

A ideia de que somos complexos, não estamos reduzidos apenas a uma característica (uno), ou seja, a ideia de articular, de que não temos em nós apenas um conhecimento, uma característica, mas uma variedade que nos define, nos reúne (o uno e o múltiplo ao mesmo tempo). Assim, percebemos que o pensamento complexo considera relações entre unidades, ou seja, de como um objeto interage com outros objetos. Para nós, na universidade, isto acontece quando estabelecemos conexões com diversas áreas do conhecimento, disciplinas, serviços, troca de ideias entre os agentes que participam de todo o processo de construção do conhecimento científico.

O autor desvela que para o leitor entender a complexidade tem que tirar da mente que a complexidade reduz, elimina a simplicidade (na verdade a incorpora em seus termos); por outro lado, deve-se evitar confundir a complexidade com a completude, pois mesmo com o ensejo de um conhecimento multidimensional, não se pode crer que se obterá um conhecimento completo. Devemos pensar, portanto, que o pensamento complexo trabalha com os dois elementos, o uno e múltiplo.

A consciência da multidimensionalidade nos conduz á ideia de que toda visão unidimensional, toda visão especializada parcelada é pobre. É preciso que ela seja ligada a outras dimensões: daí a crença de que se pode identificar a complexidade com a completude. Num certo sentido eu diria que a aspiração à complexidade traz em si a aspiração à completude, já que se sabe que tudo é solidário e que tudo é multidimensional. Mas, num outro sentido, a consciência da complexidade nos faz compreender que jamais poderemos escapar da incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: “A totalidade é a não-verdade”. (MORIN, 2005, p. 69)

Em certo sentido, a complexidade tem relação com o acaso, imprevisibilidade, desfecho incerto. Logo Morin realiza uma crítica ao que ele denominou no seu primeiro capítulo de “A inteligência cega”, ou seja, em referência aos estudiosos que buscam pesquisas que sejam sempre exatas, com métodos científicos que obtenham resultados conclusivos. O acaso, o aleatório não tem em si verdades prontas, discursos prontos e exatos, mas neste sentido os fenômenos podem ocorrer de forma inesperada, podendo, dentro do contexto do pensamento complexo, realizar ou não relações, conectar-se com outros elementos, criar redes de comunicação, sem que o resultado final seja o mesmo, o esperado. Ele varia, já que o acaso pode acontecer em qualquer tempo ou espaço do mundo.

Para autor a prática de uma “inteligência cega”, ou de um pensamento simplificador gera a limitação do pensamento.

A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução). (MORIN, 2005, p. 59)

Isto impossibilita que as ciências dialoguem entre si, estabeleçam conexões a fim de aprofundar o conhecimento, por meio dessas trocas de experiências, informações. Consequentemente podemos pensar, que a prática de uma “inteligência cega”, desta forma, estaria relacionada à tendência de especialização e fragmentação do conhecimento:

A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu ambiente. Ela não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. As realidades-chaves são desintegradas. Elas passam por entre as fendas que separam as disciplinas. (MORIN, 2005, p.12)

O autor apresenta três princípios que auxiliam o leitor a refletir sobre a complexidade: o primeiro: princípio dialógico; segundo: o princípio de recursão organizacional; e por fim o terceiro: princípio holográfico.

O 1ª (o princípio dialógico), podemos entendê-lo como um princípio que busca compreender elementos que são ao mesmo tempo complementares e contraditórios. Ou seja, ele une dois princípios que ao mesmo tempo buscam excluir um a outro, no entanto se apresentam como indissociáveis numa determinada realidade.

O que digo a respeito da ordem e da desordem pode ser concebido em termos dialógicos. A ordem e a desordem são dois inimigos: um suprime o outro, mas ao mesmo tempo, em certos casos, eles colaboram e produzem organização e complexidade. O princípio dialógico nos permite manter a dualidade no seio da unidade. Ele associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos. (MORIN, 2005, p. 74)

Já o 2ª princípio (recursão organizacional) entende que produtor e produto sejam um só. Podemos compreender que todo este processo é cíclico, pois é como se ele já fizesse parte do fenômeno social da natureza humana. Os pontos que se alternam são os fatores culturais, sociais, comportamentais que variam de acordo com o contexto em que o ser humano está inserido, ou seja, fatores externos. O que Morin deixa explícito com este princípio é que ao mesmo tempo em que criamos, consumimos, somos também os produtos do meio do qual somos produtores.

A sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz. Se não houve a sociedade e sua cultura, uma linguagem, um saber adquirido, não seríamos indivíduos humanos. Ou seja, os indivíduos produzem a sociedade que

produz os indivíduos. Somos ao mesmo tempo produtos e produtores.
(MORIN, 2005, p.74)

E por fim, temos o 3ª (princípio holográfico), entendido como aquele em que “Não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte” (MORIN, 2005, p. 74). Neste, não pensamos um organismo, uma teoria, um fator isolado, cada um desses elementos está inserido em um todo, em um contexto maior, mas ao mesmo tempo, este todo também está inserido na parte, não se estabelece uma hierarquia, uma diferenciação entre eles, mas devemos pensar que há uma conexão entre os elementos mesmo que suas estruturas sejam diferentes. Podemos imaginar que a complexidade é dada pelo composto das partes e dos todos juntos, em outros termos, “Então pode-se enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos.”(MORIN, 2005, p. 75).

De forma geral podemos dizer que a complexidade, com base neste princípio acima, não se define apenas pelas partes que a constituem, nem apenas pelo todo. Pois ao mesmo tempo em que as partes menores compõem o todo, o todo também está inserido nelas, demarcando um conjunto de relações. Para compreender a complexidade, não devemos privilegiar nem um nem outro, pois é como se o todo fosse tão importante quanto as partes. Entende-se que os processos são ao mesmo tempo inseparáveis e interdependentes.

Em síntese, podemos pensar a complexidade, que Morin trabalha, como base para pensarmos o caráter que a ciência apresenta: é uma ciência que está presente em diversos ambientes;ela possui um caráter dinâmico, pois não é fixa; em certo sentido, o complexo se apresenta como sinônimo de uma grande teia, uma teia em constante movimento.

De certa forma, essa dinamicidade, a amplitude que a ciência apresenta, se analisarmos conjuntamente com o conceito de complexidade de Morin,nos permite dizer que ela pode ser entendida como construção humana permeada por diversas relações sociais. Entre essas relações sociais de que a ciência participa, a própria memória e seu caráter interdisciplinarpermite que ambas possam ser trabalhadas conjuntamente.

3.2Memória

Conceitualmente, a memória pode ser concebida de diversas formas. Ela desloca-se em diversas áreas do conhecimento como filosofia, comunicação, história e sociologia, entre outras. A preservação da memória representa a possibilidade de conhecer o passado, compreender o presente e melhor visualizar o futuro, de tal forma que a memória influencia

os indivíduos, seus modos de fazer e de agir no mundo. É possível encontrar uma variedade de análises, definições e significados para o estudo do campo da memória.

Henri Bergson, por exemplo, realizou seus estudos especificamente na passagem do século XIX para o XX, desenvolvendo uma importante análise para o campo da memória. Esse autor foi um marco da filosofia moderna, exprimindo em seus estudos um modelo baseado em relações da vida orgânica, vida social e psíquica. Em seus estudos, principalmente realizados no livro “Matéria e Memória” (1986), desvela as influências de seu contexto por meio do estudo da memória e sua relação com o espírito, tal como a relação que é estabelecida entre “matéria” e “espírito”.

Primeiramente, para que possamos entender as relações acima mencionadas, principalmente no que tange aqui o interesse pela sua concepção de memória, é preciso compreender que Bergson (FERREIRA, 2016b) utiliza a palavra “percepção” como o recorte que nós fazemos dos objetos ao nosso redor. Ou seja, ao contemplar um objeto fazemos um recorte, uma simplificação dele. Nós recortamos aquilo que vemos, e que só existe porque a todo momento somos estimulados pela matéria. A seleção das imagens do mundo exterior, a “visão fotográfica das coisas” (BERGSON, 2010, p. 36), por meio da percepção possibilita que possamos agir sobre o mundo, existir nele.

[...] existem percepções, isto é, sistemas em que estas mesmas imagens estão relacionadas a uma única dentre elas, escalonando-se ao redor dela em planos diferentes e transfigurando-se em seu conjunto a partir de ligeiras modificações dessa imagem central. [...] A percepção é um fenômeno do mesmo tipo. O que é dado é a totalidade das imagens do mundo material juntamente com a totalidade de seus elementos interiores. (BERGSON, 2010, *passim*)

A ideia é que a percepção dos seres vivos se desenvolve por meio do que aqui podemos denominar como “cíclico”: percepção; estímulos dessa percepção que são transmitidos pelos nossos nervos aferentes aos centros perceptivos do cérebro, e conseqüentemente, distribuídos para os mecanismos motores possibilitando que possamos agir no mundo. Assim, podemos compreender a percepção como aquela que orienta a ação do indivíduo sobre o mundo. Isto por meio da seleção de imagens que fazemos da matéria a todo momento.

Os nervos aferentes são imagens, o cérebro é uma imagem, os estímulos transmitidos pelos nervos sensitivos e propagados no cérebro são imagens também. [...]. É o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro. (BERGSON, 2010, p. 13)

O cérebro, particularmente, se apresenta como um órgão de ação, já que ele é que distribui as informações aos mecanismos motores permitindo dessa forma este agir

mundo(FERREIRA, 2016b). Esse processo é transmitido por meio de uma percepção tátil, visual, auditiva, em outras palavras, a forma com que vamos refletir nos estímulos, nosso *modus operandi*.

Nos estudos de Bergson, é possível apreender dois tipos de memória: por um lado, a memória do corpo, esta conhecida como hábito; por outro, a memória do espírito. A memória do corpo ou hábito é aquela estimulada pelos mecanismos motores a partir da repetição. Nessa, a partir do contato, do relacionamento com os objetos ao nosso redor, nós absorvemos os seus movimentos, estes são transmitidos para o cérebro e conseqüentemente para os nossos mecanismos motores. A ideia é que por meio da repetição executamos movimentos que foram difundidos pelos objetos, o que acarreta reprodução de movimentos já existentes. Por exemplo, o processo de andar, só por meio da construção dos mecanismos motores tal ação é possível, é uma seqüência de repetição e aprendizado (FERREIRA, 2016a).

Eis as imagens exteriores, meu corpo, e finalmente as modificações causadas por meu corpo às imagens que o cercam. Percebo bem de que maneira as imagens exteriores influem sobre a imagem que chamo meu corpo: elas lhe transmitem movimento. E vejo também de que maneira este corpo influi sobre as imagens exteriores: ele lhes restitui movimento. Meu corpo é portanto, no conjunto do mundo material, uma imagem que atua como as outras imagens, recebendo e devolvendo movimento, com a única diferença, talvez, de que meu corpo parece escolher, em uma certa medida, a maneira de devolver o que recebe. (BERGSON, 2010, p. 14)

Esta memória motor ou hábito decorrente do contato e estímulo do objeto representa em certo grau o passado do corpo, uma vez que, por meio da construção desses mecanismos motores, vamos guardando, conservando em nosso corpo, para o presente e futuro, os movimentos que foram construídos, desenvolvidos ao longo da nossa vida.(BERGSON, 2010) Eles são movimentos que foram retidos, principalmente, por apresentarem de forma coordenada o esforço acumulado no passado e executado no presente. Os movimentos motores entram em ação pela recordação, pelas lembranças que foram adquiridas e que nos orientam como agir sobre o mundo. Segundo Bergson, “[...]só me lembro de tê-lo adquirido porque apelo à memória espontânea, aquela que data os acontecimentos e só os registra uma vez.”. (BERGSON, 2010, p. 91). Em outros termos, só se lembra mediante a “memória espiritual”, sendo que enquanto uma “repete”, a outra “imagina”.

Digamos, portanto, para resumir o que precede, que o passado parece efetivamente armazenar-se, conforme havíamos previsto, sob essas duas formas extremas, de uma lado os mecanismos motores que o utilizam, de outro as imagens-lembranças pessoais que desenham todos os acontecimentos dele com seu contorno, sua cor e seu lugar no tempo. Dessas duas memórias, a primeira é verdadeiramente orientada no sentido da natureza; a segunda, entregue a si mesma, iria antes em sentido contrário. A

primeira conquistada pelo esforço, permanece sob a dependência de nossa vontade; a segunda, completamente espontânea, é tanto volúvel em reproduzir quanto fiel em conservar.[...] Não há nenhum outro caso que a memória que revê obedeça regularmente à memória que repete. (BERGSON, 2010, p. 97-98)

A memória do espírito, sob uma forma de imagens-lembranças, conserva as lembranças, estas que são os registros das nossas percepções. Registrada no consciente, ela se atualiza e é constantemente enriquecida pelo nosso passado, pelos acontecimentos da vida cotidiana, não deixando nada de fora(FERREIRA, 2016a). Inserida dentro de um espaço e tempo, esta memória “[...] atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data.” (BERGSON, 2010, p. 88). O armazenamento do passado ocorreria de forma natural, não com a intenção de apenas ser utilitário, mas de prover um ambiente que permitiria o acesso a determinada lembrança-imagem do passado, já que o registro pela memória, das lembranças-imagens, processa-se em todos os momentos de duração. Ao contrário da memória motor, que atua por meio da repetição.

O que particulariza a concepção do campo da memória para Bergson (FERREIRA, 2016b), é que para o autor o passado é contemporâneo do presente, já que o passado não é algo que se foi, mas algo que vivenciamos neste momento. Tanto a memória-motor quanto a memória do espírito têm como base o passado, uma vez que o passado reflete os movimentos, as recordações, as lembranças-imagens no indivíduo. Uma não sobrepõe a outra, mas a memória propriamente dita para Bergson é a memória do espírito, aquela que conserva as lembranças-imagens, a lembrança pura, a do espírito(BERGSON, 2010).

O registro do passado no presente se conserva por meio das percepções que vamos registrando no nosso consciente. As lembranças que se conservam tornam-se lembranças puras que possibilitam a ação, o agir humano no mundo.(FERREIRA, 2016b) A função do cérebro tendo como base a fisiologia é, como já frisado, ser o interceptor das informações que serão distribuídas para os mecanismos motores, ele não tem o papel de conservar em si as lembranças.(BERGSON, 2010). Ele pode atualizar os registros conforme as influências da matéria, das percepções, das imagens, mas não possui o papel de centralizador.

Mas, num caso como no outro, seu papel limita-se a transmitir e a repartir movimentos. E, tanto nos centros superiores do córtex quando na medula, os elementos nervosos não trabalham com vistas ao conhecimento: apenas esboçam de repente uma pluralidade de ações possíveis, ou organizam uma delas. (BERGSON, 2010, p. 27)

Nesta perspectiva podemos compreender que o cérebro se insere dentro de um contexto fisiológico, a uma função de ação no corpo, mas que, no entanto, mesmo com o

papel de distribuição dos estímulos, permite que as lembranças tornem-se conscientes no indivíduo.

Uma única hipótese permanece portanto possível, a de que o movimento concreto, capaz, como a consciência, de prolongar seu passado no presente, capaz, ao se repetir, de engendrar as qualidades sensíveis, já seja algo da consciência, algo da sensação. (BERGSON, 2010, p. 288)

Neste caso, o nosso passado, este já presente na consciência, tem a experiência já vivida (presente), enriquecida também com a experiência adquirida (passado). O que pode se compreender nos estudos de Bergson (FERREIRA, 2016b) é que tanto a matéria quanto o espírito apresentam-se com naturezas distintas. Já que se pode entender que a memória do espírito, a lembrança não pode ser considerada uma coisa, um fator biológico, mas sim um registro no consciente.

Para que esta lembrança volte a surgir na consciência, ela recebe um estímulo, que a invoca e atualiza, ou seja, as lembranças em certo grau estão relacionadas à ação prática, ao meio em que o indivíduo está inserido.

Para que uma lembrança reapareça à consciência, é preciso com efeito que ela desça das alturas da memória pura até o ponto precioso onde se realiza a ação. Em outras palavras, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere a vida. (BERGSON, 2010, p. 179)

Como já frisado, para Bergson somos espírito e matéria, um não sobrepõe ao outro o passado se instaura na gente, a cada momento, existe um registro desse instante. O que poderíamos interpretar é que a cada momento somos também diferentes do que fomos anteriormente, já que o passado se caracteriza pelo acúmulo dos instantes vividos pelos indivíduos. As mudanças, as novas concepções, os novos gostos simbolizam estas mudanças que são resultantes de novas interpretações, novas informações, novas vivências que vamos obtendo a cada momento. Muitas vezes podemos considerar estas alterações como produtos de mudanças qualitativas, quantitativas e reversíveis, em certos instantes.

Como visto, Bergson conceitua a memória em sentido filosófico mais relacionado ao espírito e ao material. Este método introspectivo realizado pelo autor nos remete a uma reflexão sobre a memória em si mesma, ou seja, mais individualizada: para esse autor, a memória é independente de relações sociais, culturais, pois estes elementos já são inerentes a ela. Esta subjetividade e conservação espiritual do passado caracteriza-se por um indivíduo mais livre e condutor dos seus atos. O autor estabelece mais uma relação entre o espírito ligado a percepção, conservado em si o passado

Esta memória mais individualizada e pessoal conceitualizada por Bergson vai contra a de outro estudioso, por exemplo, o sociólogo Maurice Halbwachs. O sociólogo Halbwachs, com forte influência da teoria de Émile Durkheim, principalmente o seu conceito de “fato social”, trouxe a discussão da memória para o campo da ciências sociais. Em outros termos, a memória para Halbwachs é fruto de laços sociais criados pelos indivíduos por meio de suas interações com o meio. Para Halbwachs, a memória é conceituada de forma coletiva, como memória coletiva.⁷As relações que os indivíduos estabelecem, aquilo que os cerca, as influências exteriores, o convívio com os quadros sociais⁸ (família, amigos, igreja), influenciam, desencadeiam a memória. Para Halbwachs, a memória não está livre de fatores externos, ela não fica restrita apenas ao indivíduo.

O estudo realizado por Halbwachs (2006) sobre a memória pode ser entendido de forma semelhante ao de Émile Durkheim⁹ sobre o suicídio, ou seja, com base no conceito de fato social. O fato social pode ser compreendido como algo exterior ao indivíduo, existindo ou não independente da manifestação interna, mas entendida como uma extensão da sociedade. Embora externo ao indivíduo, este realiza uma coerção sobre o indivíduo. Ele pode refletir dessa forma nas ações, nos pensamentos, no modo de sentir e pensar.

Em outros termos, como representações exteriores, os fatos sociais são categorizações abstratas inteligíveis, ou seja, uma alma coletiva constituindo um modo de pensar. Assim sendo, entendemos que estas representações são elaboradas e ao mesmo tempo elaboram-se externamente ao indivíduo e ao grupo. A vida mental e a vida coletiva do indivíduo se correlacionam, uma vez que as representações coletivas, que fazem parte da vida coletiva, são adquiridas pela vida mental do indivíduo, o que o faz identificar-se com este tipo de representação do coletivo. O indivíduo absorve a representação coletiva em sua representação individual. Ao mesmo tempo em que, tanto o substrato individual (corpo), como a alma individual, contribui para a afirmação do substrato coletivo (grupo) e de suas representações. São fatos sociais, portanto, que não estão expostos aos indivíduos, e são construídos, de certa forma, coletivamente. O que podemos tomar como nota, em certo grau, é a própria relação que é estabelecida entre indivíduo e sociedade.

Com base nessa perspectiva e na influência do conceito de fato social de Durkheim, Halbwachs (2006) afirma que a memória é um saber criado e socialmente construído, é mais

⁷ O seu estudo tem como base a publicação póstuma da sua obra “Memória Coletiva” (1950).

⁸ Aqui faço referência aos quadros sociais presentes no livro “Os Quadros Sociais da Memória” (1925)

⁹ (1858- 1917) Durkheim, de origem francesa, foi um filósofo francês, sociólogo, antropólogo, cientista social. Entre suas obras destacamos: O Suicídio (1897); As regras do método sociológico (1895); As formas elementares da vida religiosa (1912), entre outras.

ampla que as lembranças de um único indivíduo, podendo ser associada ao resgate e à preservação do passado social, um passado vivido coletivamente.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 31)

A lembrança, para Halbwachs (2006), assume duas características importantes: o reconhecimento e a reconstrução. Ela é reconhecimento porque implica um processo de resgate de alguma experiência já vivenciada no passado. Ao mesmo tempo, ela é reconstrução, porque esse resgate das experiências passadas é sempre reinserido em um contexto presente, podendo adquirir novos significados. Assim, a memória estabelece uma relação entre o presente e o passado.

Esses processos de reconhecimento e reconstrução estão fortemente atrelados à existência dos grupos de referência, porque é por meio desses grupos que os indivíduos compartilham ideias, valores, sentimentos, visões de mundo, etc. Nesta perspectiva, a memória é tida como um processo de reconstrução, vivência, ressignificação. Por ressignificação entendemos os novos significados, pois as lembranças são complementadas, avaliadas pelos grupos; já por vivência entendemos uma memória que foi vivenciada, presenciada, não uma memória que foi obtida por meio, por exemplo, de livros.

Como a memória, para Halbwachs (2006), pressupõe esse processo de compartilhamento de experiências e valores com um grupo de referência, então o resgate e a reconstrução da memória dependem do confronto de testemunhos e pontos de vista diferentes. Esses confrontos podem ser tanto internos dos indivíduos (confronto das experiências subjetivas presentes com as do passado) quanto interpessoais (confronto entre as percepções de um indivíduo e os outros).

A recordação, ou seja, o ato de lembrar novamente, representa aquilo que está presente como lembrança viva, aquilo que está presente no grupo. Vale frisar, no entanto, que o ato de vivenciar a lembrança simboliza não necessariamente que haja uma presença de forma material, física.

[...] se a nossa impressão pode se basear não somente na nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. (HALBWACHS, 2006, p.29)

Mas em outros termos, o ato de evocar a memória dá a ideia de que é preciso que as lembranças sejam comuns, compartilhadas com aqueles grupos sociais dos quais participamos. Isso só é possível a partir do momento em que o indivíduo deixa vestígios de lembranças permitindo que suas memórias sejam acessadas, usadas pelo grupo de que faz parte. O que tomamos como nota é que estas memórias só são ativadas se tivermos contato com o grupo. É preciso, portanto, que as lembranças sejam constantemente reconstruídas e reconhecidas pelos grupos, caso contrário elas deixam de existir. O que podemos atentar é que, para Halbwachs (2006), o grupo social (o grupo de referência, o coletivo de que o indivíduo faz parte) possui um papel importante no que se refere tanto à atualização quanto à complementação os testemunhos dos indivíduos.

Nesta perspectiva as memórias são constituídas por grupos sociais (grupos de referência) sendo eles que determinam o ambiente em que serão preservadas. Os grupos sociais, como já dito, são formados pela família, igreja, grupos de amigos, entre outros. Eles implicam em uma concepção de memória criada a partir da exterioridade, agregando a esta memória determinada identidade, cultura, bens materiais, assim como tradições morais. Sendo a partir da leitura do autor, a memória individual só existe pela inserção deste indivíduo ao grupo, da coletividade, ou seja o indivíduo só consegue “lembrar” mediante uma memória que foi construída por meio de contextos sociais. Neste caso, mesmo que tenhamos presenciado, vivenciado o momento de forma isolada, para Halbwachs, estamos a todo instante interagindo com a sociedade, compartilhando esses momentos com outros, de forma social. O “jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 30) traduz a ideia que o indivíduo é o meio, o instrumento para a constituição, formação da memória coletiva.

Examinaremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2006, p. 72)

No entanto, como frisado pelo autor, não se deve pensar que a memória individual deixa de existir; longe disso, ela está incorporada por diversos contextos, grupos, atores sociais que a todo momento estão se relacionando, o que resulta neste caso na própria ideia aqui frisada da construção de uma memória coletiva.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contanto entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar

venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p.39)

Digamos que ambas conversam entre si, neste caso podemos aferir que a memória individual é aglutinação decorrente das diversas memórias dos grupos em que este indivíduo está inserido. Neste caso, podemos dizer que o indivíduo participa tanto da memória individual (representando por momentos vivenciados de forma isolada, que são particulares de cada um) como da coletiva (fruto da interação com os grupos que fazem parte do seu cotidiano, resultados do ambiente no qual está inserido).

Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a **memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos**, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporadas à sua substância.(HALBWACHS, 2006, p. 71-72, grifo nosso)

Os grupos sociais nos quais o indivíduo interage, são os portadores da memória que foi construída, essas que são frutos das próprias relações que são estabelecidas entre eles, o que resulta na construção de lembranças, assim como de um intrincado de experiências, vivências, observações, nostalgias, aprendizados, estes que são consequência de ver e perceber o mundo que nos cerca. O que se tem é que o indivíduo participa de vários grupos sociais, consequentemente ele possui diversas memórias.

Em outras palavras, a memória possui um caráter múltiplo, diversificado, uma vez que cada grupo social possui um determinado tipo de lembrança que lhe é particular e próprio. Além do fato de ser seletiva, já que não consegue guardar tudo. Sendo que a duração dessa memória coletiva depende da duração da memória do grupo, de quanto ela foi preservada, guardada. Para Halbwachs “[...] a memória coletiva retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou aquele grupo.” (2006, p. 133).

Em outros termos,

Sociedades religiosas, políticas, econômicas, famílias, grupos de amigos, relacionamentos e até reuniões efêmeras num salão, numa sala de espetáculos, na rua - **todas imobilizam o tempo à sua maneira ou impõem a seus membros a ilusão de que pelo menos por algum tempo**, num mundo que está sempre mudando, certas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativo e nada de essencial nelas se transformou por um período mais ou menos longo. (HALBWACHS, 2006, p.156, grifo nosso)

Inseridos dentro de um determinado tempo e espaço, os grupos mantêm certa coesão interna, possibilitando a criação de uma identidade entre seus membros por meio da

manutenção de características que são próprias de cada grupo. Isso possibilita a valorização, a preservação do seu modo de vida, costumes, valores. O que percebe é que a memória não é tida como superficial, ela se mantém pelo fato de ser vivo, presente.

O tempo para o Halbwachs (2006) vai além da recordação da data, ele é tido como um período a fim de possibilitar que tal fato seja lembrado, relacionado ao contexto em que ele se efetivou, ocorreu. Podemos acrescentar que o tempo, enquanto variável fundamental da memória pode ser percebida de forma diferenciada entre os grupos e indivíduos, os quais podem subdividir os períodos de tempo de formas distintas, bem como interpreta-los cada um a seu modo, ou com base em referências diferentes. Por exemplo, as comunidades científicas têm suas próprias maneiras de dividir e entender os períodos de tempo. Isso possibilita que as memórias sejam diferenciadas, e, portanto, que elas sejam confrontadas. O tempo, portanto, está relacionado à continuidade das mudanças e à possibilidade das múltiplas lembranças.

Já o espaço está ligado à ideia de permanência, constância, de preservação de uma identidade, de um vínculo estabelecido em um grupo de referência. Por exemplo, o ambiente de uma universidade é próprio das relações sociais ali estabelecidas, esse ambiente demarca as regras, os padrões de comportamento, hierarquias, enfim, toda uma cultura vivida e construída por aquele grupo. Segundo Halbwachs (2006, p. 159) “Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta às coisas materiais a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu.”.

Conforme os ambientes em que estão inseridos, a cultura, os costumes, os valores são incorporadores, tornando-se fatores particulares daqueles que os ocupam. Eles podem ao mesmo tempo influenciar o espaço, moldando a sua imagem, reflexo, identidade, como o espaço pode influenciar no próprio grupo.

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade. (HALBWACHS, 2006, p. 160)

A memória tratada por Halbwachs é aquela que estabelece um vínculo, uma relação, entre o passado e o presente. Para o autor, na memória coletiva, o passado é continuamente reconstruído e vivenciado enquanto tal. O passado é também ressignificado, ou seja, em certos sentidos a memória evoca acontecimentos, vivências que estão inseridas em determinado espaço e tempo, e que também são de interesses atuais.

A memória coletiva tem uma grande predisposição de converter os fatos do passado em ideias e em narrativas em que não há rupturas, o que reflete em uma continuidade do

passado para o presente, podendo dessa forma, em certo grau, restabelecer o processo histórico do grupo.

Assim como Halbwachs, por um olhar historiográfico, Le Goff também concede a ideia de que a memória é um fenômeno social. Segundo Le Goff (2003), a memória nos remete a um conjunto de funções psíquicas pelas quais o ser humano utiliza ou representa informações referentes ao passado. Esse conjunto de funções psíquicas não deve, no entanto, ser associado unicamente à memória individual. Esse processo de recuperação e representação do passado acontece a partir das funções cognitivas individuais, mas se desenvolve por meio das relações sociais. Para Le Goff, a preservação da memória social é fundamental para a história, assim como todo o seu processo, seja de limitar ou de ampliar a informação e o conhecimento. Nessa mesma perspectiva teórica

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p. 423)

Enquanto um aspecto inerente da parte cognitiva do ser humano, a memória também remete a diversas dualidades do passado versus presente, hoje versus o ontem. Ela faz com o que ser humano processe em seu inconsciente diversos momentos que ele viveu.

Segundo Le Goff (2003), a memória e o esquecimento são ambos almeçados e temidos por aqueles que dominaram ou dominam a sociedade. A memória social, sua preservação, é fundamental para a história e todo o seu processo seja para limitar, “retrair”, seja para ampliar a informação. É pela inserção na História (Le GOFF, 2003), e pelo registro no tempo de um evento sociocultural, que os signos (representações) são inseridos em suas dinâmicas de uso, e recuperam a dinâmica de uso do passado por meio da memória.

Por meio de uma análise dos tempos históricos – esta que o autor dividiu e denominou como: 1) Amemória ética; 2) O desenvolvimento da memória: da oralidade à escrita, da Pré história à Antiguidade; 3) A memória medieval no Ocidente; 4) Os progressos da memória escrita e figurada da Renascença aos nossos dias; e por fim 5) Os desenvolvimentos contemporâneos da memória – é possível notar as mudanças na história e suas implicações para as diversas formas de concepções e formas de memória.

A forma de conceber, de construir a memória perpassa milênios, séculos, desde a sociedade sem escrita até os dias atuais. As técnicas, os conhecimentos práticos das sociedades antigas eram elementos importantes, uma vez que na época a memória era transmitida “palavra por palavra”, ou seja, de forma oral.

Por sua vez, com o passar do tempo, e o advento da escrita, configurou-se uma grande transformação da sociedade. Ela trouxe, segundo Le Goff (2003), um duplo progresso para o desenvolvimento de duas formas de memória: por um lado, por meio da comemoração, da celebração via monumentos, templos e avenidas, desenvolveu-se a forma da inscrição o que desembocou na criação da epigrafia. As escritas propriamente na pedra, em outras palavras, eram consideradas “os arquivos da pedra”, uma forma de auxiliar na memorização de algum feito; por outro lado, desenvolveu-se também a memória ligada à escrita feita em documento escrito, em um determinado suporte (sendo eles: ossos, peles, folhas de palmeira, carapaças de tartarugas, os papiros e pergaminhos). Esse é um tipo de mudança que atesta bem a passagem de uma memória até então oral (auditiva) para uma memória escrita (visual).

Segundo o autor (2003), os reis criaram instituições de memória-arquivos, bibliotecas e museus, a fim de valorizar a memória real abordada aqui que fazia referência às suas próprias memórias e histórias. O que poderíamos apontar é que, mesmo em outros tempos, esse tipo de iniciativa não se alterou em alguns países, por parte de alguns políticos e figuras representativas.

Em determinadas épocas, principalmente na Idade Média, a igreja teve um grande papel na forma como a memória foi concebida, construída. Como detentora da época do tempo e do espaço, seu domínio intelectual, visível no ensino cristão, influenciou a forma como o cristianismo, por exemplo, era cultuado. Tais memórias, por exemplo, podem estar relacionadas às grandes igrejas góticas que talvez estejam entre os maiores símbolos de memória. Nesse contexto, a memória também foi se cristalizando nas figuras dos santos e dos mortos.

É somente com o surgimento da imprensa, a partir do século XV, que podemos falar de “revolução” da memória ocidental. Uma vez que com livros, por exemplo, se ampliou o acesso ao conhecimento, e do mesmo modo, se ampliaram as possibilidades de construção e preservação a memória.

O que Le Goff (2003) aponta é que podemos pensar que, ao longo da história, seja por conta das novas ferramentas, do boom urbanístico, das novas formas de concepção social, a memória foi construída e preservada de diferentes formas em diferentes contextos. De certa forma, a sua amplitude, suas novas concepções, novas definições ou as próprias redefinições que ela obteve com o passar do tempo, resultaram de diversas formas de projetá-la, de configurá-la, de imaginá-la de acordo com o contexto histórico.

No que concerne nossa realidade atual, a memória possui um aspecto mais relacionada ao eletrônico, à máquina. Inseridos em um ambiente globalizado a todo momento, utilizamos

as ferramentas eletrônicas a fim de auxiliar nossos processos, serviços e ações, como se o que fosse um servidor humano.

Em síntese, com base nos estudos apresentados, pode-se perceber que, tal qual o conceito de ciência, o conceito de memória pode ser compreendido por meio de uma variedade de perspectivas. Enquanto para Bergson, a memória é pensada de uma forma mais individualizada, para Halbwachs e Le Goff, a memória ganha uma forma coletiva, que se constrói socialmente. Embora suas conceituações provenham de áreas diferentes do conhecimento, esses três autores têm em comum uma ênfase no aspecto coletivo da memória.

Pensando no contexto da universidade, a maioria dos projetos, ações e trabalhos ali desenvolvidos pressupõem um coletivo, que perpassa não só a comunidade científica, como também os docentes, funcionários e estudantes em sua diversidade, bem como eventuais participações da comunidade externa. Nenhum cientista faz ciência sozinho. Por isso, a dimensão coletiva da memória é fundamental para esta pesquisa.

3.2.1A memória e o pensamento complexo

A memória, em certo grau, aparece para nós como um processo complexo, uma vez que ela se configura, se caracteriza, incorpora em si diversos tipos de pensamentos que buscam compreendê-la, ressignificá-la de alguma forma, como por exemplo, aspectos psíquicos, culturais, sociais, biológicos entre outros. Para a discussão dessa questão, ou seja, pensamento complexo e memória, apresentamos algumas relações com os três princípios apresentados no livro de Morin (2005) no tópico anterior.

Com base no primeiro princípio (dialógico) e suas características, podemos pensar que na universidade existem vários grupos sociais, de referência, várias memórias coletivas que são criadas de acordo com o contexto e o ambiente em que os grupos estão inseridos (grupos de áreas e subáreas distintas do conhecimento: estatística na humanas, biologia na física, serviços administrativos realizados e disciplinas, áreas do conhecimento etc). Essas áreas apresentam em si diferenças de conteúdo, metodologia, prática, o que as leva a serem tidas como opostas segundo os postulados científicos, sociais, estruturais impostos, que diferenciam seus objetos e objetivos de estudo. Entretanto, embora sejam grupos de referência distintos quanto às suas ordenações, suas memórias, eles se complementam a partir do ponto em que apresentam conhecimentos, disciplinas, serviços que intercambiam entre si informações que não produzem, que não conseguem realizar de uma forma isolada. Esse princípio nos ajuda a perceber que a produção do conhecimento não é algo fragmentado, mas

tende a ser o resultado de uma interdisciplinaridade, cooperações, formas que se complementam apesar de suas diferenças. Por exemplo, a análise sociológica de Durkheim sobre o suicídio¹⁰, especificamente a diferença das taxas de suicídio entre católicos e protestantes com base em estatísticas dos dois grupos estudados em épocas diferentes; isso representa uma junção de áreas distintas (sociologia e estatística). Assim como o uso da arte, de figuras utilizadas pela biologia, pela física e pela química, a fim de representar as nanopartículas muitas vezes só vistas em microscópios, trabalhando dessa forma elementos da criação artística de forma associada à um saber científico e tecnológico. Isso representa um diálogo entre áreas ou saberes supostamente opostos (ciência e arte).

De modo geral, o que temos é que o conhecimento é produzido de forma cooperativa e interdisciplinar, mesmo que ele se apresente de forma oposta (de forma especializada, fragmentada, disciplinar).

Pelo segundo princípio (recursão organizacional), entendemos que, ao mesmo tempo em que somos produtores da memória, somos também produtos da memória. A memória coletiva, como vimos, é construída coletivamente, e ela está sempre presente no indivíduo.

Nós como inseridos dentro de um contexto universitário onde construímos nossas ideias, e compartilhamos com outros os pensamentos, as características, os saberes, os serviços. Nós não agimos de forma isolada, mesmo que as nossas particularidades - aspectos sociais, econômicos, culturais, ideológicos - tenham nos formado em certo momento da vida. Partilhamos no nosso ambiente aspirações, ações e sentidos com outros grupos, permitindo servir de referência para outros grupos, e também fortalecer aquele grupos em que estamos presentes. Somos, portanto, agentes dentro de um contexto universitário, e servimos como base para a construção da memória da instituição à qual pertencemos, e criamos estas memórias a partir das nossas ações, interesses, participações, objetivos neste ambiente. Ao mesmo tempo, somos produto de memórias e saberes já acumuladas no ambiente universitário.

Por fim, pelo terceiro princípio (holográfico), a universidade está inserida no todo (sociedade), e a sociedade está presente na universidade. De que forma? Verificamos na universidade a presença de diversos grupos sociais e diversas áreas do saber, que muitas vezes são reflexos de interesses, demandas externas ao ambiente universitário. A memória coletiva desses grupos é construída mediante o compartilhamento dos mesmos pensamentos,

¹⁰ O Suicídio: Estudo de Sociologia. (1987). Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3952040/mod_resource/content/1/2000_Durkheim_O%20Suicidio%20-%20livro%20inteiro.pdf. Acesso em: 11 jul. 2018

vivências, experiências. Os grupos não trabalham de forma isolada. Neste caso, esta memória está sendo construída e está influenciando todos os elementos que estão ligados, estão associados na universidade, e que ao mesmo tempo estão presentes na sociedade. As demandas sociais, científicas, se apresentam e são realizadas no ambiente da produção científica universitária com base tanto em interesses que são internos quanto externos. Não se vê assim, uma sobreposição das partes, mas uma intercomunicação, uma conexão entre diversos grupos sociais que preservam e atualizam suas memórias. As partes só podem ser compreendidas se contextualizadas no todo, e vice-versa.

Podemos concluir que, o pensamento complexo pode ser trabalhado como base para a compreensão da memória coletiva, com base nesses três princípios, e pelo fato de representar uma visão interdisciplinar e com múltiplas relações, ramificações, formando uma estrutura complexa. Principalmente no que tange a memória coletiva, ela pode ser construída em vários ambientes por vários grupos. A memória coletiva é múltipla, pois os diversos grupos apresentam diversos tipos de memória. Da mesma forma que o pensamento complexo, a memória é reconstruída, resignificada a todo momento.

3.3 Memória científica

O termo memória científica é tratado de diversas formas pela literatura, muitas vezes está relacionado às atividades realizadas nos laboratórios, a pesquisas e revistas científicas; a museus, bibliotecas e arquivos; a preservação da história da ciência ou propriamente a uma determinada instituição que tem em sua história trajetórias que envolva a prática da ciência. Brito (2012), por exemplo, na sua dissertação de mestrado ¹¹ analisou as concepções, práticas, intenções dos pesquisadores- os cientistas- da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a partir do valor atribuído por esses à memória científica da instituição, como as suas práticas, intenções interferem na própria construção dessa memória científica. Embora, a sua pesquisa tinha foco principalmente na documentação, esta como frisada pela autora, produzida e acumulada no decorrer das atividades científicas, ela não limitou seu trabalho apenas à documentação gerada no laboratório. Portanto, seu foco de pesquisa era uma documentação mais ampla, ligada ao arquivo científico. Em vista disso, a memória científica concebida e adotada pela autora é aquela que também trabalhamos neste projeto, ou seja, uma ciência

¹¹ Dissertação: A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação do IBICT/CNPq-ECO/UFRJ

ampla, encontrada em diversas áreas do conhecimento, que é ensinada, presenciada, financiada, difundida e acessada na universidade.

Na mesma linha de pensamento, Abrahão (2010) em seu trabalho, por meio do estudo das atividades realizadas nos Fundos Joaquim da Costa Ribeiro, Newton Carneiro Affonso da Costa e a Coleção Hugo Régis dos Reis¹², discute a ideia da importância da preservação documental para a divulgação da História da Ciência. A memória científica aqui estudada, portanto, tem como foco a preservação documental relacionadas à História da Ciência, independente da área acadêmica, ou a história das instituições que trabalham com a ciência como um todo. A preservação documental, conseqüentemente da memória científica, como bem frisado pela autora, representa não só a guarda dos documentos relacionados aos padrões arquivísticos, mas também compreender sua produção, e até mesmo utilizá-los para futuras atividades, pesquisas científicas. O que percebemos, é que a salvaguarda dessa memória científica implica na própria conservação da memória coletiva, assim como na construção da sua identidade frente à sociedade.

Roberto de Andrade Martins (1992)¹³, em seu trabalho intitulado “ O sistema de arquivos da universidade e a memória científica” tem como foco os arquivos universitários, arquivos históricos relacionados à ciência. Da mesma forma que as pesquisas anteriores, a ciência aqui é definida de uma forma ampla, com diversos significados, no qual no estudo é utilizada como sinônimo de conhecimento, prática, disciplina, difusão e acesso. Como adotada por Abrahão (2010), a importância do estudo e da preservação da História da Ciência para o país também é apontada como um elemento importante para o resguardo da memória científica. O que notamos neste estudo, como bem delimitado no seu objetivo, é que para Martins, cabe à universidade o papel de zelar pela História da Ciência por meio dos arquivos universitários. A universidade, como frisado pelo autor, é compreendida como produtora e difusora do conhecimento. Embora, vale ressaltar que, conforme ele aponta, essa não é a única instituição ou entidade na qual é produzido o conhecimento científico. No entanto, seu foco recai, em seu trabalho, na universidade para a preservação da memória científica. Martins, ao longo do texto, apresenta ideias, sugestões de quais documentos preservar, os diversos suportes em que as informações podem estar, e como conservá-los, assim como ideias gerais para a organização e a avaliação que devem ser feitas para análise desses documentos, entre outros. A ideia apreendida nesse trabalho por meio da leitura é a

¹² Fundos provenientes de Arquivo Histórico do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE) da Universidade de Campinas (Unicamp)

¹³ Membro do Grupo História, Teoria e Ensino de Ciências (GHTEC) da Universidade de São Paulo (USP)

importância da universidade, dos professores, pesquisadores, alunos, funcionários, a comunidade acadêmica em geral, bem como os setores de ensino, pesquisa e extensão da universidade no que tange a importância da preservação, organização, difusão e acesso da memória científica da instituição.

Assim como a acentuação da necessidade de preservação dos arquivos, os museus, no que tange a preservação da ciência, ganham destaque. Na pesquisa realizada por Granato (2014), seu objetivo foi realizar um levantamento de conjuntos relacionados a patrimônio de ciência e tecnologia. Foi feito um levantamento em nível nacional a fim de construir um panorama do estado desses patrimônios, e um estudo da legislação de proteção ao patrimônio de alguns países sobre esta temática, assim como no Brasil. Também foi feito um estudo de caso de coleções de objetos de C&T (Observatório de Valongo e do Colégio Dom Pedro II), ambos localizados no Rio de Janeiro. Utilizou-se um recorte em relação às áreas do conhecimento e período histórico, compreendendo objetos pertencentes às ciências exatas, às diferentes especialidades de engenharia, bem como geografia, geologia e oceanografia, e fabricados até 1960. A partir da adaptação de um formulário usado em pesquisas similares em Portugal, elaborou-se uma ficha de registro, que permitiu identificar conjuntos de objetos em museus, universidades e institutos de pesquisa. A pesquisa desenvolvida teve como intuito focar seus estudos nos bens, objetos que foram produzidos e/ou utilizados nos ambientes, como por exemplo, de laboratórios, em universidades, centros técnicos, desenvolvendo pesquisas científicas, desenvolvendo a produção científica. O intuito também era descobrir quais as instituições que possuem esses objetos relacionados a ciência e tecnologia, se estavam preservados, e sua quantidade. A maioria desses objetos já se perdeu ou estão em situação de abando em universidades, centros, entre outros.

Segundo Granato (2014), iniciativas de identificar, preservar, salvaguardar objetos científicos e tecnológicos no Brasil são quase inexistentes, ao contrário de universidades europeias. Sua pesquisa, particularmente, se inspira em iniciativas europeias, entre elas, nas realizadas pela pesquisadora Marta Lourença de identificação de patrimônio universitário português, que foi realizada pelo Museu de Ciências da Universidade de Lisboa.

Assim como os arquivos e os museus, a biblioteca, segundo Dias e Silva (2016) é denominada como a “guardiã da memória”. A pesquisa desenvolvida pela autora teve como objetivo estudar o conhecimento registrado das coleções relacionadas à memória científica da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS) da casa Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. No seu estudo, a autora, tem como objeto de pesquisa as coleções especiais de estudiosos, cientistas, da FIOCRUZ, por meio de pesquisas de cientistas valorizados nacionalmente e

internacionalmente. O material bibliográfico da coleção especial indica as leituras de estudo ou de lazer dos cientistas, o que possibilita conseqüentemente caracterizar os assuntos mais estudados, bem como os interesses dos estudiosos. O acesso a este material, segundo a autora, acarreta, portanto, um tratamento temático das coleções, permitindo que o usuário trace seu objetivo, seu interesse durante a pesquisa. Sua pesquisa buscou comparações da época do estudioso com a atualidade da temática da saúde (por exemplo, a Medicina), bem como o acesso a bibliografia utilizada durante os trabalhos, e que podem ser bases para a construção de uma pesquisa.

Este material bibliográfico dos estudiosos encontrados nas coleções especiais da BHCS se apresenta como uma literatura relacionada à memória científica, principalmente por estar ligado ao campo científico da FIOCRUZ. Assim como Brito (2012), a autora compartilha da ideia de que a memória científica tratada no trabalho é produzida e acumulada ao longo das atividades científicas, bem como disseminada e acessada.

Com base nisso, para este estudo, as ideias apresentadas sobre os conceitos de ciência e memória nos tópicos anteriores trazem uma série de implicações para o conceito de memória científica aqui trabalhado.

O que podemos compreender por meio dessas literaturas apresentadas são as diversas formas como a memória científica pode ser compreendida, analisada. No entanto, o conceito não possui uma definição unívoca. Ele é passível de interpretações e significações variadas.

Como vimos, o conceito de ciência pode ser pensado de forma múltipla, como um “rizoma”, conforme conceito de Deleuze e Guattari, o que implica que pode haver diversas interconexões de forma variada, e que a ciência se dissemina e está presente em múltiplos ambientes. Ainda na perspectiva do rizoma, vimos que a ciência tem uma capacidade de se relacionar com diversos conhecimentos heterogêneos. A noção que o conceito de rizoma nos traz é que, quando pensamos, presenciamos, vivenciamos a ciência, estamos estabelecendo relações com diversos elementos, ambientes, cenários e agentes.

Por sua vez, na abordagem conceitual da memória, conforme principalmente a discussão de Halbwachs, é razoável propor que a memória é uma construção coletiva, que se realiza por meio das relações sociais. Segundo o autor não dá para pensar a memória, lembrá-la se não for por intermédio dos grupos sociais, ou seja, os grupos de referência no qual o indivíduo está inserido. A sua reconstrução, portanto, é feita mediante agrupamento de várias lembranças advindas de grupos sociais distintos (grupos sociais, escola, igreja, etc.) no qual o indivíduo participa. Conseqüentemente, podemos apreender que a memória é sempre construída em grupo, em determinado contexto social. Dessa forma, podemos destacar

que as memórias são lembradas em grupo, mesmo que o indivíduo tenha vivenciado ou presenciado algum acontecimento, evento, de forma isolada.

Ambos os conceitos aqui estudados (ciência e memória), relacionados e interpretados, se apresentam de uma forma complexa. Ou seja, como desvelado, a complexidade para Morin tem um anseio para um conhecimento multidimensional, de trabalhar as diversas conexões, as diversas dimensões que o conhecimento pode abarcar. A ciência ao se apresentar de forma rizomática, abarca este pensamento pelo seu caráter múltiplo e heterogêneo. Por sua vez a memória coletiva por agregar em si elementos psíquicos, individuais, sociais, culturais, incorpora uma articulação que busca estabelecer conexões entre unidades que possuem diferenças, identidades próprias e únicas.

A ordem/desordem, o acaso, as incertezas, as indeterminações, características associadas com a complexidade para Morin, e presenciadas nestes dois conceitos, em certo grau, fomentam um novo tipo de explicação, entendimento que será refletido na memória científica construída neste trabalho.

A memória científica terá esse papel na qual a sua presença não ficará limitada apenas a um campo, área, mas compreendida por formar, por estabelecer relações entre as partes. As áreas do conhecimento agregam em si diversas características que podem torná-las semelhantes ou diferentes das outras. A questão é, a partir do princípio dialógico de Morin, podemos inferir que a memória científica, dentro do contexto da universidade, encontra-se em diversos lugares, pessoas, saberes. Embora alguns desses elementos se apresentem de forma distinta, diferente, e até antagônica, em uma primeira análise, também são semelhantes em alguns pontos, em certo grau eles se apresentam como indissociáveis e complementares entre si, que contribuem para o desenvolvimento da universidade.

Unindo essas duas discussões, podemos propor que a memória científica é construída coletivamente, por meio das relações sociais que fazem parte do contexto da produção da ciência. Essas relações podem estar vinculadas aos grupos de pesquisa, de forma específica e bem localizada, a uma determinada comunidade acadêmica, ou mesmo à comunidade científica como um todo. Quem participa dessas relações são os diferentes atores que vivenciam o contexto da produção científica, por exemplo, pesquisadores, técnicos, funcionários da universidade, estudantes, o público-alvo que eventualmente tenha participado de uma coleta de dados, autoridades acadêmicas, entre outras. De modo geral, seria uma redução supor que apenas os cientistas participam da construção da ciência, e conseqüentemente, da construção da memória da ciência.

Em certo momento os conceitos de memória científica e memória institucional ora se confundem ora se assemelham. De forma geral, o conceito Memória Institucional (MI) encontrado no estudo de Icléia Thiesen (1997), desenvolvido em sua tese, tem que a MI é uma memória que não é construída só internamente, ou seja, as informações provêm tanto de dentro quanto de fora das instituições. A MI também está em constante evolução, pois é elaborada com o passar do tempo, sendo o reflexo de uma trajetória social e histórica.

A memória institucional, segundo a autora, é um conceito híbrido, uma vez que trabalha tanto com o conceito de memória quanto de instituição. Ela não apresenta uma definição consolidada, já que opera em várias esferas. Se pensarmos no conceito de memória institucional podemos atribuí-lo, também, à instituição de ensino superior, possibilitando o estabelecimento de relações com a memória científica. Pensando a universidade como uma instituição de conhecimento, de saberes, que é legitimada e sustentada pela sociedade, sua memória se torna um elemento importante para a comunidade e para o processo de construção da ciência e da própria instituição. Logo, neste trabalho, podemos pensar em estabelecer uma compreensão da memória de cunho científico e institucional.

Diversos lugares podem atuar como espaço da memória científica e institucional, como laboratórios, as salas dos docentes e dos grupos de pesquisa, as secretarias dos departamentos, as salas de aulas teóricas, o espaço de convivência estudantil, as quadras de esporte, a biblioteca universitária, os setores administrativos da reitoria, entre outros. Em suma, pode fazer parte dessa construção a universidade como um todo ou mesmo espaços da sociedade que tenham relação com os saberes e as tecnologias produzidas.

Por fim, uma variedade de acontecimentos pode estar ligada à memória científica e institucional, como as diferentes etapas de uma pesquisa em ação, os momentos de descobertas, os eventos científicos, premiações e reconhecimentos, exames de defesas e dissertações, publicações de artigos ou livros, momentos de conflitos teóricos ou metodológicos, entre outros.

Esses exemplos corroboram a ideia de uma memória científica e institucional que seja construída coletivamente e que tenha as características de um rizoma. Podemos entender por este estudo que, embora ela não tenha uma definição geral, a **memória científica refere-se à história da ciência, das técnicas e tecnologias por ela produzidas, e dos projetos que articulam as comunidades acadêmicas em suas relações com a sociedade.** Essa memória é, portanto, uma construção social, e que adquire uma multiplicidade de sentidos e ramificações.

40 CENTRO DE MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA

4.1 A Ciência da Informação e os Lugares de Memória

A memória, como visto no capítulo anterior, se apresenta em diversos aspectos das relações sociais. Os elementos como vivências, costumes, culturas, questões subjetivas, contextos sociais, entre outros pontos, estão relacionados com a concepção da memória, sobretudo neste estudo sobre a ideia de memória científica e institucional.

Podemos destacar um aspecto desse conceito amplo de memória, se dissermos que ela também se relaciona aos documentos de forma geral. Uma parte da memória pode ser, dentro de certos limites, recuperada por meio de documentos que são gerados socialmente pela produção humana. Esses documentos contêm símbolos, linguagens, códigos, ou outros tipos de representações, que nos possibilitam acessar os significados ali representados.

Aqui, para efeito de análise da pesquisa, entendemos por documento a definição de Paul Otlet (1937)¹⁴, um dos estudiosos centrais da área da Documentação. Segundo o autor belga, o documento “[...] é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental [...]”. (OTLET, 1937, s.n.) Ou seja, o conceito de documento para o autor se configura em vários formatos e diversos suportes.

A fim de preservá-los, ora por indicarem determinado contexto, costume, cultura, valores, ora para salvaguardada memória e história de um determinado grupo ou sociedade, os documentos supracitados em sua variedade são destinados a determinadas instituições denominadas historicamente as “guardiãs da memória”. Na literatura, não são poucos os trabalhos que realizam estes estudos, e associam, há tempos, as instituições como Biblioteca, Museu e Arquivo como “lugares de memória”¹⁵ (NORA, 1993). Esses lugares, como o historiador Pierre Nora bem demarcou são “[...] lugares onde a memória se cristaliza e se refugia [...]” (NORA, 1993, p. 7) possibilitando abarcar o passado, o presente e o futuro de forma concomitante.

¹⁴Paul Otlet (1868-1944) foi um visionário, estudioso do que hoje conhecemos com Ciência da Informação a usar os termos documento e documentação numa acepção moderna que valoriza o conteúdo em detrimento do suporte. Juntamente com o belga Henri La Fontaine criaram o sistema de classificação de informação bibliográfica, CDU (Universal Decimal Classification) (1994)

¹⁵ O conceito histórico “lugares de memória” é utilizado pelo historiador Pierre Nora (1931-) que faz relações a diversos espaços que a memória esta presente, ou seja, museus, bibliotecas, arquivos, cemitérios, celebrações, ambientes, entre outros.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. **A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto.**(NORA, 1993, p.9, grifo nosso)

Para reforçar seu papel crucial para a memória, dizemos que tais “lugares de memória” são entidades institucionalmente cunhadas como detentoras da produção humana ao longo do tempo.

Edificar “*lugares de memória*” significa, de acordo com essa perspectiva, atribuir-lhes uma dupla função: a de *demonstrar*, mesmo que por lampejos, que a constituição do discurso mnemônico é um fenômeno estruturado socialmente e a de *reforçar*, seja teórica ou factualmente, a tese de que a memória, por mais adjetivos que encontre em seu caminho (voluntária ou involuntária; individual ou coletiva), resiste às reduções impostas pelos enunciados contemporâneos que defendem o fim da história e a desarticulação das interações simbólicas forjadas no nível do social. (SILVEIRA, 2010, p. 78)

A existência dessas instituições, portanto, é de grande importância na sociedade como um todo, já que carregam em si a missão da salvaguarda da memória social, coletiva. Ao mesmo tempo em que estão incumbidas dessa guarda, elas também possibilitam que tais documentos sejam acessados, usufruídos pelo público.

No caso das universidades, a preservação dos documentos que carregam sua memória científica e institucional é de extrema importância para a história não só da universidade (sua linha do tempo marcada pelas atividades, serviços, produções científicas de forma geral), quanto para a sociedade, esta que usufrui dos benefícios gerados pela universidade, e muitas vezes demanda soluções que são essenciais para seu funcionamento.

Antes de adentrarmos mais nestas instituições, é preciso que façamos uma análise sobre o conceito de informação, já que consideramos que existe uma relação intrínseca entre documento e informação.

A informação aqui é concebida com base nos estudos da Ciência da Informação (CI). Diversos são os autores (LE COADIC, 1996; ROBRERO, 2005; ARAÚJO, 2014, entre outros) que realizam os estudos dessa área do conhecimento, sem, no entanto, defini-la de forma única, definitiva. Com base nessas leituras, pretendemos realizar uma análise geral dos estudos feitos pelos autores mencionados, acrescentando nossos pontos de vista.

Para efeito deste estudo, principalmente no que tange a relação entre a CI e as áreas científicas Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, utilizamos a análise de Araújo (2014), para compreender os processos e acontecimentos que marcam essa área do conhecimento (sua história, suas características), e assim, entender a sua relação como as áreas científicas supracitadas.

Para que isso aconteça, segundo Araújo (2014), é preciso voltar um pouco no tempo a fim de conhecer a ação humana na história e seu papel de produzir os registros materiais, assim como de preservá-los. Na Idade Moderna, principalmente no Renascimento, havia uma influência de alguns grupos da sociedade (como monarcas e alguns intelectuais) na guarda desses documentos originários da produção humana, o que resultou na criação, por parte dos estudiosos dessa época, de manuais, tratados e metodologias voltados para as instituições acima mencionadas (biblioteca, arquivo e museu).

O autor postula que é no século XIX que há uma sistematização de padrões, o que acarreta, conseqüentemente, em certo grau, a institucionalização das ciências (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) relacionadas aos estudos de seus acervos, das formas de tratamento técnico e das metodologias que seriam aplicadas. Em decorrência desse contexto, a concepção da ideia de uma Ciência da Informação tornou-se passível de discussão. (ARAÚJO, 2014)

Tais fatos e a consolidação disciplinar destas três áreas no século XIX são importantes, pois será no diálogo com (ou melhor, na oposição a) estas áreas, conformadas desta maneira, que se construiu a ideia de uma “Ciência da Informação”. Nos primeiros relatos sobre o que deveria ser a Ciência da Informação havia a crítica ao bibliófilo, ao bibliotecário erudito, ao historiador atuante nos arquivos – a crítica de que tais profissionais focavam-se no “conteúdo” das obras, na instituição custodiadora, em vez de se preocuparem em promover a disseminação, a circulação e o efetivo uso das obras custodiadas. Foi nessa direção, querendo se tornar uma *outracoisa* que não a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia desse período, que se construiu o empreendimento da CI. (ARAÚJO, 2014, p. 3)

Outros fatores históricos e acontecimentos científicos também, segundo o autor, compeliram para que a ideia de uma CI começasse a se desenvolver. Algumas particularidades impulsionaram em maior grau a idealização dessa ciência, como: a própria relação com as áreas de Bibliografia, Documentação e Biblioteconomia; a existência e o exercício dos “cientistas da informação”, e sua ligação com atividades envolvendo a ciência e a tecnologia; o surgimento de novas tecnologias; e o respaldo do conhecimento na Teoria da Matemática.

O que se tem é que, segundo Araújo (2014), ocorreu uma combinação de fatos que propiciaram a consolidação da CI. Se, em um primeiro momento, havia uma preocupação maior com a tutela do documento, sua custódia, posteriormente se desenvolveu também uma ênfase na forma como a informação iria se disseminar. Isso leva, conseqüentemente, a uma mudança de foco, do interesse nos documentos em seu caráter físico, para o foco no conteúdo, na informação que está contida nele, e em seu fluxo. Esse processo acarretou na criação de uma identidade própria para a CI, em relação às áreas que a constituíam naquele momento (biblioteconomia, bibliografia e documentação). Essas áreas, embora num primeiro momento tenham criado um cenário favorável para o surgimento de uma área comum (a CI), também propiciaram que algumas diferenças entre elas fossem traçadas.

Como postulado por Araújo e outros autores, a consolidação da CI, tanto teórica quanto institucional, foi impulsionada pelos fatores anteriormente descritos, definindo suas características, e pela concepção de qual ciência buscava ser. Esse processo de consolidação da CI teve um impulso na década de 1960 em países como EUA, URSS (atual Rússia) e Inglaterra.

Os estudos sobre a área de CI e suas subáreas se desenvolveram, na compreensão de Araújo (2014), da seguinte forma: inicialmente, análise das diversas fontes e recursos informacionais na prática científica; posteriormente, estudos voltados para as práticas informacionais realizadas pelos cientistas; e por sua vez, mais recentemente, trabalhos realizados em torno do conceito de “rede”, por meio de ações informacionais com um caráter mais coletivo sobreposto ao individual; assim como as áreas voltadas para recuperação da informação, via processos de representação de fontes de informação e sua relação com processos decisórios; a busca por padrões de informação (comportamento informacional, apropriação da informação e as diversas formas do uso, o estudo dos usuários da informação); e até mesmo a apreensão de estatísticas, de dados de publicação com base no uso da Bibliometria, a fim de obter resultados infométricos.

Com base nestes acontecimentos históricos, podemos questionar: Que tipo de ciência é a Ciência da Informação? Entre algumas características debatidas, e longe de serem as únicas, podemos postular que a CI é uma ciência interdisciplinar, pois ela dialoga com outras áreas do conhecimento, recebendo contribuições dessas áreas e também contribuindo com elas.

A ciência da informação é uma ciência interdisciplinar que se deriva de e se associa a disciplinas como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a informática, a pesquisa operacional, a análise de sistemas, artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração, etc. (ROBRERO, 2005, p.3)

Outro aspecto importante é considerar a CI como uma ciência pós-moderna. Neste caso, o objeto de estudo da CI – o conceito de informação – não é considerado um “novo” objeto empírico, mas a sua capacidade de estudar diferentes fenômenos de uma forma específica, utilizando determinados conceitos e métodos a fim de analisar seus objetos de estudo com um olhar informacional, com base em suas características.

O conceito de informação na CI pode ser estudado por meio da tríade da evolução dessa ciência. Para a compreensão desse ponto, Ávila considera os estudos de Capurro (ARAÚJO, 2014 p 20-21 apud CAPURRO, 2003).

Ciência da Informação teria nascido sob a vigência de um **paradigma físico**, construído a partir da Teoria Matemática de Shannon e Weaver e que tomou corpo a partir dos primeiros estudos empíricos promovidos no *Cranfield Project*. Conforme tal visão, a informação é algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Um segundo modelo, o **cognitivo**, emergiu nos anos 1970, inspirado na teoria dos “três mundos” de Karl Popper. Tal modelo relaciona informação a conhecimento: algo é informacional na medida em que altera as estruturas de conhecimento do sujeito que se relaciona com dados ou documentos. Em anos mais recentes, estaria emergindo um **paradigma social**, voltado para a constituição social dos processos informacionais. A partir da crítica ao modelo anterior, que via o usuário como um ser isolado da realidade e apenas numa dimensão cognitiva, busca-se aqui reinseri-lo nos seus contextos concretos de vida e atuação, numa perspectiva claramente fenomenológica: ver os sujeitos como “ser no mundo”, tal como a fórmula do *dasein* tomada de Heidegger ou as “comunidades de discurso” estudadas por Hjørland e Albrechtsen a partir de uma inspiração em Wittgenstein. Daí a famosa fórmula de Capurro, para quem não é a informação que é a matéria-prima do conhecimento: antes, é apenas a existência de um conhecimento partilhado entre diferentes atores que faz com que algo seja reconhecido como “informação”.

Araújo (2014) aponta que estes modelos expostos acima – físico, cognitivo e social – são mais complementares do que excludentes, uma vez que para o autor a questão informacional possui dimensão física, aspectos cognitivos e está sempre inserida em contextos e dimensões pragmáticas. É por meio das aproximações desses modelos que podemos definir o que é CI. No modelo físico, há um olhar específico feito pela CI, não da Documentação ou da Biblioteconomia. Marca-se aqui um modelo em que o objeto de estudo é a informação, esta como um fenômeno objetivo, ou seja, o conteúdo.

No que tange o modelo cognitivo o autor aponta que a ciência da informação não se transformou em “[...] uma “ciência dos conhecimentos”, uma “ciência das ideias”, isto é, uma ciência daquilo que estaria “dentro da mente” das pessoas.”. (ARAÚJO, 2014, p. 23), mas possui um “olhar próprio” sobre esses elementos, buscando ao longo de todo processo uma dimensão informacional, e uma abordagem de cunho subjetivo da informação.

E por sua vez, o modelo social tem como elementos o contexto, os aspectos socioculturais, a dimensão interacional entre sujeitos. Pode-se dizer que embora o foco da CI não seja a interação entre sujeitos e os aspectos sociais, ela tem como objetivo, segundo ARAÚJO (2014, p.24) compreender “[...] a dimensão informacional presente nestes fenômenos.”. Em outro termo, a CI tem como característica um olhar distinto sobre os eventos da realidade, baseado em um caráter intersubjetivo da informação.

A definição do conceito – informação – perpassa várias áreas do conhecimento, sem que, no entanto, haja uma definição única e absoluta. Na CI, os autores que tratam dessa questão também carecem de uma definição precisa, e o conceito acaba sendo sempre questionado, discutido. O que temos em mente, pelo menos, é que o conceito de informação se apresenta com caráter interdisciplinar.

A informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só tem interesse se circula, e, sobretudo, se circula livremente. A atividade de pesquisa constitui, com efeito, a aplicação do raciocínio ao corpo de conhecimentos acumulados ao longo do tempo [...]. (LE COADIC, 1996, p. 27)

Para efeito desta pesquisa, achamos pertinente utilizar o conceito de “informação como coisa” de Michael KeebleBuckland¹⁶, para complementar nossa compreensão a respeito da relação entre documento e informação. Isso não significa que estamos assumindo apenas esse conceito de informação, mas consideramos que o mesmo pode nos auxiliar nesta pesquisa.

Buckland (1991) faz um estudo dos principais significados da palavra “informação” para a área, e defende que ela não pode excluir a ideia de “informação como coisa”. O autor desenvolve esse conceito e nos ajuda a compreender de que maneira os objetos tangíveis podem ser incluídos nos estudos da informação, favorecendo uma ampliação conceitual e teórica para a área.

Segundo esse autor, existem três usos principais para o termo “informação”, que definem os três significados principais: informação como processo, informação como conhecimento, e informação como coisa. Os dois primeiros são mais bem estabelecidos e aceitos pela área acadêmica, de forma mais consensual. Já o terceiro é objeto de mais debates e conflitos teóricos, não tendo uma aceitação consensual.

¹⁶ Buckland (1941-) é professor britânico emérito da UC Berkeley School of Information da Universidade da Califórnia nos EUA.

A informação como processo se refere ao ato de informar ou tornar-se informado. Ela é uma ação, e não o objeto dessa ação. Ela diz respeito ao desenrolar da transmissão do conhecimento, e não ao conhecimento em si. Desse modo, a informação como processo está diretamente ligada à comunicação: ela consiste no ato de comunicar ou ser comunicado sobre algo. A informação como conhecimento se refere àquilo que é comunicado na informação como processo. Ela é o conteúdo da informação como processo, o conteúdo do conhecimento buscado pelo usuário. Ela não é o processo de informar, mas aquilo que é informado a alguém.

Já a informação como coisa se refere aos objetos que são suportes ou portadores de informação. Nesse uso, a palavra informação é utilizada para se referir a objetos concretos, como documentos, textos, dados, ou mesmo imagens e objetos tridimensionais, que são considerados informativos, ou seja, portadores da qualidade de informar. Enquanto a informação como conhecimento é algo mais abstrato, intangível, a informação como coisa é mais concreta, tangível. Como o conhecimento é abstrato, no sentido de não ser possível tocá-lo ou medi-lo de forma direta, ele deve ser, necessariamente, registrado, comunicado ou expresso de alguma forma em um suporte físico: que pode ser um símbolo, texto, imagem, livro, vídeo, gravação de áudio, ou alguma outra forma de comunicação. Esses suportes físicos da informação são justamente o que Buckland (1991) denomina “informação como coisa”. Em outras palavras, tudo o que é informativo, e que pode ser tocado ou medido por meio de interação física, não é conhecimento – é informação como coisa.

Esse autor considera esse terceiro significado – o significado de informação como coisa – como sendo fundamental para o desenvolvimento teórico da Ciência da Informação. Isso porque, além de ser um uso comum da palavra, a informação como coisa é o único tipo com o qual os sistemas de informação, e mesmo os usuários, podem interagir diretamente. Ou seja, sistemas e pessoas não conseguem manipular ou agir de alguma forma direta sobre a informação como conhecimento, mas conseguem fazê-lo sobre a informação como coisa. Não é possível armazenar conhecimento diretamente, mas é possível armazenar livros ou objetos que contêm representações do conhecimento:

“Informação como coisa” é de especial interesse no estudo dos sistemas de informação. É com esse tipo de informação que os sistemas de informação lidam diretamente. Bibliotecas lidam com livros; sistemas de informação baseados no computador lidam com dados na forma física de bits e bytes; museus lidam diretamente com objetos. A intenção pode ser que os usuários se tornem informados (informação como processo) e que haja uma comunicação de conhecimento (informação como conhecimento). Mas os meios para isso, aquilo que é manuseado e operado na prática, aquilo que é armazenado e recuperado, é informação física (informação como coisa).

Nessas definições, não pode haver algo como “sistemas baseados no conhecimento” ou “sistemas de acesso ao conhecimento”: existem apenas sistemas baseados nas representações físicas do conhecimento. (BUCKLAND, 1991, p. 352, tradução nossa)

Por isso, a ideia de informação como coisa é importante não só para museus, como também para bibliotecas, arquivos e sistemas de informação de modo geral. Ela é, assim, uma ideia relevante para toda a Ciência da Informação. Em síntese, podemos dizer que o conhecimento pode sempre ser representado. Livros, revistas, cartas, textos, imagens, filmes, gravuras, modelos, maquetes, etc. – são exemplos de representações do conhecimento, que podem ser considerados “informação como coisa”.

De modo geral, as pessoas conseguem obter informação por meio de uma diversidade de coisas. Algumas dessas coisas são mais facilmente associadas à informação, como por exemplo: diversos tipos de documentos escritos, como textos, cartas, livros, relatórios, jornais e revistas; dados de um modo geral, encontrados em diversas formas; podemos incluir aqui noticiários na televisão, ou mesmo sites de internet e sistemas de informação desenvolvidos para essa finalidade. Por outro lado, algumas coisas podem ser informativas de uma forma menos óbvia: objetos tridimensionais, sejam eles artefatos humanos ou elementos naturais, como pedras, fósseis, plantas e animais; a vista por uma janela, a expressão no rosto de uma pessoa, os sons ouvidos em uma cidade, um evento ou acontecimento, etc.

Tradicionalmente, a Ciência da Informação deu uma ênfase maior aos dados e documentos como itens de informação. Os objetos tridimensionais, por exemplo, não receberam a mesma atenção. Mas esses tipos de objetos são potencialmente muito ricos em termos de informação. Mesmo não sendo documentos convencionais, os objetos são “informação como coisa”, afinal, eles podem ser coletados, armazenados, recuperados, e estudados como informação.

Para Buckland (1991), de forma geral, todo e qualquer objeto tem potencial para vir a ser considerado como informação, desde que esse objeto possa ser considerado uma evidência sobre algo, ou simplesmente, informativo com relação a algo. Mas ser informativo, destaca o autor, é algo situacional, depende das circunstâncias, do contexto, do julgamento das pessoas que avaliam aquele objeto. Em síntese, a informação como coisa é situacional. Por isso, a definição sobre o caráter informativo de um objeto deve ser consensual.

Neste sentido, o que temos, segundo Robredo (2005, p. 4-5), é que a informação caracteriza-se como passível de ser:

- registrada (codificada) de diversas formas,
- duplicada e reproduzida *ad infinitum*,

- transmitida por diversos meios,
- conservada e armazenada em suportes diversos,
- medida e quantificada,
- adicionada a outras informações,
- organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios [...]

Atualmente o ponto de encontro, de convergência entre as três instituições (arquivo, biblioteca e museu) e a CI, tem como cerne a informação. Com suas devidas diferenças, Smit (1999) ressalta que isso gera um problema conceitual central na área de Ciência da Informação: o conceito de informação, como já bem discutido, é de difícil definição, não consensual, e pode ser usado em diferentes contextos com diferentes sentidos. Por isso, é especialmente importante diferenciar a informação armazenada em bibliotecas, arquivos e museus, de outros tipos de informação, com dois critérios importantes.

O primeiro critério define que: a informação armazenada em bibliotecas e arquivos deve ser considerada “informação estocada”, o que significa que ela foi intencionalmente registrada, não podendo ser confundida com outros sentidos da palavra informação, mais naturais ou momentâneos, como a informação genética, estética ou situacional; de forma complementar, para os museus, a informação apesar de não ter sido originalmente registrada, deve ser considerada em sua situação de registro. Em síntese, esse critério define que as informações armazenadas nas três Marias são do tipo “informação estocada”, intencionalmente registradas para ou por essas instituições.

O segundo critério afirma que a informação estocada nas três entidades tem a ela associada um significado de utilidade. Ou seja, toda informação registrada, de forma intencional nessas instituições, passou por algum momento de decisão sobre sua potencial utilidade. Esse critério de utilidade é relativo ao contexto de tempo e espaço.

Em síntese, a informação armazenada nas três Marias é do tipo registrada, intencional, e eleita como útil. Isso significa que essa informação é *institucionalizada*.

Segundo Araújo (2010), entre os pontos que marcam a reaproximação das três entidades pode-se apontar: o uso das novas tecnologias (digitais), assim como a alteração do foco do acervo para o usuário. Esses dois fatores refletem, de acordo com o autor, aquilo que se considera como elementos de confluência:

[...]a gestão da memória (seleção, coleta, avaliação de documentos); a produção de informação documentária (representação da informação estocada, bases de dados, catálogos, resumos); e a mediação da informação (comunicação das informações, transferência, atendimento das necessidades dos usuários). (ARAÚJO, 2010, p. 184)

Segundo Smit (1999), esses três grupos de processos/atividades são comuns às três entidades: (1) Gestão da memória; (2) Produção de informação documentária; e (3) Mediação da informação. Aqui, é pressuposta uma distinção entre (A) a informação produzida e registrada socialmente, e (B) a informação produzida por bibliotecas, arquivos e museus, tendo em vista possibilitar o acesso à informação armazenada. A informação produzida nas três entidades é denominada “informação documentária”. De certo modo, a informação gerada socialmente e armazenada nelas é o fim, o objetivo das buscas dos usuários. Já a informação documentária é um meio para viabilizar o acesso a esse fim.

Tanto bibliotecas quanto arquivos e museus realizam as três atividades acima elencadas (gestão da memória, produção de informação documentária, mediação da informação). Esses três processos estão presentes nos três tipos de instituições. A gestão da memória diz respeito à seleção, coleta e avaliação de documentos/objetos e estoques informacionais. A produção de informação documentária diz respeito à criação de representações da informação armazenada (resumos, catálogos, descrições, etc.). Por fim, a mediação da informação diz respeito à comunicação de informações com o intuito de viabilizar o acesso e a efetiva transferência da informação relevante aos usuários.

No entanto, destaca Smit (1999), cada instituição pode nomear de forma distinta seus elementos e suas atividades internas, inclusive dando ênfases diferenciadas a elas. Geralmente, bibliotecas e museus trabalham com unidades informacionais (títulos de livros, objetos, etc.), já os arquivos trabalham com séries, ou seja, sequências de documentos de um mesmo tipo. Na biblioteca, o principal critério organizador é o assunto. No arquivo, é a estrutura organizacional da instituição, bem como a função administrativa dos documentos. No museu, os critérios podem ser diversos, como tipos de suportes, funções, períodos, etc. (SMIT, 1999)

Para Smit (2000), apesar das diferenças existentes no que se refere aos tipos de acervos, procedimentos específicos e funções atribuídas à informação, em bibliotecas, arquivos e museus, o que une essas três áreas é o fato de terem em comum os três processos gerais (gestão da memória, produção de informação documentária, mediação da informação), e terem em comum o fato fundamental de trabalharem, todas elas, com informação institucionalizada, isto é, informação intencionalmente registrada e considerada socialmente útil.

Outra discussão que podemos incluir aqui, a partir de Tanus e Araújo (2012) é pensar nas proximidades conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, (respeitando suas particularidades, metodologias, técnicas e objetivos), para além

do conceito de informação: os conceitos de instituição, memória, documento, e interdisciplinaridade. Segundo os autores, esses permeiam, estabelecem conexões entre os campos científicos mencionados. Eles postulam também que fatores como a constituição acadêmica institucional dos cursos, também aproxima os campos científicos acima.

Para ambos os autores (TANUS; ARAÚJO, 2012), a Biblioteconomia é a área do conhecimento que mais tem relação com a Ciência da Informação. Isso setorna mais evidente quando olhamos não só para o histórico da concepção de uma Ciência da Informação, mas também, atualmente, para a presença dessa última em programas de graduação e pós-graduação da área de Biblioteconomia. Já no que tange a Museologia, e sua proximidade com a CI, os autores desvelam que essa relação pode apresentar “uma condição ímpar”, uma vez que tal aproximação é pouco explorada na literatura. A aproximação de ambas as áreas científicas se dá, de forma geral, por meio das ações acadêmicas, estudos interdisciplinares, vínculos institucionais, e principalmente na forma como a museologia é pensada, concebida nos dias atuais, como por exemplo, por meio do estudos da Nova Museologia. No mesmo véis que a Museologia, a Arquivologia se aproxima da CI por meio dos vínculos acadêmico-institucionais. Essa aproximação se dá, do mesmo modo, nos dias atuais, pelo enfoque por parte da Arquivologia na informação como objeto, como nos estudos da Arquivologia Integrada.

Além desses pontos, Tanus e Araújo (2012) ressaltam que o primeiro ponto de aproximação seria por meio da instituição (semelhanças etimológicas entre as instituições e as áreas científicas) e da história (na Antiguidade elas ocupavam um mesmo local, não havia distinções, logo não havia uma separação institucional). Atualmente esta confluência novamente (acervos, espaços, funções e profissionais) é vista, por exemplo, nos centros de memória.

Outro ponto de confluência é justamente a memória, que para fins desse trabalho, é focalizada na construção da memória científica e institucional por parte das universidades. Essas instituições (bibliotecas, arquivos, museus) são tidas como “lugares de memória”, como espaços de coleta, guarda e preservação de uma memória coletiva.

As três instituições são consideradas como responsáveis pela transferência da informação (pensando aqui a partir do conceito de informação como coisa) via documento, em outros termos, um processo informativo-documental, de formas distintas entre elas. Nesse sentido, podemos voltar a pensar o documento segundo a definição de Paul Otlet, ou seja, o documento como possível em diversos suportes e formatos, e combinando com a ideia de informação, podemos conceber documento como qualquer meio de ensinar ou informar.

Uma das principais características da CI é a interdisciplinaridade. Isso, em certo sentido, acarreta que ela pode ser relacionada a diversos tipos de ciência. Para este estudo, realizamos uma reflexão no sentido de relacioná-la aos “lugares da memória”, ou seja, as três instituições: Biblioteca, Museu e Arquivo. Tomamos como base a ideia de que, por meio de suas formas de organização e seus procedimentos, elas conseguem atender suas finalidades enquanto instituições de memória.

A CI pode ser uma base para o desenvolvimento desses “lugares de memória”, principalmente porque seus objetivos principais são de preservação e disseminação da informação, permitindo ao usuário o acesso a esses conhecimentos, saberes, a essa memória.

Pensando na memória, da qual esses “lugares de memória” são guardiães, podemos estabelecer uma relação na qual eles transmitem informação acerca da história, dos valores, da cultura de determinados grupos sociais ou entidades. Eles são caracterizados por guardar, por meio desses documentos, os fatos, eventos, as vivências, os saberes que marcaram o passado, mas que podem ser presenciados na atualidade e preservados para o futuro.

4.2 Biblioteconomia e Biblioteca

As bibliotecas, de forma geral, datam há muito tempo na história da sociedade. Compostas por acervos de diversos suportes, ao longo do tempo, elas sofreram mudanças no que concerne a sua estrutura, metodologia e finalidade.

Segundo Ortega (2004, p. 1), a Biblioteconomia (ou *Bibliothéconomie*), pode ser entendida “[...] no seu sentido restrito, como a área que realiza a organização, gestão e disponibilização de acervos de bibliotecas [...]”. Por sua vez, a palavra biblioteca (proveniente do grego), em que *biblion* significa livro e *theké* significa caixa, ou em outros termos “caixa de livros” (LITTON, 1975). A biblioteca, conhecida como um edifício em que os livros são guardados (de acordo com sua etimologia), ao longo do tempo, foi relacionada a diversos significados e a outras instituições. Atualmente, ela agrega um sentido mais amplo que o original. Presenciamos tais mudanças, por exemplo, na própria imagem que a biblioteca ganha frente à comunidade, ou seja, como “instituição educativa”, “símbolo de cultura” ou “instituição humana” (LITTON, 1975, p. 46-47). Além disso, quando consideramos os diversos tipos de bibliotecas existentes: pública, especializada, escolar, universitária, entre outras. A biblioteca universitária, para efeito desta pesquisa, ganha mais atenção, por conta do contexto em que está inserida e do público que atende. Podemos dizer que, no que tange a sua

missão, ela apresenta atividades, ações e aspectos culturais, sociais e, sobretudo, científicos. Ela também está relacionada com a questão da preservação da memória científica.

Os documentos de biblioteca são resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa; e podem ainda objetivar a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica etc. é material que trata de informar para instruir ou ensinar. Os documentos são gráficos, sejam eles impressos ou manuscritos, desenhos, mapas, plantas, ou são material audiovisual. Sua forma usual é a impressa e múltipla, isto é, a mesma obra pode existir em mais de uma biblioteca. São documentos mais acessíveis e os mais conhecidos do grande público. (BELLOTTO, 2006, p. 37)

Historicamente, o surgimento da biblioteca, segundo diversas referências (LITTON, 1975; ORTEGA, 2004; VIEIRA, 2011) é conhecido desde a antiguidade. A biblioteca da Babilônia, uma das mais referenciadas e conhecidas como marco do conhecimento, possuía um acervo de coleções dispostas em suportes de rolos de papiro, pergaminhos e rolos de argila. Na Idade Média, as bibliotecas estavam associadas às ordens religiosas, neste caso o material ficava a cargo dos clérigos, responsáveis pela sua guarda. Durante esse período da história, principalmente no século XIII, surgiram as universidades na Europa, e conseqüentemente, as bibliotecas das universidades. (ORTEGA, 2004). Vale ressaltar que tanto na Idade Antiga quanto na Idade Média “(...), arquivos, museus, bibliotecas constituíram praticamente a mesma entidade.”, (ORTEGA, 2004, p. 2). Esse quadro foi alterado na Idade Moderna.

A invenção da imprensa, por volta do século XV, possibilitou uma proliferação de livros, de diversos tamanhos, além do surgimento de outras publicações.

No século XVII, o livro já era um instrumento de pesquisa em trabalhos intelectuais e a principal fonte de disseminação de ideias humanísticas e científicas modernas, antes limitada, que adquiriram um desenvolvimento mais intenso devido ao espírito moderno associado às produções escritas e à expansão do saber em diversos dos ramos de conhecimento humano. (VIEIRA, 2014, p. 11)

Vale frisar que, durante todo esse período histórico, a biblioteca ganhou designações diferentes, devido à influência de cada contexto social, político, cultural e religioso da época. Sendo assim, da história antiga até a Idade Moderna, as bibliotecas receberam denominações variadas, assim como seus acervos; elas também foram muitas vezes restringidas a pequenos grupos, ora por influência da Igreja ora pelos monarcas.

Posteriormente, algumas influências do contexto histórico, como do Iluminismo, do crescimento do mercantilismo, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa (1789), mudam esse cenário. (ORTEGA, 2004). Os ideais políticos, sociais e culturais fortalecem as mudanças de mentalidade e da estrutura social, acarretando, no âmbito das bibliotecas

públicas, o livre acesso aos conteúdos dessa instituição, fomentando, nesse sentido, a biblioteca moderna.

O termo Biblioteconomia apareceu inicialmente em 1839, na França, por meio de Léopold-Auguste-Constantin Hesse¹⁷ (VIEIRA, 2014). Outro teórico francês, Gabriel Naudê, em sua obra em francês “*Advispoudresser um bibliothéque*” (1627), publicou os primeiros princípios da Biblioteconomia Moderna. Foi somente no século XIX que tanto as técnicas quanto as práticas dos bibliotecários passaram a ser sistematizados. (ORTEGA, 2004). No século XIX, principalmente pela influência de dois franceses, Paul Otlet e Henri de la Fontaine, uma nova disciplina científica, a Documentação, surge como forma de descrever e organizar os documentos impressos, cujo uso crescia exponencialmente ao longo da história. Essa nova disciplina viria a ser, para museus, arquivos e centros culturais, o que a Bibliografia seria para a biblioteca: uma forma de complementação, por meio da oferta de serviços transversais, cooperativos, entre as diversas instituições.

O que a Documentação propôs foi uma outra linha de ação, uma outra frente de trabalho, composta por uma gigantesca rede de registros destes acervos custodiados nas instituições. Mais do que “ter” o documento, interessava aos pesquisadores envolvidos com a Documentação promover uma listagem, um registro de “onde” poderia estar cada um dos documentos produzidos pelos seres humanos. (ARAÚJO, 2014, p. 5)

A outra mudança apontada por Araújo (2014) diz respeito ao espaço institucional da Biblioteconomia. Isso devido à sua relação com a Documentação, o que resultou em alguns impasses no que concerne o interesse das duas áreas específicas: enquanto uma era voltada para uma ação mais social e educativa da biblioteca, a outra era mais preocupada com as técnicas relacionadas ao tratamento do documento.

Conseqüentemente, os documentos, para ambas as áreas do conhecimento, Biblioteconomia e Documentação (ORTEGA, 2004), eram tratados da mesma forma. Mas esse cenário se alterou, devido ao anseio de dividir as atividades exercidas pelas duas áreas. Entre as diferenças apontadas, os documentalistas, ao contrário dos bibliotecários, buscavam realizar uma análise mais aprofundada do conteúdo. Essas mudanças, de divisão dos interesses, marcaram o período que se refere ao final do século XIX e à primeira metade do século XX, principalmente em países como EUA e Europa.

Hoje em dia, principalmente com a tecnologia cada vez mais presente em nosso cotidiano, novos modos de trabalho, novos conceitos e serviços, novas ferramentas foram

¹⁷Nome do livro no idioma original: *Bibliothéconomie: instructions sur l' arrangement, la conservation e l' administration des bibliothèques* (1839)

surgindo, adaptadas às necessidades do usuário, possibilitando fornecer informação de uma forma mais rápida e em grande quantidade. Segundo Vieira (2014, p. 3), hoje em dia a

[...] biblioteca pode ser considerada como uma coleção de livros e outros suportes informacionais organizados de forma que atendam às necessidades informacionais de seus usuários. Ao considerarmos o termo “biblioteca”, devemos ainda levar em consideração ao menos dois tipos distintos, que com algumas diferenças englobam todos os demais tipos, que são, as bibliotecas físicas, “ que possuem espaço e acervo físico”, local onde é possível encontrar livros, manuais, dissertações, monografias, jornais, revistas, CDS e DVDs, etc; e as bibliotecas virtuais, onde todo o acervo é formado por documentos eletrônicos (*e-books*, arquivos em txt, pdf, etc.), acessível por meio eletrônico, ou seja, não possuem espaço físico.

Os documentos acima mencionados variam de acordo com o acervo, com a coleção de cada biblioteca. Há de se dizer que as bibliotecas são diferenciadas de acordo com categorias, estas que têm como base critérios como a faixa etária dos usuários, o tipo de público-alvo, entre outras características. Alguns exemplos de categorias de bibliotecas são: bibliotecas infantis; bibliotecas escolares; bibliotecas universitárias; bibliotecas especializadas; bibliotecas nacionais; bibliotecas públicas; biblioteca híbrida; biblioteca digital; biblioteca virtual; biblioteca pessoal/particular; entre outras nomenclaturas existentes. (LITTON, 1975; FONSECA, 2007; VIEIRA, 2014). Para efeito desta pesquisa, no que tange as universidades e a sua memória coletiva, as bibliotecas universitárias ganham destaque para análise. Para Fonseca (1992), “Entre a biblioteca escolar e a universitária a diferença é apenas de grau, pois o objetivo da segunda é fornecer infra-estrutura bibliográfica e documental aos cursos, pesquisas e serviços mantidos pela universidade.”. Ou ainda, em outra definição (VIEIRA, 2014, p. 25):

A biblioteca universitária tem a finalidade de atender às necessidades informacionais básicas dos alunos de acordo com a bibliografia pedida pelos professores nas áreas em que mantêm seus cursos, além de manter um verdadeiro centro de documentação com assinaturas de periódicos, acervo atualizado constantemente, abrir canal eficiente de comunicação para a divulgação da informação entre os alunos e professores e outras unidades agregadas, ou que façam parte do grupo. As bibliotecas universitárias podem ser centralizadas, ou seja, quando todo o seu acervo está organizado e sendo utilizado num único espaço e por uma única gestão; ou descentralizadas ou departamentais, que são as unidades que possuem acervo próprio em *campus* diferentes, ou no mesmo local, porém subdividas por áreas [...].

De forma geral, segundo Litton (1975, p. 82-83), a biblioteca universitária possui três finalidades:

- a) Contribuir para a transmissão de conhecimentos nos cursos profissionais ministrados nas diversas especializações;
- b) facilitar a pesquisa científica;
- c) conservar as fontes que documentam a experiência humana nos campos respectivos.

Para além dessas definições e propósitos das bibliotecas universitárias, podemos pensa-las também como “guardiãs da memória”, ou ainda, como proposto no início do capítulo, como “lugares de memória”. Por meio de seus acervos, documentos e coleções, as bibliotecas, em certo grau, inclinam-se a dar um sentido ao desenvolvimento e à criação do saber. No caso das bibliotecas universitárias, há a forte presença do saber científico. Longe de oferecer definições, pensamos que esse saber científico é encontrado, nessa instituição, não apenas por meio dos acervos, mas também por meio dos serviços e atividades oferecidos, das oficinas e exposições realizadas, dos workshops científicos, etc. Ou seja, na biblioteca universitária o saber científico pode ser verificado em um ambiente que agrega diversas ações, com diversos agentes inseridos na academia, nesta em que a ciência é produzida em suas diversas formas.

A memória científica e institucional é constituída, em parte, por desses elementos que permeiam esse ambiente regado de conhecimento. Esses “lugares de memória” surgem, portanto, como uma forma de reter essas experiências humanas, e sua missão é preservar, guardar toda a documentação, mas também permitir que ela seja usufruída pelo público. Organizar, processar e difundir os elementos culturais e saberes são ações que passam a fazer parte da sua missão, conjuntamente como a ideia de preservação da memória. Segundo Silveira (2010, p. 79), “[...] Enquanto “lugares de memória”, as bibliotecas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis.”. Isso porque elas permitem o acesso a seu acervo, bem como as escolhas realizadas pelos usuários que determinam o acesso aos documentos (SILVEIRA, 2010).

Por tanto, o acervo de uma biblioteca e também suas ações, atividades e serviços, agregam cada dia mais para a construção da memória científica. Ainda em Silveira (2010, p. 79):

[...] se a memória é capaz de inspirar, recuperar a graça do tempo, distender conceitos duros, devolver o entusiasmo pelo que era caro e se perdeu, redimir o sagrado e devolver não simplesmente o passado, mas o passado que prometia, as bibliotecas, enquanto lugares místicos que congregam a amplitude dos saberes concebidos pela humanidade, se configuram, em ampla medida, como o espaço onde o homem, sua herança cultural, seu patrimônio simbólico, sua tradição e sua memória coletiva se mesclam na tentativa de superar o esquecimento e se preservar o futuro adiante.

As bibliotecas, ao longo do tempo, se apresentam de formas variadas para a sociedade. Além de entidades que preservam a memória, elas guardam histórias, atuam socialmente, influenciando toda estrutura que circundam. As bibliotecas universitárias, particularmente,

para atender seus objetivos oferecem um rol de atividades para seus usuários. Podemos citar como exemplos dessas atividades (UFSCAR, 2018):

- Ação cultural;
- Acesso à Base de Dados;
- Aquisição de itens;
- Atendimento ao usuário;
- Atividades que incentivam a leitura;
- Capacitação ao usuário;
- Empréstimo de livros
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Encadernação e Restauração;
- Preservação Digital;
- Produção Intelectual;
- Tratamento Técnico;
- Entre outras atividades.

Cada biblioteca tem sua autonomia quanto aos serviços ofertados. No caso das bibliotecas universitárias, esses serviços levam em consideração a existência de um público-alvo e de um contexto específico, ambos relacionados à produção, ao ensino e à preservação e disseminação da ciência. Os serviços acima, em um âmbito universitário, estão todos relacionados à produção e ao desenvolvimento científico da universidade.

Esses elementos estão envolvidos em um processo no qual a função da biblioteca é, por meio de seu acervo e das ações realizadas, informar os usuários, salvaguardar a produção humana e, sobretudo, participar do processo de construção da memória na qual esta inserida.

4.3 Museologia e Museus

Segundo a Lei nº 11. 904, de 2009, em seu artº 1, o museu é preconizado como:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Segundo Fernández (1999), a palavra museu tem diversos tipos de aplicação, é definida de formas variadas. Originárias, respectivamente do latim e do grego, *museum* e

monseion, apresentam-se como denominações de “[...] “lugar de contemplação” e “casa das musas” em Atenas”. (FERNÁNDEZ, 1999, p. 28, tradução nossa).

Os documentos do museu originam-se de criação artística ou da civilização material de uma comunidade. Testemunham uma época ou atividade, servindo para informar visualmente, segundo a função educativa, científica ou de entretenimento que tipifica essa espécie de instituição. A característica desses documentos é serem tridimensionais, isto é, serem objetos. Têm os mais variados tipos, naturezas, formas e dimensões. (BELLOTTO, 2006, p. 37)

Os princípios dos estudos da museologia, em outros termos, atualmente conhecida como a ciência do museu (SOARES, 2009), datam do início do século XVII, com o tratado publicado em 1727 por Hamburgo Caspar Friedrich Neickel.(FERNANDÉZ, 1999)

A obra de Neickel, intitulada “*Museographia*” (1727)¹⁸, era voltada para um público que desejava uma concepção ideal de museu, principalmente para aqueles que eram aficionados pelo colecionismo. Ela também contextualizava a ciência e o didatismo público da época, a fim de refletir sobre um local próprio para o recebimento e acondicionamento dos objetos, assim como formas de identifica-los, classifica-los e conservá-los, independente de sua natureza científica ou artística.

O tratado de Neickel (FERNÁNDEZ, 1999) se torna, em certo grau, historicamente umas das bases da literatura para o estudo, concepção e aplicação da museologia como um campo científico dos museus, e ao mesmo tempo, a aplicação da técnica por parte da museografia.

Há de se dizer que, como o autor menciona, há uma distinção grande no trato do museu do século XVIII e do século XIX, principalmente pós Revolução Francesa, quando se passou a compreender o museu como uma instituição pública (FERNÁNDEZ 1999), ganhando com esse status uma dimensão nova e de utilidade pública. Ou seja, isso representou uma mudança importante com relação aos séculos anteriores, nos quais as coleções eram restritas e privadas, dos monarcas ou de cunho religioso. O autor (FERNANDÉZ, 1999) postula que o século XIX é consagrado como um fenômeno europeu do museu moderno.

O desenvolvimento das investigações museológicas e o estabelecimento e definição dos princípios da museologia como ciência adquirem no século XX sua total consolidação e crescimento. Neles vão ocorrer os esforços de personalidades e instituições de diversos países ocidentais europeus – França, Itália e Espanha, entre outros, sobretudo os anglo-saxões como os

¹⁸ O título da obra aparece com diversas traduções. Nós escolhemos um de forma mais breve. O título original holandês: *Museographia Order Anleitung Zeum rechten Begriffund nutzlicher Anlegung der museorum, oder Rariaten*. Mais informações disponível em: <http://www.kunstkammer.at/neickel.htm> Acesso em: 01 jun. 2018

Estados Unidos e o Canadá, e especialmente depois da Primeira Guerra Mundial. (FERNANDÉZ, 1999, p. 22, tradução nossa).

Vale frisar que o autor pontua que outros países da Europa oriental, da Ásia e até mesmo da América do Sul, também impulsionaram o desenvolvimento da museologia, a partir da segunda metade do século XX.

É criado, em 1946, o Conselho Internacional de Museus (ICOM)¹⁹ (FERNANDÉZ, 1999), sendo sua primeira reunião em Paris (1947), constituída por diferentes comitês nacionais. O ICOM está afiliado a UNESCO e tem como papel importante a publicação da revista trimestral *Museu*, basicamente com informações relacionadas ao interesse museológico e museográfico.

Embora já estudada há tempos, vale frisar que a consolidação da museologia como ciência é recente e data de menos de um século de existência. Com base nessa premissa, e diante de várias pressões, o ICOM criou uma definição publicada no ano de 1970. A museologia é reconhecida como:

[...] ciência aplicada, a ciência do museu que estuda a história do museu, seu papel na sociedade, os primeiros sistemas específicos de pesquisa, conservação, educação e organização. Também tem em conta as relações com o meio físico e a tipologia. Em definição, a Museologia se preocupa com a teoria ou operação do museu. (HERNÁNDEZ, 1994, p. 54, tradução nossa)

Hoje, presenciamos a “Nova Museologia”, concebida no final do século XX, em certo sentido, resultante das investidas cíclicas nos últimos dois séculos contra a realidade e a funcionalidade dos museus, seus métodos, suas organizações. (SOARES, 2009) A nova museologia, preconizada no início da década de 80, por meio de uma renovação e aplicação da ciência museológica, vem confrontar a concepção tradicional da ideia de museu “estático”, sem transformações em seu núcleo.

Em busca de uma nova linguagem e expressão e de uma maior abertura, dinamicidade e participação sociocultural, a “nova museologia” preconiza e impulsiona uma tipologia distinta de museu como podemos comprovar ao longo desse presente tratado. (FERNANDÉZ, 1999, p. 25, tradução nossa)

Sem uma definição concreta, pois é analisada por uma gama de autores da literatura, a “nova museologia” se apresenta de forma diversificada e dinâmica. Ela agrega, em um caráter mais moderno, a ampliação cultural, esta mais democratizante, com sistema aberto e interativo, devido ao diálogo com os agentes envolvidos, e acima de tudo, ela se relaciona com diversos ambientes em decorrência dessa comunicação mais ampla. Segundo Fernández (1999, p. 27), a “Nova Museologia” apresenta os novos museus como “Alternativos,

¹⁹ Em inglês: International Council of Museums (ICOM)

inovadores, heterodoxos [...]”. Essa ressignificação dos museus, proposta pela “nova museologia” (FERNÁNDEZ, 1999), agrega em si o destaque para as relações do homem com a sua realidade, o humano como objeto, (SOARES, 2009), assim como o destaque, portanto, para os aspectos de cunho cultural e social.

O museu como instituição humana, criada e recriada como fenômeno social construído na ação, não exclui a experiência e a subjetividade. Experiências, diferentemente de coisas, não são colecionáveis; são transitórias e elusivas, estritamente localizadas, não no tempo ou no espaço, mas no indivíduo humano somente. A experiência está no aqui e no agora. (SOARES, 2009, p. 40)

Aqui, relacionando com a memória científica da universidade, o museu (enquanto instituição inserida neste ambiente acadêmico) poderia trazer consigo elementos, características de valorização dessa memória. Isso seria possível, não apenas por meio dos objetos físicos das coleções de pesquisadores, dos departamentos, da rede que envolve toda a comunicação das universidades, mas também pelas experiências, pelas ações, pelas atividades exercidas ao longo do tempo por esses agentes acadêmicos (discentes, docentes e técnicos administrativos). Todos esses elementos resultaram na construção dessa memória científica da instituição. O museu é passível, portanto, de transpor para outros agentes, outras pesquisas, outros eventos, outras ações, de forma geral, os saberes ali criados, organizados, desenvolvidos.

Ao analisar a informação científica via museu, por uma perspectiva da Ciência da Informação, Maria Lucia Loureiro (2009) atribui ao museu sua responsabilidade de divulgação da ciência. Isso porque o museu seria uma instituição capaz de trazer esses conhecimentos para o cotidiano das pessoas, por meio de seus acervos, o que acarretaria tornar a ciência mais próxima e acessível, desmistificando a atividade científica. Para Loureiro (2009, p. 108), “Coleções de museus são capazes de colaborar para a percepção do impacto da ciência e da tecnologia no nosso cotidiano, facilitar a compreensão da ciência como processo e da prática científica como trabalho.”

Ainda no âmbito universitário, podemos pensar em certos objetos advindos das práticas de ensino e pesquisa científica, que são essenciais para a divulgação da ciência via museu, e que precisam ser preservados. Esses objetos, em algum momento da história da universidade, tiveram seu uso em diversos locais (laboratórios, departamentos, gabinetes de chefia, salas de aulas, entre outros), e ao longo do tempo, em decorrência de inúmeros fatores, perderam seu espaço. Pensando na amplitude que esses objetos possuem, e nos diversos espaços em que podemos conceber a ciência, podemos relacionar essa questão com as

análises sobre Patrimônio Cultural Universitário de Ciência e Tecnologia (HANDFAS; GRANATO; LOURENCO, 2016, p. 5):

Reconhecemos como Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia tudo o que se preserva para gerações futuras originado da produção de conhecimento científico e tecnológico relacionado à aventura do homem para desvelar o desconhecido em sua busca incessante por novas interpretações e representações científicas do mundo e da vida. [...] Da mesma forma, toda e qualquer construção do conhecimento (das artes às ciências) consubstanciada nas mais diversas formas, métodos e processos utilizados para sua produção na universidade, instituição, essencialmente, produtora de saberes, é, ou pode tornar-se patrimônio cultural, sendo que, todo o conhecimento científico e tecnológico e tudo aquilo que foi produzido e utilizado na prática científica e tecnológica e no ensino das ciências e que se encontra, de alguma forma, preservado na universidade pode ser considerado Patrimônio Cultural Universitário de Ciência e Tecnologia.

Esse Patrimônio Cultural Universitário de Ciência e Tecnologia ganha destaque, para esses autores, com a intenção de preservá-lo, já que está envolvido com as áreas de ensino, pesquisa e extensão (este último acrescento aqui), já que representa, reflete a produção, o desenvolvimento científico e tecnológico universitário. Na mesma linha de pesquisa, acreditamos que a preservação desses objetos seja importante também para a construção da memória científica desse ambiente.

O museu também se cristaliza por diversas expressões, debates e ambientações. Os tipos de museus, por exemplo, caracterizados pela plataforma Museusbr²⁰, se apresentam da seguinte forma: tradicional/clássico, virtual, museu de território/ecomuseu, unidade de conservação da natureza, jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário ou planetário.

Além desses tipos de museu apresentados pela plataforma, também podemos considerar, pensando nessa amplitude da museologia, possibilidades e tipos ainda mais variados, como por exemplo, um museu a céu aberto. Esta modalidade de museu, para nós é de grande importância, já que, em um ambiente universitário, podemos pensar no museu também como algo não restrito a um local fixo, mas presente em todos os ambientes em que a ciência está presente, em sua forma rizomática.

No que se refere aos serviços de um museu, ou seja, ao aspecto de informar o usuário, nas últimas décadas têm sido desenvolvidas algumas possibilidades a fim de atrair o público para o museu. Um exemplo é a possibilidade de criação de um departamento voltado para a Educação e a Ação Cultural: neste âmbito, temos visto a participação cada vez mais crescente de um público escolar, por meio de ações como visitas escolares, formação de monitores a fim

²⁰PLATAFORMA MUSEUSBR. Tipos de museus. Disponível em: [http://museus.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(space:!\)filterEntity:space](http://museus.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!)filterEntity:space). Acesso em: 01 jun. 2018

de acompanhar os estudantes, e produção de material didático sobre o acervo do museu. Com essas mudanças é possível observar uma tendência para a criação de ações mais dinâmicas e a inclusão de equipes interdisciplinares (pedagogos, psicológicos, sociólogos, técnicos em comunicação, entre outros profissionais), a fim de ampliar e renovar os métodos psicopedagógicos. Essas ações são realizadas tanto para atrair o público quanto para alterar a própria imagem do museu, com a implementação de programas educativos (estes, voltados tanto para o valor didático que oferecem as coleções em si, quanto para a elaboração de um conjunto de atividades educativas em função dessas coleções, de seus aspectos gerais). Vale frisar que a implementação dos programas educativos varia de acordo com o público atendido, em função, por exemplo, da idade, que vai desde crianças até jovens e adultos. A aplicação de programas educativos pode ser distinta para cada uma dessas faixas etárias.

De todo modo, a exposição de material que remeta à memória científica da instituição pode ser de alcance de todos, não excluindo nenhum grupo ou idade. A ideia de um museu de ciência é impulsionar o acesso e a valorização dessa memória, e possibilitar que ela seja incentivada pela comunidade interna e externa, a fim de preservar a história da instituição.

Alguns serviços/atividades que são oferecidos pelo museu são de grande importância e são exemplificados abaixo (HERNÁNDEZ; HERNÁNDEZ (1994):

- Visita Guiada por parte do profissional a fim de explicar a coleção, exposição; ou panfletos com informações acerca da coleção, do acervo;
- Exposições itinerantes (com mudanças de local);
- Oficinas-Laboratório (acesso ao acervo por meio de criação de oficinas de restauração, higienização);
- Disponibilidade via portal digital (possibilidade de acesso ao conteúdo, à informação do acervo por meio de um portal ou site da instituição).

O museu e a museologia, ao longo do tempo sofreram modificações no que tange a suas concepções, metodologias, estruturas, entre outros. Embora com todas estas transformações temos, principalmente no museu com um lugar de memória, no qual o acervo cultural é depositado, conservado.

4.4 Arquivologia e arquivos

A arquivologia, ou arquivística, como área de conhecimento é caracterizada como uma disciplina cuja finalidade é o estudo das funções dos arquivos. Ou ainda, segundo Heredia

Herrera (1991, p.30, tradução nossa), como “[...] a ciência que estuda a natureza dos arquivos, dos princípios de conservação e organização e os meios de utilização.”.

Segundo o Dicionário Brasileiro da Terminologia Arquivista (BRASIL, 2005, p. 27) a definição de arquivo (do latim *archivum*) pode ser compreendida da seguinte forma:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes;
2. instituição ou serviço que tem como finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso à documentação;
3. Instalações onde funcionam arquivos;
4. Móvel destinado à guarda de documentos.

Em outros termos, entendemos o arquivo como o guardião dos documentos, esses que são produzidos e recebidos por diversos órgãos (públicos, privados, de pessoa física, de pessoa jurídica), elaborados durante o exercício de determinada competência, independente de sua natureza ou do ciclo de vida da informação. Para fins de complementação da concepção de documento norteadas neste trabalho, utilizamos a concepção expressa por Bellotto (2006, p.34):

Segundo a conceituação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.

Não há um consenso, por parte da literatura, sobre o conceito e a origem dos arquivos, assim como da arquivologia. Para alguns autores, a existência de arquivos remete às sociedades humanas pré-escritas, na região da Mesopotâmia. Na contramão desses pensamentos, alguns autores europeus sinalizam que os primeiros fundamentos da doutrina arquivística remontam ao século XVII, com a publicação de Dom Jean Mabillon dos seis livros *De re diplomatica*.

No entanto, outros autores postulam que o grande marco da arquivologia foi a publicação do *Manual dos Holandeses* (1899) por Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin²¹, contendo metodologias e uma linguagem própria, a fim estabelecer alguns pressupostos da arquivologia e distingui-la de outras ciências como, por exemplo, a História. (HEREDIA HERRERA, 1993, 28).

De forma geral, entendemos que o arquivo, segundo as definições antigas, era caracterizado como um depósito de documentos e papéis de qualquer espécie. De conteúdo

²¹ Título original em Holândes “Handeiglingvoorhetordenenenbeschrijven van Archieven” (1898). Título traduzido: “Manual para a Organização e Descrição dos Arquivos”

diverso ao longo do tempo, na Antiguidade, por exemplo, os documentos tinham um valor probatório, ou seja, um valor legal, público, e ligado à gestão do poder. (FONSECA, 2005). Por sua vez, na Idade Média, os arquivos eram organizados de forma descentralizada e eram restritos a pequenos grupos, ficando a cargo dessa guarda os clérigos.

Com o advento da Idade Moderna, a partir do século XVI, e com seu ápice no século XIX, segundo Maria Fonseca (2005), os arquivos ganham novas denominações, e novas particularidades. Com a influência dos monarcas, eles ganharam especificações de acordo com os interesses de certos grupos, no sentido de “[...] reivindicar ou estabelecer direitos de instituições e indivíduos [...]” surgindo daí o “[...] arquivo da administração e arquivo da história.”. (PAES, 2004, p. 19).

A partir do século XIX, até os dias atuais, o papel do arquivo remete a uma questão social, conseqüentemente há um destaque maior para a informação orgânica eo usuário. A Arquivologia também sofre mudanças no que se refere às suas práticas e metodologias, o que pode ser verificado hoje com base em sua prática e estudo.

O desenvolvimento da Arquivologia está atrelado ao de outras áreas, como a Biblioteconomia, a Diplomática e a Paliografia (HEREDIA HERRERA, 1991), o que acarretou tardiamente a criação de uma metodologia e linguagem específica. Para Heredia Herrera (1991), no entanto, essas áreas do conhecimento (Paleografia, História Geral, Diplomática, entre outras) têm a somar ao estudo da Arquivologia, assim com os profissionais de outras áreas (Arquitetura, Biologia, Informática, Química etc).

Algumas características, como pautado por Paes (2005, p. 20), definem o arquivo como um todo, e contribuem para distinguir diferentes arquivos. De acordo com essa autora, são três as características básicas que distinguem os arquivos: exclusividade de criação e recepção; origem no curso de suas atividades; e caráter orgânico. Nas palavras da autora:

Exclusividade de criação e recepção por uma repartição, firma ou instituição. Não se considera arquivo uma coleção de manuscritos históricos, reunidos por uma pessoa.

Origem no curso de suas atividades. Os documentos devem servir de prova de transações realizadas.

Caráter orgânico que liga o documento aos outros do mesmo conjunto. Um documento, destacado de seu conjunto, do todo a que pertence, significa muito menos do que quando em conjunto. (PAES, 2005, p. 20)

De forma complementar, como destaca Belloto (2006, p. 28), um documento de um arquivo só tem sentido quando é relacionado ao meio, ao contexto que o produziu. E um conjunto de documentos deve refletir, por sua vez, a estrutura e a função do órgão ou da instituição à qual o arquivo pertence, ou seja, suas atividades-meio e suas atividades-fim.

Além desses aspectos, podemos apontar outros relativos às características dos próprios documentos dos arquivos (VIEIRA, 2014), como: proveniência (sua origem); unicidade (o fato de ser único); indivisibilidade (separação dos documentos de acordo com sua origem, por exemplo, se provindos de instituição ou de indivíduo); autenticidade (sem adulteração, fiel ao original); confiabilidade (veracidade de seu conteúdo); e sua acessibilidade (passível de ser localizado, recuperado, acessado por outros sistemas, sem que isso cause a perda de sua informação ou funcionalidade).

Além dessas particularidades, devemos compreender que os documentos de arquivo estão inseridos dentro da teoria das Três Idades. Ou seja, em virtude do seu valor temporal, da sua importância dentro de um determinado tempo:

O ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades. A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativos, jurídicos; sua tramitação legal, sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados. [...] A segunda fase - a do arquivo intermediário - é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. [...] Abre-se a terceira idade aos 25 anos ou 30 anos [...] contados a partir da data de produção do documento ou fim de sua tramitação. A operação denominada "recolhimento" conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes. (BELLOTTO, 2006, p. 24)

Já quanto à classificação dos documentos (PAES, 2004), os identificamos segundo o seu gênero, espécie e assunto. O gênero diz respeito à identificação do documento de acordo com seu formato ou suporte (exemplos: documentos textuais, filmográficos, iconográficos, etc.). A espécie faz menção aos documentos em razão de sua natureza, ou dos atos de sua limiar (exemplos: atos enunciativos, atos de correspondência, etc.). Por sua vez, o assunto pode ser do tipo sigiloso ou ostensivo. Por ostensivo entende-se o documento que não poderá causar dano à instituição. Já o sigiloso é aquele que, ao contrário do primeiro, pode causar algum tipo de prejuízo, por este motivo seu acesso é feito de forma restrita.

Em um sentido geral, associamos aos arquivos a sua função de produção, utilização, organização e destinação dos documentos ali presentes. Independente do seu valor (administrativo, jurídico, fiscal, probatório, informativo e histórico), é necessário, sobretudo, a sua preservação. Os arquivos e os documentos por eles guardados também estão relacionados à salvaguarda da memória. E para fins deste projeto, destacamos que, no contexto universitário, eles podem ser considerados lugares da memória científica presente nas universidades.

A preservação da memória científica, decorrente de sua produção documental (MARTINS, 1992) ao longo da história da universidade, é importante por diversos motivos que podemos elencar. Primeiro: para conhecer a história da ciência e, conseqüentemente, em nosso contexto, criar dispositivos para a própria preservação da ciência brasileira. Segundo: às universidades, institucionalmente conhecidas como detentoras e difusoras do conhecimento, cabe sua responsabilidade no que toca a preservação da documentação científica de sua história. Terceiro: a disponibilização do material para a comunidade interna e externa.

Deve-se ter em mente que a massa documental aqui mencionada engloba de forma “rizomática” toda a ciência que é produzida na universidade. Neste caso, os documentos administrativos, independente de sua idade no ciclo de vida, são agregados à memória científica das universidades. Mesmo aqueles que ainda estão no seu processo de uso corrente, futuramente serão tidos como pertencentes a todo o processo histórico/científico da instituição. Como Bellotto bem sinaliza:

Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados. **Esses documentos são, na realidade, os mesmos de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado,** já no recinto dos arquivos permanentes. (BELLOTTO, 2006, p. 23-24, grifo nosso)

Vale frisar que não é possível guardar e preservar todo esse continente documental, uma vez que alguns documentos vão se perdendo, em função das dificuldades de organização e administração geral. Para Martins (1992, p. 33), “[...]a preservação (ou descarte) e a organização de arquivos históricos são meios e não fins.”. Dessa forma, a não guarda de todos os documentos, relacionados à produção e ao desenvolvimento científico da universidade, não impossibilita que a memória científica seja construída e/ou integrada à história da ciência nacional. O autor pontua ainda que é preciso realizar uma seleção daquilo que será guardado.

A massa documental guardada pela instituição pode estar relacionada à administração da universidade, como por exemplo: informações sobre os alunos ingressos; os editais científicos e culturais lançados durante o período acadêmico; as pautas e atas dos conselhos de estudantes, docentes e técnicos administrativos; as parcerias com outras entidades e agentes; as bolsas relacionadas aos projetos de extensão, de iniciação científica, etc.; a própria organização social da ciência e de seus agentes por meio de trabalhos conjuntos; os artigos científicos, as reuniões e os eventos científicos de determinada área do conhecimento; os registros de inventos, patentes, livros, etc; as realizações artísticas, esportivas, de estudos de

caso e coletas de dados; assim como a divulgação de solenidades via cartaz, rádio, *clipping*, revistas, entre outros. (MARTINS 1993).

Assim como descrito, os documentos de um arquivo científico apresentam-se de diversos tipos, formatos e com assuntos variados. Eles, mesmo em seu grau de complexidade para determinados grupos, são reflexos de anos de atividades, práticas, serviços científicos que agregam uma comunidade acadêmica inteira (independente de sua natureza) e instrumentos que viabilizam seu exercício.

De toda forma, vale enfatizar que os documentos preservados nos arquivos não ficam restritos apenas a seu aspecto físico, mas também podem ser armazenados no formato digital. Com um suporte diferente (em meio eletrônico), eles ficam guardados nos computadores e/ou armazenados em *nuvem*²², de modo online. Embora seja difícil a sua preservação, é preciso reconhecê-los como importantes, já que fazem parte do meio científico da instituição.

A disponibilização de produtos e serviços arquivísticos possibilitam que o usuário, de forma geral, obtenha o acesso, o resgate da informação. No caso dos arquivos digitais, após o tratamento, organização desse acervo, é possível que ele seja disponibilizado em *blogs*, sites, *Fanpages*, entre outras mídias que possibilitem o acesso. Caso o arquivo seja físico, divulgação do material por meio de boletins, folhetos que informe o acervo que ali é composto. Em um sentido geral, temos que o arquivo é capaz de agregar em seu conteúdo uma gama de documentos variados, que possam ser importantes para a preservar a memória da instituição. No caso das universidades, mais especificamente dos arquivos científicos, eles podem guardar aqueles documentos que são resultantes da produção científica, de todo o processo de atividade, acumulação de ações, projetos, serviços, produtos que envolvem ciência em seu âmbito mais amplo.

4.5 Multi, Inter, Pluri e Transdisciplinaridade

Tendo em vista as análises realizadas anteriormente, consideramos pertinente trazer uma discussão sobre os conceitos de multi, inter e transdisciplinaridade. Isso porque a questão da memória está vinculada a diferentes áreas do conhecimento. Por isso, faz sentido buscarmos uma contribuição desses conceitos para esta pesquisa.

Neste trabalho, adotamos uma visão de ciência ampla, rizomática, uma ciência que é o resultado de uma construção social, que contém relações entre as diversas áreas do

²²Em inglês *cloudcomputing* é serviço que usa da tecnologia para salvar, guardar, armazenar, compartilhar os dados na internet.

conhecimento e entre os diversos espaços e atores da universidade. Também adotamos uma visão de memória como construção coletiva, uma memória que se desenvolve na complexidade das relações entre áreas, grupos, sujeitos, e, particularmente, uma memória que se revela em diferentes lugares de memória. Nesse sentido, a questão da memória científica no contexto universitário requer uma abordagem multi, inter ou transdisciplinar.

Philippi Jr (2011) faz uma síntese dos conceitos de multi, pluri, inter e transdisciplinaridade. Para isso, o autor relembra a importância do I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade, que aconteceu na Universidade de Nice, na França, em 1970. Esse evento pode ser considerado um marco para a filosofia da ciência e da educação, no que diz respeito à necessidade de articular diferentes áreas de conhecimento para a solução de problemas. Mas o que é multi, pluri, inter e transdisciplinaridade? Como podemos definir esses conceitos? Philippi Jr (2011) destaca que:

Nesse sentido, embora se observe certo consenso em relação às concepções de multi e pluridisciplinaridade, o mesmo não ocorre notadamente em relação à interdisciplinaridade, uma vez que esta já se apresentava, naquele momento, como questão complexa, comportando divergências e múltiplas sugestões no que se refere à divisão interna ou modalidades. Isso ocorre pelos desafios de diferentes ordens que a interdisciplinaridade encerra e por se tratar, ainda hoje, de um campo de conhecimento em construção. (PHILIPPI JR, 2011, p. 33)

Philippi Jr (2011, p. 36-38) destaca que, para Piaget, definem-se três subdivisões: multi, inter e transdisciplinaridade. A multidisciplinaridade seria o nível mais fraco de conexão ou cooperação entre as diferentes disciplinas. Nesse primeiro nível, diferentes ciências ou áreas do conhecimento contribuem para a solução de um problema, ou para a descrição de um objeto de estudo, mas isso acontece sem que cada disciplina seja modificada pelas outras. A interdisciplinaridade seria um segundo nível, no qual as disciplinas interagem mais entre si e são enriquecidas pelas trocas de saberes e métodos, por uma relação de reciprocidade. Por fim, a transdisciplinaridade seria o terceiro nível, no qual haveria um sistema maior coordenando a pesquisa, que romperia com as fronteiras rígidas entre as disciplinas.

Essa divisão inicial é uma base, conceituada por Piaget, que foi e vem sendo desenvolvida e analisada de diversas formas ao longo do tempo. Para os fins deste trabalho, optamos por adotar as definições desenvolvidas por Jantsch (divulgada no seminário de 1970), tal como apresentadas por Philippi Jr (2011, p. 38-41):

Nessa proposta, Jantsch [...] procura destacar, em linhas gerais, no que consiste a multi [...] assim como a pluri, a inter e a transdisciplinaridade, ampliando, portanto, as três categorias apresentadas por Piaget. Contudo,

procura ir além, ao buscar, igualmente, caracterizar o tipo de sistema, relacionado ao nível de simplicidade ou complexidade a que pertence, apresentando-o em forma de figuras. (PHILIPPI JR, 2011, p. 38)

Seguindo a proposta de subdivisão feita por esse autor, apresentamos aqui uma definição das quatro categorias – multi, pluri, inter e transdisciplinar.

O primeiro nível é a *multidisciplinaridade*. Esse é o nível mais básico de relação entre diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento. É o nível mais básico porque os demais níveis indicam formas mais desenvolvidas, mais conectadas de relações. Ou seja, uma proposta que é pluridisciplinar é multidisciplinar e algo a mais. Do mesmo modo, uma proposta inter é pluridisciplinar e algo a mais. E no fim, no nível mais alto, uma proposta trans é interdisciplinar e algo a mais. Esse “algo a mais” ocorre por conta das características que diferenciam um ou outro nível. Para Jantsch, segundo Phillip Jr (2011), a multidisciplinaridade pode ser definida do seguinte modo:

1. *Multidisciplinaridade*: Variedade de disciplinas que são propostas simultaneamente, mas sem a aparência explícita das relações que podem existir entre elas.
 - 1.1 *Tipo de sistema*: Sistema com um só nível e com objetivos múltiplos; nenhuma cooperação.
 - 1.2 *Configuração do sistema*:



(PHILIPPI JR, 2011, p. 39)

Ou seja, na multidisciplinaridade temos o reconhecimento de que um problema ou assunto requer a contribuição de diferentes disciplinas ou áreas. Mas essas áreas mantêm, cada uma delas, seus objetivos e métodos particulares de trabalho. Elas não cooperam entre si, não interagem, não realizam trocas. Cada uma oferece sua contribuição para aquele problema ou objeto de estudo em questão, mas isso não é um processo coordenado entre as áreas, ou seja, não há um objetivo em comum, uma direção em comum. Temos diferentes áreas trabalhando, cada uma pela motivação interna da própria área.

Por exemplo, podemos imaginar a questão do meio ambiente. O problema ambiental é um problema multidisciplinar, ou seja, que envolve conhecimentos de várias disciplinas. E esse problema pode ser estudado com uma visão multidisciplinar. Nesse caso, por exemplo, a área de Biologia produz alguns saberes sobre o assunto, as áreas de Química, Física, Geografia, Estatística, idem. E no final do processo, alguém que queira estudar sobre meio ambiente deverá consultar essas diferentes fontes. Mas no meio do caminho, ao longo do processo, não há uma interação entre as áreas, não há cooperação. Os biólogos pesquisam no

departamento de Biologia com o objetivo de estudar a vida, e publicam trabalhos em suas especialidades. Os físicos, em seu departamento, estudam os fenômenos do ponto de vista da Física. E assim por diante. Mas eles não desenvolvem trabalhos em conjunto, não têm um projeto em comum.

No caso da memória, podemos imaginar algo semelhante. Para criar uma Unidade de Memória, por exemplo, precisamos da contribuição da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, por exemplo. Em uma visão multidisciplinar, cada uma dessas áreas produziria conhecimentos e práticas relacionadas à memória, mas sem cooperação entre as áreas, sem um projeto em comum.

O segundo nível é o da *pluridisciplinaridade*. Esse nível já representa um grau um pouco maior de cooperação entre as disciplinas, mas não chega ao ponto de ser interdisciplinar:

2. *Pluridisciplinaridade*: Justaposição de disciplinas diversas, situadas geralmente no mesmo nível hierárquico, cujo agrupamento promove o destaque das relações que existem entre elas.
 - 2.1 *Tipo de sistema*: Sistema com um só nível e com objetivos múltiplos; cooperação (mas sem coordenação).
 - 2.2 *Configuração do sistema*:



(PHILIPPI JR, 2011, p. 39)

Desse modo, na pluridisciplinaridade as diferentes áreas cooperam entre si, fazem trocas, enriquecem umas às outras, aprendem umas com as outras. Mas não estão coordenadas, ou seja, ainda não têm objetivos em comum ou um projeto em comum.

No caso do exemplo do meio ambiente podemos imaginar a seguinte situação: cada área do conhecimento trabalha com base em seus objetivos próprios, mas elas utilizam e concedem saberes umas para as outras. Por exemplo, uma equipe de pesquisadores da Biologia estuda a questão da sustentabilidade de uma área florestal. Paralelamente, uma equipe da Química, por exemplo, estuda a química dos solos. Se esses diferentes conhecimentos contribuem um para o outro, as equipes fazem uma troca, ou parcerias de cooperação: nesse caso, entender a biologia das florestas ajuda a entender a química dos solos naquela região; por outro lado, entender a química dos solos ajuda a entender aquele ecossistema. Nesse exemplo, a Biologia e a Química nos ajudam a entender algo sobre a realidade, mas cada uma trabalhando com seus próprios objetivos. Elas podem cooperar entre

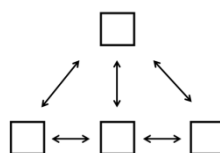
si, beneficiar uma à outra, mas não realizaram uma pesquisa em comum, não assumiram objetivos comuns desde o início. Nesse caso, temos uma atividade pluridisciplinar.

No caso de uma Unidade de Memória, podemos fazer um paralelo. Por exemplo, as técnicas e princípios da Arquivologia podem ser utilizadas pela Biblioteconomia ou Museologia. Os conteúdos de conhecimento gerados pela Museologia podem motivar diferentes formas de trabalho em Bibliotecas ou Arquivos. Ou então, um mesmo sistema de informação pode ser compartilhado pelas três áreas. Mas se elas não assumem objetivos em comum, projetos em comum, então estão atuando de forma pluridisciplinar.

Philippi Jr (2011) destaca um terceiro nível proposto por Jantsch, a *disciplinaridade cruzada*. Essa forma corresponde à ideia de uma disciplina impondo seus objetivos às demais. Para os fins deste trabalho, optamos por não abordar essa modalidade, pois partimos do pressuposto de que é necessário haver um equilíbrio maior entre as diferentes áreas do conhecimento.

Desse modo, nosso próximo nível para discussão seria a *interdisciplinaridade*. Esse nível representa um grau maior de conexão entre as diferentes disciplinas, se comparado ao anterior. Isso porque, na visão interdisciplinar, as diferentes áreas não só cooperam entre si, como também são coordenadas por um eixo comum de trabalho:

4. *Interdisciplinaridade*: Axiomática comum de grupo de disciplinas conexas, definida em nível ou subnível hierárquico imediatamente superior, o que introduz uma noção de finalidade.
- 4.1 *Tipo de sistema*: Sistema de dois níveis e com objetivos múltiplos, com coordenação procedente do nível superior. Vale dizer, nesse sentido, que as disciplinas científicas são então coordenadas por uma axiomática comum, por um ponto de vista ou um objetivo comum. É, portanto, de uma axiomática comum, e não de uma disciplina, a definição dessa coordenação.
- 4.2 *Configuração do sistema*:



(PHILIPPI JR, 2011, p. 40)

No caso da interdisciplinaridade, temos uma condição multidisciplinar (contribuição de diferentes disciplinas), temos uma condição pluridisciplinar (as diferentes disciplinas cooperam entre si) e temos algo a mais: um núcleo comum, que coordena o trabalho das diferentes áreas do conhecimento, estabelecendo um projeto em comum desde o início. Nessa

visão, as diferentes áreas podem manter seus objetivos particulares, mas também compartilham alguns objetivos, estão orientadas para uma finalidade em comum. Mas nenhuma disciplina em especial se sobrepõe às outras, ou seja, nenhuma área assume para si a função de coordenar as demais.

No caso do problema ambiental, por exemplo, podemos imaginar uma visão interdisciplinar para esse problema. Nessa visão, existe uma cooperação entre as áreas para formular e desenvolver um projeto. Por exemplo, pesquisadores da Biologia, da Química, da Física, da Geografia, entre outros, poderiam formar uma equipe ou grupo de trabalho tendo como objetivo tornar uma comunidade mais sustentável. Cada área daria diferentes contribuições a esse projeto, mas todos estariam alinhados ao mesmo objetivo, trabalhando com os mesmos princípios, com diálogo e relações de troca constantes entre as equipes, e todos teriam uma noção do todo do projeto.

No caso de uma Unidade de Memória, poderíamos imaginar algo semelhante. Na visão interdisciplinar, uma Unidade de Memória universitária poderia ser justamente essa diretriz comum a todas as áreas, poderia compor uma equipe ou equipes de trabalho com a finalidade compartilhada de identificar e desenvolver a preservação e a divulgação da Memória Científica e Institucional no contexto da universidade. As áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia fariam parte desse processo, sem excluir a participação de outras áreas, eventualmente.

Podemos concluir que, para que uma proposta seja de fato interdisciplinar, algumas características são importantes, como por exemplo: 1) que todas as áreas do conhecimento envolvidas possam participar da concepção do projeto, desde o início; 2) que exista um equilíbrio entre as áreas, e não uma hierarquia entre elas; 3) que aconteça um diálogo constante entre as diferentes áreas, propiciando relações de troca e aprendizagem uma com a outra; 3) que os objetivos em comum sejam bem definidos; 4) que as diferentes áreas compartilhem de alguns métodos e ferramentas, ainda que tenham seus métodos próprios; 5) que exista uma equipe voltada para coordenar e avaliar esse processo, e que essa equipe tenha representantes das diferentes áreas. Entre outros elementos. Sem essas características, dificilmente uma proposta ou projeto poderia ser interdisciplinar.

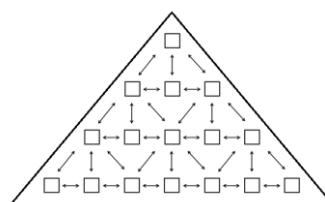
Por fim, temos a *transdisciplinaridade*. Esse seria o último nível, ou o nível mais complexo de relações entre as diferentes áreas do conhecimento. De certa forma, a transdisciplinaridade significa aplicar os princípios da interdisciplinaridade em uma escala maior, ou seja, não apenas no nível de um projeto em particular, mas no nível mais amplo de

uma instituição, como é o caso da universidade ou de uma escola, por exemplo, ou até de um sistema mais geral, como a comunidade científica ou o sistema de ensino:

4. *Transdisciplinaridade*: Coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino/inação sobre a base de uma axiomática geral (introduzida em todos os níveis a partir do nível dos objetivos). Aparição de um esquema epistemológico (*synepistemologique*).

4.1 *Tipo de sistema*: Sistema com níveis e objetivos múltiplos; coordenação que visa uma finalidade comum dos sistemas.

4.2 *Configuração do sistema*:



(PHILIPPI JR, 2011, p. 40)

Ou seja, na transdisciplinaridade, temos os mesmos princípios da interdisciplinaridade, levados para uma escala maior. Nesse nível, podemos pensar que uma instituição, uma escola, uma comunidade acadêmica estará orientada, de forma ampla, para alguns objetivos em comum. As diferentes áreas continuam atuando com seus objetivos e métodos particulares, mas devem partilhar de alguns aspectos gerais em comum. Por exemplo, podemos imaginar que, em uma dada universidade, o compromisso com o meio ambiente seja um princípio norteador geral, ou seja, um objetivo e um compromisso de todas as áreas do conhecimento, e que haja processos de acompanhamento, de coordenação e avaliação desse compromisso. Isso seria uma proposta transdisciplinar voltada para a questão ambiental.

No caso da memória, a transdisciplinaridade implicaria que todas as áreas, todos os setores da universidade, tivessem esse compromisso de cultivar e preservar a Memória Científica e a Memória Institucional. Para isso, seria necessário haver equipes de coordenação e avaliação desse processo.

Em síntese, podemos inferir que a diferença entre a multi, a pluri, a inter e a transdisciplinaridade está no nível de conexão e cooperação que existe entre as diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento. Na multidisciplinaridade, as diferentes áreas fornecem diferentes contribuições para um mesmo tema ou problema, mas elas não interagem, não cooperam entre si. Na pluridisciplinaridade, já acontece um nível maior de interação e cooperação entre as áreas, mas elas não têm objetivos em comum, não são coordenadas por

um projeto em comum. Na interdisciplinaridade, existem objetivos compartilhados, as equipes se unem para criar e desenvolver um projeto em comum. Na transdisciplinaridade, esse projeto em comum é levado para uma escala maior, para uma instituição, uma comunidade ou um sistema de ensino, e essa é a etapa com mais níveis e maior complexidade.

4.6 Centro de Memória

A concepção de centro de memória é uma discussão bem recente. (CAMARGO;GOULART, 2015). Alguns fatores externos, como a globalização, a desregulamentação econômica, e a influência do pós-modernismo, somados à busca por uma identidade institucional, e pela preservação de valores internos, de uma cultura institucional, são elementos que, conjuntamente, permeiam a constituição de um centro de memória. Segundo Fontanelli (2015, p. 80):

O trabalho específico com a memória das organizações começou a ser realizado de forma mais sistematizada a partir dos anos de 1970, quando em virtude de estudos sociológicos, antropológicos e históricos mais profundamente voltados para a questão da memória, muitas organizações se deram conta da importância, para o seu próprio crescimento, do registro e da preservação de sua memória institucional.

São poucas as literaturas que trabalham com essa temática. Por outro lado, são muitos os exemplos e as experiências de centros de memória pelo país, de forma mais presente em instituições privadas do que públicas. De forma geral, os centros de memória são entidades híbridas, com acervos heterogêneos, agregando, ao mesmo tempo, arquivo, biblioteca e museu. Podemos pensar o centro de memória não apenas como uma reunião física de bibliotecas, museus e arquivos, mas como uma entidade que trabalha essas três dimensões em conjunto, de forma integrada. Isso porque, como vimos ao longo da discussão desse capítulo, a existência da união dessas três entidades não é algo novo na história da humanidade. Vemos abaixo algumas distinções entre as entidades no que concerne alguns quesitos que não devemos desconsiderar.

Quadro 1: Distinções entre as entidades institucionais

	ARQUIVOS	BIBLIOTECAS/CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO	MUSEUS
FUNÇÕES PRIMÁRIAS	Administrativas (viabilizar e comprovar atividades de instituições e pessoas)	Educaçãois, Científicas, técnicas e culturais	
MECANISMO DE CONSTITUIÇÃO DO ACERVO	Reunião de documentos mediante processo sedimentar (acumulação), de acordo com o funcionamento da entidade produtora	Reunião de documentos mediante processo seletivo (coleção), de acordo com seu perfil ou linha temática	

	Transferência e recolhimento	Compra, doação ou permuta de fontes múltiplas	
NATUREZA DOS DOCUMENTOS	Caráter necessário	Caráter contingente	
	Estatuto documental congênito	Estatuto documental atribuído	
	Interdependência	Autonomia	
CARACTERÍSTICAS FORMAIS PREDOMINANTES DOS DOCUMENTOS	Gênero Textual		Todos os gêneros, além de objetos desprovidos de linguagem
	Exemplares únicos	Exemplares múltiplos	Exemplares único e múltiplos
	Técnicas de registro, formatos, e suporte associados à escrita		Técnicas de registro, formatos e suportes diversos
ABORDAGEM	Princípios	Normas Conteúdo Item	
	Contexto		
	Série		

Fonte: Camargo e Goulart (2015, p.23)

O Centro de Memória seria uma reunião, marcada pelo diálogo e pela interconexão, entre os elementos de resgate, avaliação, tratamento técnico e preservação de um acervo heterogêneo, relacionado ao conhecimento e às informações relativas à vida da instituição, seja ela pública ou privada. Essa interdisciplinaridade, presente em suas atividades, conjuntamente com o seu caráter híbrido, caracteriza o centro de memória da seguinte forma: “Centro” significa uma unidade de articulação e controle, de não fragmentação; “Memória” significa algo relacionado a eventos passados, que assume o papel de reconhecer e preservar a trajetória da instituição. Ainda na concepção de memória, podemos pensá-la, nesse contexto, como uma ideia de repositório, ou seja, de armazenamento das informações que estão contidas nos documentos da instituição.

O diferencial de um centro de memória estaria, portanto, em sua capacidade de antecipar e presumir as necessidades da organização, visibilizando acesso aos elementos que possam embasar respostas e soluções. Aos setores especializados de entidade, em contrapartida, competiria interpretá-los e, eventualmente, produzir conhecimentos que, apesar de seu caráter assertivo, se incorporariam em seguida ao centro de memória na condição de documentos, reafirmando a instrumentalidade que distingue todos e quaisquer componentes de seu acervo. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 58)

No centro de memória há uma continuidade de esforços e ações voltados para a acumulação de documentos, relacionados à finalidade de organizar a maioria do material produzido ao longo da história da instituição. Esses documentos nas instituições são voltados não só para seu passado, mas para seu futuro e seu presente direto. Em outros termos,

o acúmulo desse acervo heterogêneo marca, constitui a identidade, o futuro da organização, os seus objetivos presentes, a sua imagem social, os seus valores e experiências e, sobretudo, a sua memória coletiva.

Segundo Meneses (1999), a memória tem se tornado cada vez mais foco de atenção no meio acadêmico, em diversas áreas do conhecimento. Pode-se reconhecer a importância de se desenvolver uma História da Memória, não apenas das teorias da memória, mas também de suas práticas e representações sociais. Nesse contexto, torna-se relevante estudar, entre outros fatores, a gestão da memória e a economia política da memória. A memória tem estado em foco, não apenas por parte de especialistas como objeto de estudo acadêmico, mas também como forma de representação de identidades e reivindicação de diferentes grupos sociais. A memória, como prática e representação, essas dimensões da memória nos permitem levantar algumas questões. Que dimensões da memória poderiam ser representadas ou desenvolvidas em um Centro de Memória?

A dimensão epistemológica está ligada, por exemplo, às questões “O que é memória?” e “O que é passado?”. Neste trabalho desenvolvemos uma visão de memória coletiva, construída socialmente. Nesse sentido a memória deve ser um processo democrático, logo um grupo restrito não poderia definir a memória de toda uma comunidade, é necessário criar espaços de participação. Por esse viés, um centro de memória não pode assumir para si a tarefa de definir a memória de uma comunidade acadêmica – ele pode ser pensada como uma unidade mediadora das contribuições dos diversos membros e setores dessa comunidade.

Já no que toca a questão do passado, Meneses (1999) nos faz refletir sobre sua natureza: o passado não seria apenas um “antes”, um tempo anterior, mas pode ser associado à existência de outras sociedades, outros tempos que eram diferentes do tempo atual, sendo que a transição de um para outro não é apenas uma sequência cronológica, mas envolve rupturas, mudanças, transformações. Como vimos, Thomas Kuhn nos ensina que a evolução da ciência não é apenas temporal/cronológica, é também um processo de rupturas, revoluções científicas, mudanças de paradigmas. Considerando esses pontos, talvez um centro de memória, que tenha como objeto a memória científica, poderia ter um compromisso não apenas em narrar a sequência cronológica da ciência, mas narrar também suas rupturas, transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, um centro de memória poderia manter a ideia de que há uma distinção entre passado e presente, para além do tempo cronológico.

Com relação às dimensões técnica e existencial, podemos fazer a seguinte reflexão: um centro de memória, por um lado, pode vir a ser um espaço que ofereça à comunidade o acesso à informação, a uma memória organizada; por outro lado, pode também atuar como

um mediador, recebendo as contribuições dos usuários e da comunidade, fazendo uma espécie de troca, organização e manutenção dessa memória. Embora o centro de memória venha absorver as novas tecnologias, ele também pode agregar em si aspectos da memória oral, por meio da reconstrução de uma história, uma identidade do grupo a que se refere.

Com relação à dimensão política (MENESES, 1999), podemos refletir sobre um aspecto em particular: a questão do rápido fluxo de informação, das rápidas transformações que acontecem na sociedade do consumo, onde tudo é passageiro, transitório. Apesar de serem estas características presentes em nossa sociedade, um centro de memória pode assumir justamente a função de preservar a memória em longo prazo. Dessa forma, o centro de memória pode evitar esses esquecimentos e pode possibilitar que a memória seja de fato absorvida, valorizada, em meio a um mundo de rápidas mudanças.

No que toca a questão socioeconômica, com relação à ideia de democratizar o acesso à informação e à memória, um centro de memória poderia criar algumas possibilidades, mas estas seriam restritas ao grupo ou instituição associado àquela memória. No entanto, no contexto das universidades públicas, seria possível conceber essa democratização, a partir do momento em que o centro de memória disponibilizasse o conhecimento ali criado não apenas para a comunidade interna, mas também para a comunidade externa.

Embora se reconheça a crise da memória, como aponta Meneses (1999), há um outro lado dessa questão: há instituições e iniciativas que podem vir a garantir que as histórias, as identidades, as memórias sejam salvaguardadas, como por exemplo o centro de memória. Está viva e ativa no mundo atual, mas isso não garante sua estabilidade: pelo contrário, apesar de seu papel importante nesse mundo, pode-se considerar, ao mesmo tempo, que a memória está em crise na sociedade ocidental. Para entender essa crise, é preciso entender algumas dimensões da memória: epistemológica, técnica, existencial, política e socioeconômica.

A dimensão epistemológica da memória está relacionada à compreensão a respeito da natureza do conhecimento sobre memória, e portanto, da própria ideia de passado. O passado não é apenas um tempo anterior ao presente, o “antes” da nossa sociedade atual, ele demarca também a existência de outras sociedades em outros tempos. Além disso, na sociedade acelerada do consumo, onde tudo é transformado em mercadoria, esse ritmo do consumo e da transformação incessante nos impõe a necessidade do esquecimento: esquecemos daquilo que se torna obsoleto, esquecemos das histórias por trás das coisas que são produzidas. Assim, a ideia de memória fica ameaçada.

A dimensão técnica (MENESES, 1999) diz respeito às tecnologias de registro da memória, desde a escrita até as tecnologias da informação no mundo digital, que

possibilitaram ao ser humano externalizar sua memória. Assim, o objeto “memória” pode se separar do seu sujeito criador (o humano), sendo registrado em livros ou em formatos digitais. Esse fenômeno provocou algumas contradições: no mundo onde há uma enorme capacidade de registro da memória, o ser humano cada vez menos precisa cultivar sua memória oral; no mundo de enorme acesso à informação, o indivíduo se perde no mar de informações; no mundo de máxima conexão, o humano se sente, por vezes, desconectado, e até alienado. Este é um conflito que aponta para uma crise de ordem técnica da memória.

A dimensão existencial (MENESES, 1999) se relaciona, em alguns aspectos, com a dimensão técnica, mas também está ligada à memória como prática social. Os lugares de memória assumiram, no mundo contemporâneo, uma importância considerável para a preservação da memória, na medida em que o ser humano foi perdendo a capacidade de vivenciar a memória como um processo coletivo. Nesse sentido, os arquivos, museus e bibliotecas seriam uma espécie de memória artificial, algo profundamente necessário na medida em que o ser humano deixa de vivenciar a memória mais espontânea, pela oralidade, nas relações sociais, nas comunidades. Isso não significa que uma forma seja melhor ou pior que a outra. Ou seja, seria precipitado afirmar que a memória institucionalizada (nos lugares de memória) é melhor ou pior que a memória oral. Essa distinção não é necessária. Mas é preciso reconhecer que, na sociedade atual, a memória como vivência espontânea, transmitida pela oralidade, se tornou obsoleta e não é capaz de atender às necessidades do mundo moderno, que é um mundo complexo: nela, os acontecimentos são mais rápidos, atingem uma escala maior, e não podem ser assimilados apenas pela experiência subjetiva das pessoas. De todo modo, a memória como experiência oral, espontânea, pode ainda ser considerada relevante nos debates sobre memória.

A dimensão política (MENESES, 1999) da memória está ligada ao que se pode chamar “pressões de amnésia”. A sociedade do consumo, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural produzem, na sociedade contemporânea, um culto ao consumo, ao novo, ao transitório, enfraquecendo ou até anulando as possibilidades da criação de vínculos mais duradouros e de memórias mais longas. Isso nos conduz a uma situação de possível alienação. Na velocidade e na mercantilização do fluxo de informação, criam-se inúmeras possibilidades de desinformação e esquecimento.

A dimensão socioeconômica está ligada a todas as outras já mencionadas, e se relaciona com a ideia de sociedade da informação ou à própria economia da informação, a qual influencia nas questões de memória. Uma das questões centrais é a ideia de que a sociedade da informação teria garantido a democratização do acesso à informação. Essa ideia,

porém, é uma conclusão precipitada. As desigualdades de ordem social, econômica, política e cultural ainda influenciam consideravelmente nas condições de produção e acesso à informação, e portanto, nos processos de participação na construção das memórias em seus formatos mais contemporâneos. Essas dimensões da memória nos permitem levantar algumas questões. Que dimensões da memória poderiam ser representadas ou desenvolvidas em um Centro de Memória?

A dimensão epistemológica está ligada, por exemplo, às questões “O que é memória?” e “O que é passado?”. Neste trabalho desenvolvemos uma visão de memória coletiva, construída socialmente. Nesse sentido a memória deve ser um processo democrático, logo um grupo restrito não poderia definir a memória de toda uma comunidade, é necessário criar espaços de participação. Por esse viés, um centro de memória não pode assumir para si a tarefa de definir a memória de uma comunidade acadêmica – ele pode ser pensada como uma unidade mediadora das contribuições dos diversos membros e setores dessa comunidade.

Já no que toca a questão do passado, Meneses (1999) nos faz refletir sobre sua natureza: o passado não seria apenas um “antes”, um tempo anterior, mas pode ser associado à existência de outras sociedades, outros tempos que eram diferentes do tempo atual, sendo que a transição de um para outro não é apenas uma sequência cronológica, mas envolve rupturas, mudanças, transformações. Como vimos, Thomas Kuhn nos ensina que a evolução da ciência não é apenas temporal/cronológica, é também um processo de rupturas, revoluções científicas, mudanças de paradigmas. Considerando esses pontos, talvez um centro de memória, que tenha como objeto a memória científica, poderia ter um compromisso não apenas em narrar a sequência cronológica da ciência, mas narrar também suas rupturas, transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, um centro de memória poderia manter a ideia de que há uma distinção entre passado e presente, para além do tempo cronológico.

Com relação às dimensões técnica e existencial, podemos fazer a seguinte reflexão: um centro de memória, por um lado, pode vir a ser um espaço que ofereça à comunidade o acesso à informação, a uma memória organizada; por outro lado, pode também atuar como um mediador, recebendo as contribuições dos usuários e da comunidade, fazendo uma espécie de troca, organização e manutenção dessa memória. Embora o centro de memória venha absorver as novas tecnologias, ele também pode agregar em si aspectos da memória oral, por meio da reconstrução de uma história, uma identidade do grupo a que se refere.

Com relação à dimensão política, podemos refletir sobre um aspecto em particular: a questão do rápido fluxo de informação, das rápidas transformações que acontecem na sociedade do consumo, onde tudo é passageiro, transitório. Apesar de serem estas

características presentes em nossa sociedade, um centro de memória pode assumir justamente a função de preservar a memória em longo prazo. Dessa forma, o centro de memória pode evitar esses esquecimentos e pode possibilitar que a memória seja de fato absorvida, valorizada, em meio a um mundo de rápidas mudanças.

No que toca a questão socioeconômica, com relação à ideia de democratizar o acesso à informação e à memória, um centro de memória poderia criar algumas possibilidades, mas estas seriam restritas ao grupo ou instituição associado àquela memória. No entanto, no contexto das universidades públicas, seria possível conceber essa democratização, a partir do momento em que o centro de memória disponibilizasse o conhecimento ali criado não apenas para a comunidade interna, mas também para a comunidade externa.

Embora se reconheça a crise da memória, como aponta Meneses (1999), há um outro lado dessa questão: há instituições e iniciativas que podem vir a garantir que as histórias, as identidades, as memórias sejam salvaguardadas, como por exemplo o centro de memória.

Segundo Camargo (CPF SESC, 2009) no cenário atual dos centros de memória, tanto públicos quanto privados, o agrupamento de documentos de uma determinada instituição é um elemento probatório do seu funcionamento, de suas atividades, de seus serviços. No caso específico das universidades, esses aspectos podem ser verificados por meio das atas de reuniões de conselhos, com as participações de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo; da consolidação de editais voltados para o ensino, pesquisa e extensão; dos processos administrativos relacionados à contratação ou/e rescisão de serviços; entre outros. Esses documentos probatórios que são acumulados pela instituição, em certo sentido, têm a intenção de gerar informação sobre a própria instituição, a fim de produzir conhecimento em virtude de seus objetivos, sejam eles corporativos, organizacionais ou até mesmo intelectuais.

Com diferentes graus de densidade informacional, fazendo uso de linguagens variadas e marcados por suas condições originárias, os documentos que integram o acervo de um centro de memória exprimem atributos, propriedades, relações, fatos e ideias de todo tipo. (CAMARGO; GOULART, 2005, p. 56)

No caso das universidades, ao contrário da concepção empresarial de centro de memória com uma visão mercadológica (NASSAR, 2007), o capital intelectual é o que rege seu funcionamento em detrimento dos outros capitais (corporativo, empresarial). O foco principal de um centro de memória são os documentos relacionados às atividades-fim da instituição a que pertence (ou seja, aquelas atividades relacionadas aos objetivos principais da instituição, seja por meio de produtos ou serviços). O centro de memória apresenta um caráter

misto, heterogêneo, de centro difusor do saber, de espaços culturais de transmissão, coleta e preservação da história da instituição. Portanto, ele considerará que arquivos, bibliotecas e museus se apresentam também como produtores desse capital intelectual.

Essas três entidades, cada qual com sua particularidade, metodologia, objetivo e técnica (CAMARGO; GOULART, 2015), historicamente são capazes de gerar, reunir, armazenar e disponibilizar a informação, permitindo o acesso por diversos setores, possibilitando que a informação ali contida via documento torne-se matéria-prima para a construção de uma memória de cunho institucional (no seu entendimento de depósito, repositório).

Há documentos de todos os gêneros: textuais, audiovisuais, sonoros, iconográficos, além de objetos e artefatos. No caso de organizações que produzem para o varejo, o centro de memória costuma incorporar embalagens e material de divulgação e propaganda de diversos tipos e formatos. Mas há também documentos representativos de outras atividades: maquetes e plantas; boletins de circulação interna; relatórios de prestação de contas; relatórios de sustentabilidade; troféus, medalhas e placas de homenagem, notícias e reportagens fotográficas relacionadas e eventos importantes. [...] Cabe mencionar, finalmente, a presença de documentos de caráter técnico e especializado, que servem de apoio às atividades da organização: ensaios, teses, artigos científicos, sondagens de opinião, indicadores econômicos, coletâneas de legislação, informes e muitos outros”. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 71, *passim*)

A MI, como vimos na primeira seção representa tanto a história das relações internas de uma instituição, quanto a história das relações dessa instituição com a sociedade. Segundo Thiesen (1995, p. 47) alguns conceitos estão relacionados a ideia de MI, como identidade, patrimônio, história, memória, poder, tempo, cultura, entre outros. Eles transitam entre si, caracterizando cada vez mais o conceito de MI, este que esta em continua construção

Em outros termos, podemos pensar a MI como uma memória ligada a um ponto de vista mais amplo, que supera os limites do ambiente interno de trabalho, e engloba as relações travadas entre as instituições e seu exterior.

Muitos projetos de valorização da memória institucional podem volta-se não apenas para a comunidade interna, mas também dar suporte para a comunidade científica, que poderá se beneficiar da massa documental organizada e disponibilizada, além de outros tipos documentais, como os depoimentos.[...] Dessas afirmações, sinteticamente podemos dizer que o trabalho com a memória institucional tem como objetivo propiciar um novo olhar, internamente, sobre a trajetória da instituição e sobre sua relação com o entorno, com o bairro, com a cidade; e a partir desse novo olhar, sensibilizar sua comunidade interna e mostrar que ela também é responsável pela instituição, e não apenas personagem coadjuvante de alguns capítulos de sua história. Esse tipo de trabalho também deve servir para desenvolver a identidade e o senso de responsabilidade em cada um dos associados/membros da comunidade [...]. (FONTANELLI, 2015, p.85)

Portanto, os centros de memória apresentam uma multiplicidade de documentos em variados gêneros, objetivos e exemplares, dotados assim de uma diversidade. Mesmo que a maioria dos documentos seja obtida internamente, por meio das atividades, serviços e produtos ali desenvolvidos e aplicados, alguns fatores externos, como por exemplo, eventos e premiações de outros agentes e instituições, também ajudam a compor esse acervo, permitindo a construção de sua memória e identidade.

Os centros de memória visam preservar os elementos capazes de reconstituir a trajetória da instituição (CPF SESC, 2009) e na mesma medida, fornecer elementos para que a instituição se projete no futuro. Pensando a universidade como uma instituição de conhecimento, de saberes, que é legitimada e sustentada pela sociedade, a existência de centros de memória em seu ambiente pode se tornar um elemento importante para a comunidade (interna e externa) e para o processo de construção da sua memória científica.

Antes de pensar sobre qual área do conhecimento dá respaldo metodológico para o funcionamento adequado de um centro de memória, é também apropriado, para os fins deste estudo, distinguirmos as atividades de um centro de memória daquelas realizadas em um centro de documentação. Em um primeiro olhar, podemos ficar tentados a dizer que ambos realizam as mesmas funções e têm as mesmas finalidades, principalmente pelo fato ambos serem mistos (contendo arquivo, biblioteca e museu). No entanto, podemos diferenciar as funções de cada uma dessas entidades.

Um primeiro aspecto diz respeito ao tratamento dado e à função atribuída aos documentos do acervo (FONTANELLI, 2015). Por um lado, os centros de memória devem ter a capacidade de atender, a qualquer momento, a qualquer pessoa ou segmento dessa entidade, com informações relevantes sobre a própria instituição, por meio de seu acervo institucional relacionado aos aspectos gerais de interesse mundo que a envolve (corporativo, organizacional, intelectual). Por outro lado, os centros de documentação realizam um recorte temático, no qual focalizam determinada área de especialização, como por exemplo, o estudo sobre movimentos feministas, a história da saúde no Brasil, entre outros. O que entendemos é que, embora um centro de documentação possa também ter como base de estudo a história de uma determinada instituição, seu foco será a especialização em um tema ou área do conhecimento, não abrangendo a instituição em sua amplitude.

Por exemplo, no caso da UFSCar, no que se refere ao seu desenvolvimento científico, o foco de um centro de documentação cairia sobre uma área específica, como por exemplo, as ciências biológicas, obtendo dela informações sobre suas características, sua história dentro

do contexto universitário, suas pesquisas, os cientistas envolvidos, entre outros. Já os centros de memória, nesse contexto, abrangeriam a noção de construção científica, agregando aquilo que remete à instituição como um todo.

[...] pode-se afirmar que, ao menos parcialmente, centros de memória e centros de documentação se assemelham, uma vez que ambos acumulam documentos e se preocupam com a gestão das informações para a geração de novos conhecimentos. Acontece, porém, que a função dos documentos no acervo de um centro de memória é diferente. O foco dos profissionais responsáveis por seu gerenciamento, via de regra, está no coletar, preservar, organizar e disponibilizar documentos relacionados especificamente à história da instituição, e com os quais seja possível reconstituir sua memória. (FONTANELLI, 2015, p. 81)

Outro ponto importante, via de regra, é relacionado à finalidade. Como já dito, o centro de memória de uma instituição tem como intenção criar uma identidade, preservar seus valores e experiências, assim como projetar-se para o futuro. Por sua vez, com relação ao centro de documentação, como destaca Tessitore (2003, p. 18), deve-se “[...]salientar que nem sempre o Centro de Documentação tem como objetivo a preservação da memória ou a pesquisa histórica. Muitos estão vinculados à pesquisa em outras áreas ou à produção e prestação de serviços.”.

Dessa forma, embora ambas as entidades sejam marcadas por uma composição híbrida (arquivo, biblioteca e museu), elas apresentam diferenças entre si, seja na composição de seu acervo ou no seu escopo. Há de se pontuar, no entanto, que tais diferenças apresentadas podem não se aplicar a todos os centros de documentação, os quais, em alguns casos, apresentam semelhanças com os intuitos dos centros de memória. Na literatura, percebe-se que muitos autores reconhecem essas duas entidades como equivalentes, denominando-as como “Centro de Documentação e Memória”. Mas, em decorrência deste trabalho, realizamos a sua dissociação. Isso porque acreditamos que, para o propósito deste estudo, é válido considerarmos o centro de memória em sua forma mais global, com um dinamismo diferente de outras instituições, mais relacionado com a memória institucional/científica, de acordo com nossas reflexões.

Tal como o centro de documentação (TESSITORE, 2003), o centro de memória não possui uma teoria metodológica própria para o tratamento de seu acervo, dos seus documentos. Consequentemente, segundo Camargo e Goulart (2015, p. 72), os centros de memória “[...]enfrentam dificuldade para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre as atividades da organização.”. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 72). No entanto, alguns pontos podem ser observados, tendo em vista a concepção de

uma forma de organização, e a constituição de um centro de memória, com base em seus objetivos, características e infraestrutura.

Além das questões fundamentais, como definir a missão da organização, seus objetivos principais, a composição de uma equipe interdisciplinar e de um organograma, pontuamos, na perspectiva de um centro de memória em universidade, algumas outras etapas essenciais para a sua criação. Para análise desses pontos, utilizamos o estudo de Goulart (2012, p.30-34). Dessa forma, apontamos as etapas:

- Um levantamento histórico e documental da organização (estudo das atividades e da trajetória da instituição, no que tange seus aspectos administrativos, educacionais, intelectuais, científicos, culturais);
- Pesquisa do fluxo documental das suas entidades – arquivo, biblioteca e museu (seu tratamento técnico, seus depósitos, a existência de normas, padrões e técnicas, de conservação e preservação desse acervo relacionado à memória científica da universidade);
- Relacionado ao item anterior: reunião desse fluxo informacional, tanto aqueles itens que estão presentes internamente, quanto os que estão dispersos fora da instituição (seja por meio de empréstimo, alocados em outras instituições, ou com agentes que já não estão mais presentes na instituição);
- Trabalho dos profissionais a fim de realizar uma descrição e seleção do acervo (cada entidade sendo responsável pelo tratamento técnico dos documentos de sua custódia);
- Estabelecimento de uma infraestrutura para o armazenamento, custódia, acondicionamento e conservação desse acervo. (No próximo capítulo, este item será discutido a partir de uma perspectiva da não necessidade de um local fixo, mas de forma mais livre, mais aberta);
- O uso de ferramentas tecnológicas como, por exemplo, o uso de site institucional de um centro de memória e/ou softwares, que são de grande utilidade para a ampliação e o acesso desse acervo relacionado à memória científica;
- Divulgação dessas informações, dessa memória científica refletida no acervo, por meio de atividades, exposições, palestras, oficinas, *clippings*, criação de sites interativos, visitas, entre outros elementos que possibilitem a disseminação e o acesso do público.

Esses pontos acima, entre outros, compõem a política que deve ser estabelecida para a constituição de um centro de memória e do seu acervo. Ademais, devemos ter em mente que, para que haja um funcionamento contínuo desse centro, é preciso que o mesmo receba atualizações constantes, tanto das suas coleções quanto dos seus objetivos iniciais.

4.6.1 Coleção versus Acervo

Para fins desse trabalho, e como uma forma de complementar as discussões anteriores, é preciso apresentar o que entendemos por acervo e coleção. O termo acervo, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivista (2005, p. 19) é definido como: “Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora”; Já o termo coleção é entendido como “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (2005, p. 52). Em certo sentido, podemos dizer que os dois vocábulos são correspondentes, uma vez que entendemos ambos como a reunião de documentos da mesma natureza.

No entanto, se nos aprofundarmos nos significados dessas duas palavras, mesmo que em alguns contextos elas sejam utilizadas como sinônimos, podemos apontar diferenças entre elas. O vocábulo *acervo* pode ser entendido como “conjunto, reunião, grande quantidade (de algo)” e/ou “Conjunto de bens de propriedade pública ou particular que compõem um patrimônio” (AULETE, 2018). Assim, podemos compreender que não necessariamente um acervo implicaria um conjunto ordenado de documentos. Por sua vez, coleção, ainda segundo o mesmo Dicionário Caldo Aulete, pode ser compreendida como um “Conjunto de objetos, ger. conservados em grupo, que têm alguma relação entre si” e/ou “Um desses conjuntos, organizado, singularidade etc [...]”. Ainda segundo o Dicionário Conceitos-Chave de Museologia (2013, p. 32), coleção é definida como

[...] um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada, reunida pelo valor artístico, cultural, histórico etc. de seus componentes, ou por sua raridade [...].

Em geral, se compararmos os sentidos de ambos os vocábulos, podemos dizer que a coleção costuma designar um conjunto de documentos que foi intencionalmente reunido, organizado, classificado, que tenham características em comum. Já um acervo corresponde a um conjunto que não necessariamente apresenta essas características.

Os documentos que compõem as coleções apresentam diversas tipologias, suportes e formatos. Para fundamentarmos nosso trabalho, utilizamos dos preceitos da teoria arquivística, especificamente do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista (2005), a fim de agruparmos os documentos de acordo com o critério de gênero documental, ou seja, uma classificação segundo o seu formato, seu suporte, que possuem cada qual um processamento técnico particular. Apontamos por meio de uma compilação os seguintes gêneros documentais (BRASIL, 2005, *passim*):

- **Documento audiovisual:** documentos que contêm imagens fixas, ou em movimento, e registros sonoros;
- **Documento bibliográfico:** integrado por impressos, como livros, folhetos e periódicos;
- **Documento cartográfico:** integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas;
- **Documento eletrônico:** integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, com cartões perfurados, disquetes e documentos digitais;
- **Documento filmográfico:** integrado por documentos que contêm imagens em movimento com ou sem som, como filmes e fitas videomagnéticas. Também chamado documentos cinematográfico;
- **Documento micrográfico:** Gênero documental integrado por documentos em microforma, como cartões-janeira, microfilmes e tab-jacks;
- **Documento textual:** integrado por documentos manuscritos, datilografados ou impressos como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios;
- **Documento iconográfico:** integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras.

Neste caso, de acordo com este projeto, podemos reescrevê-los da seguinte forma: coleção audiovisual, coleção bibliográfica, coleção cartográfica, coleção eletrônica, coleção filmográfica, coleção micrográfica, coleção textual e coleção iconográfica. Como trabalhamos com o ambiente universitário, incluímos mais alguns tipos de coleções: a coleção museológica (itens decorativos, objetos tridimensionais), a coleção científica (originária das práticas científicas, tecnológicas, como representativos da biodiversidade, fósseis, objetos etnográficos

e arqueológicos), coleção arquitetônica (prédios, monumentos) e coleções culturais e artísticas (práticas, apresentações, eventos sociais, estudantis, torneios). Temos consciência de que há uma abundância de nomenclaturas que podem ser utilizadas para identificar elementos que fazem referência à memória científica e institucional, mas para a finalidade desse projeto, pautaremos a discussão com base nesses tipos de coleções.

Quadro 2: Exemplos das Coleções

Coleção	Exemplos
Coleção audiovisual (imagens fixas)	filme, registro sonoro em fita cassete. Temos os sonoros (em som) e os filmográficos (em filme) etc.
Coleção bibliográfico	livros, folhetos e periódicos etc.
Coleção cartográfica	mapas, plantas, perfis, fotográficas aéreas etc.
Coleção eletrônico	cartões perfurados, disquetes e documentos digitais, disquetes, cd's, disco rígido, DVD etc.
Coleção filmográfico (imagens em movimento)	filme, fitas videomagnéticas
Coleção micrográfico	cartões-janeira, microfilme, tab-jacks, rolo, microfichas, microfilmes
Coleção textual/documentais	certidões, correspondências, atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios;
Coleção iconográfico	fotografias, gravuras, desenhos, negativos etc.
Coleção museológica	objetos tridimensionais, itens decorativos
Coleção científica	originárias das práticas científicas, tecnológicas, de expressões artísticas - biodiversidade, objetos etnográficos e arqueológicos.
Coleção arquitetônica	prédios, monumentos, esculturas
Coleções artísticas e culturais	práticas, celebrações, eventos sociais, científicos estudantis, torneios, Técnicas artesanais tradicionais, Formas de expressão

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

5.A MEMÓRIA CIENTÍFICA E INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

5.1 A memória científica e institucional na UFSCar

A UFSCar foi criada em 22 de maio de 1968, pelo Decreto nº 62.758, embora a sua criação já houvesse sido promulgada pela Lei 3.835, de 13 de dezembro de 1960, junto com a federalização da Universidade da Paraíba, sendo que suas atividades efetivas tiveram início em 13 de março de 1970, nas instalações da antiga Fazenda Trancham, em São Carlos. A UFSCar foi primeira universidade federal criada no Estado de São Paulo e a única, até o momento, localizada no interior do Estado. Atualmente possui quatro *campi* nas cidades de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino.

Historicamente, podemos apontar que a UFSCar foi instituída como uma fundação no auge do regime militar-autoritário brasileiro (1968), assim como outras instituições federais que surgiram na mesma época. Sguissardi (1993) buscou analisar a história da UFSCar desde a sua criação, principalmente no que tange a influência desse período mais duro, e seus reflexos em termos políticos, econômicos e sociais na universidade. Um dos aspectos da UFSCar, apontados é seu modelo de fundação. A fundação tem uma tendência descentralizadora, ao contrário do modelo de autarquia, que é centralizado (SGUISSARDI, 1993)

A “história” da UFSCar irá revelar que a adoção do modelo fundacional, muito mais do que cumprir a função de descentralização e agilização administrativas e servir indiretamente ao projeto de privatização do ensino superior, serviu para que, nos moldes do regime vigente, pudesse ser exercido um maior controle político-administrativo sobre a Universidade. A divisão com a “iniciativa privada” da responsabilidade pela manutenção do ensino superior (muitas vezes, com verbas públicas – numa forma nada sutil de privatização do próprio Estado), embora estruturalmente importante para o modelo político-econômico dominante, serviu, conjuntamente, como pretexto para a instauração de um modelo universitário (Fundação, Conselho Diretor ou de Curadores), que garantisse a existência desse controle. (SGUISSARDI, 1993, p. 16)

De acordo com o decreto instituidor do Estatuto da Fundação (1968)²³, a Fundação Universidade Federal de São Carlos (FUFSCar), é estabelecido que a instituição terá o Reitor da Universidade como o Presidente da Fundação. Entre outros pontos importantes que o Estatuto traz, podemos destacar: as competências do presidente da Fundação; o Patrimônio e o Regime Financeiro; o Conselho de Curadores e suas competências; e, principalmente, o

²³ Embora a FUFSCar tenha sido criada em 22 de maio de 1968, ela foi inscrita oficialmente como pessoa jurídica no Cartório do 2º Ofício de São Carlos, em 24 de abril de 1969.

objetivo de manter a universidade como uma instituição voltada para o ensino, pesquisa e extensão, presente até os dias atuais.

No decorrer de todo o seu processo de criação, não podemos deixar de fora fatores externos que impulsionaram a existência da UFSCar. Os personagens como os ex-deputados Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz foram cruciais para a implementação da universidade no âmbito político-econômico. Já no que tange a tarefa de organizar e planejar a UFSCar, esta ficou a cargo de um grupo de acadêmicos como, por exemplo, o prof. Sérgio Mascarenhas, que segundo Sguissardi (1993), foi um dos personagens mais importantes no que se refere à implementação da universidade, no período de 1968 e 1976.

A escolha do município de São Carlos, além dos interesses políticos e econômicos de ambos os ex-deputados, foi devida, entre outros fatores, ao crescimento industrial que acontecia na região (de setores como comunicação, material elétrico, etc.), o qual era decorrente do crescimento econômico do Estado de São Paulo entre as décadas de 50 e 60, e do conseqüente processo de interiorização. Soma-se a isso o fato de que houve uma expansão do ensino superior no Estado de São Paulo na década de 60, o que era denominado, segundo Sguissardi (1993, p. 36), “explosão educacional”.

Combinavam-se, portanto, vários fatores para explicar esse processo de interiorização: a) a descentralização do desenvolvimento; b) a educação vista então como investimento com entornos econômicos e como fator de mudança social; c) as facilidades legais e subsídios oficiais para a iniciativa privada; d) a ideia de “fixação do homem ao meio”, no caso, o profissional de nível superior. (SGUISSARDI, 1993, p. 37)

Ao longo do tempo, ocorreram diversos eventos que culminaram na criação da primeira instituição federal de ensino superior do Estado de São Paulo. A sua estrutura, ou seja, seu modelo de fundação pode ser considerado como alicerce para o seu funcionamento. Vale ressaltar que o Estatuto da universidade foi alterado no ano de 1990²⁴, adequando-se às novas mudanças, ao novo contexto, e também se orientando pelo Estatuto anterior, pelo Regimento Geral e pela Legislação do ensino vigente. É possível visualizar no Estatuto de 1990 a inserção de pontos que fazem menção aos novos *campi*, assim como os princípios que norteiam a universidade no seu âmbito didático-científico, administrativo, e de gestão financeira e patrimonial.

Segundo o Estatuto da UFSCar (1990), em relação ao seu patrimônio, tanto a Universidade quanto a Fundação possuem patrimônio em comum, o qual é regido na forma

²⁴ Decreto n.º 99.740, de 28 de novembro de 1990

do texto do Estatuto, Capítulo III- DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO, Artº 6 – com o seguintes incisos:

I - da gleba doada pelo município de São Carlos, com os prédios e benfeitorias nela existentes, em conformidade com o decreto municipal expropriatório, de nº 6.020, de 2 de dezembro de 1968, da Prefeitura Municipal de São Carlos, e escritura lavrada no Cartório do 2º Ofício, folhas 15 do Livro 213 e inscrita no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Carlos, sob n.º 247, folhas 128 do Livro A-1, de inscrição de Associações;

II - dos bens móveis, semoventes e imóveis que possuir e que vier a adquirir;

III - das doações e ajudas financeiras feitas ou concedidas, pela União e por entidades públicas ou particulares;

IV - das contribuições previstas em convênios;

V - de outras incorporações que resultem das atividades realizadas pela Universidade;

VI - saldos orçamentários dos exercícios financeiros. (UFSCAR, 1990, p. 29)

Dos itens acima podemos destacar o II e o V, ou seja, aqueles que fazem menção ao patrimônio como os bens móveis, semoventes e imóveis que a UFSCar possui e que adquire ao longo dos anos, bem como de admissões decorrentes das atividades que são desenvolvidas na instituição, sejam essas de cunho científico, social, administrativo, cultural, etc.

De forma geral, a palavra patrimônio refere-se a um bem ou ao conjunto de bens culturais (materiais ou imateriais) ou naturais, decorrentes das práticas de produção, dos costumes e das relações sociais que se estabelecem historicamente e territorialmente. Na maioria das concepções que temos sobre patrimônio remetemos à ideia de herança, de transmissão entre gerações, de associação com a construção da memória de um determinado grupo ou sociedade.

A palavra patrimônio, ainda hoje, tem a capacidade de expressar uma totalidade difusa, à semelhança do que ocorre com outros termos, como é o caso de cultura, memória e imaginário, por exemplo. Frequentemente, aqueles que desejam alguma precisão se vêem forçados a definir e redefinir o termo. A necessidade de recuperar a sua capacidade operacional driblando o seu acento de difusa totalidade está na raiz das constantes requalificações a que essa palavra tem sido submetida. (CHAGAS, 2007, 2004)

Essa variação semântica que a palavra patrimônio ganha ao longo do tempo “[...]Patrimônio digital, patrimônio genético, biopatrimônio, etnopatrimônio [...]” bem como as mais conhecidas “[...] patrimônio cultural, patrimônio natural, patrimônio histórico, patrimônio artístico e patrimônio familiar. [...]” (CHAGAS, 2007, p. 2008), confere à palavra uma multiplicidade de expressões, assim como uma variedade de bens identificados como notáveis para os indivíduos, grupos, comunidades. De certa forma, o patrimônio pode ser

inventado ou reinventado de várias formas, de acordo com o que os grupos determinam ou preservam como um patrimônio que os represente enquanto comunidade. Segundo Soares (2007), um bem ou conjunto de bens não é criado para ser um patrimônio, mas ao longo do tempo pode ganhar esse status, pela sua identificação com determinado grupo, suas características, por enquadrar-se em um determinado contexto histórico, diferenciando um grupo dos demais pelas suas particularidades.

Para efeitos dessa pesquisa, utilizaremos o conceito de patrimônio cultural ou histórico. Entende-se o patrimônio cultural como aquele constituído por bens tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais), que fazem alusão à identidade, ao sentido de pertencimento de um determinado grupo, da mesma maneira que a tradição, os valores, os costumes, as experiências e os saberes do grupo fazem parte da sua história.

Segundo a Constituição de 1988, no seu artigo 216, podemos compreender o patrimônio cultural brasileiro como “[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (IPHAN, 2018b)

O patrimônio material protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros de Tombos: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; e das Artes aplicadas. Os bens materiais podem ser categorizados como: imóveis, como prédios, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais, conjuntos urbanos etc.; e móveis, como acervos museológicos, documentais, bibliográficos, iconográficos, arquivísticos, videográficos, cinematográficos. Entre esses tipos de bens patrimoniais se inserem (IPHAN, 2018b): I as formas de expressão; II os modos de criar, fazer e viver; III as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Por sua vez, o patrimônio imaterial (os bens culturais de natureza imaterial) pode ser encontrado em práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (BRASIL, 2000). São exemplos desse tipo de patrimônio: instrumentos, objetos, artefatos, festas, celebrações, manifestações, práticas culturais e coletivas, entre outros, que estão associados a indivíduos, grupos ou comunidades.

Na UFSCar, é possível visualizar o patrimônio cultural em suas dimensões material e imaterial. Em um estudo introdutório, realizado no ano de 2015, foi feito um levantamento de

acervos, de bens culturais de natureza materiais não catalogados, e que ainda se apresentam de forma dispersa na instituição, mas que são de grande importância no que concerne a memória científica e institucional da universidade. Embora esse estudo não tenha abarcado todas as iniciativas, ele pode ser considerado válido para o conhecimento desses acervos. O trabalho é intitulado “Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar”, e foi aprovado no “Edital Especial de Apoio à Realização de Atividades de Extensão com Temática Específica sobre a Memória da Universidade em Comemoração aos 45 anos da UFSCar em 2015”/Pró-Reitora de Extensão (PROEX)²⁵.

Os acervos instrucionais identificados no trabalho mencionado são compostos por: coleção de minerais, rochas e pegadas fósseis de dinossauros, mamíferos e invertebrados; pôsteres históricos; livros; brinquedos infantis; panfletos; folhetos, teses; filmes em VHS das orquestras e concertos da instituição; desenhos infantis; resenhas/críticas; painéis com fotos históricas; artigos de jornais e agendas. Esses acervos estão alocados em diversos departamentos da universidade, entre esses podemos apontar o Departamento de Psicologia, o Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva, o Departamento de Artes e Comunicação, o Departamento de Engenharia de Materiais, entre outros. (OLIVEIRA, COSTA, 2015).

Entre as iniciativas identificadas apontamos a Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM). A unidade foi criada em 1998, originária do antigo Arquivo de História Contemporânea da instituição, que iniciou suas atividades ainda na década de 1970, com a finalidade de desenvolver atividades voltadas para a conservação da memória histórica da cidade de São Carlos e região. A UEIM²⁶ é subordinada ao Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), e abriga em seu espaço uma coleção diversificada de documentos presentes em diversos formatos e suportes. O seu acervo é composto por arquivos privados, fundos públicos, dossiês, fotografias, acervo bibliográfico, objetos tridimensionais, obras de arte, artesanato, filmes, microfilmes, partituras, cd's, vinis, biblioteca de apoio, teses e dissertações, entre outros. Ou seja, esse acervo é composto, em outros termos, por documentos audiovisuais, bibliográficos de cunho histórico, arquivísticos, cartográficos, cinematográficos, documentos iconográficos, micrográficos e museológicos, entre outros.

As coleções, em sua maioria, estão relacionadas a assuntos ou personalidades das áreas de Sociologia, História, Artes, Literatura, Administrativo, etc. Destacamos as Coleções

²⁵O trabalho foi realizado pela discente Ana Tereza de Pádua Oliveira do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação com a orientação da Professora Luzia Sigoli Fernandes Costa do Departamento de Ciência da Informação.

²⁶ Disponível em: <<http://www.ueim.ufscar.br/front-page>>. Acesso em: 01jul. 2018

Associação Cultural Negro, Coleções Documentos sobre São Carlos, Coleção Thereza Santos e Coleções Fazendas. Além das inúmeras coleções, a UEIM também zela pelo arquivo administrativo e histórico do CECH e uma parcela significativa de documentos históricos da UFSCar (Arquivo Administrativo do Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH).

Outro espaço de arquivo e memória também institucionalizado é o Arquivo Ana Lagoa (ALL)²⁷, criado em 1996. Ele possui um conjunto documental que é composto por teses, dissertações, fascículos de periódicos, recortes que fazem referência à história política do Brasil, relativos, sobretudo, ao período da Ditadura Militar.

O Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE)²⁸, vinculado à Biblioteca Comunitária (BCo) da UFSCar, campus São Carlos, possui um acervo institucional composto de coleções de obras especiais. Entre essas coleções destacamos a coleção pessoal do sociólogo Prof. Dr. Florestan Fernandes. O Fundo Florestan Fernandes²⁹ (FFF), adquirido em 1996, juntamente com sua biblioteca particular, é constituído por uma série de documentos que correspondem à vida pessoal, à vida acadêmica, à vida política, à produção intelectual, à produção intelectual de terceiros e, por fim, às homenagens póstumas do intelectual. O conjunto documental é formado por fichas documentais feitas pelo sociólogo durante sua vida acadêmica, correspondências, recortes de jornais, fotografias, cartazes, panfletos de cunho eleitoral, objetos pessoais, etc. Vale frisar que a organização desse Fundo tem como orientações o Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), as Normas Internacionais de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), bem como as Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE). Essas normas servem também para nortear os processos de conservação e restauro dos documentos, por meio de etapas relacionadas à higienização, pequenos reparos, descrição, digitalização, acondicionamento e armazenamento.

Recentemente, o DeCORE recebeu o acervo de Luiz Carlos Prestes³⁰, este que será instituído como “Coleção Luiz Carlos Prestes” pela historiadora Anita Leocadina Prestes. Esse acervo possui uma relevância histórica e é composto por um conjunto representativo de materiais diversos, tais como: documentos bibliográficos (livros da prisão com carimbo da

²⁷ Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/>> Acesso em 01 jul. 2018.

²⁸ Disponível em: <<http://www.bco.ufscar.br/servicos-bco/colecoes-especiais/sobre-colesp>>. Acesso em 01 jul. 2018.

²⁹ Disponível em: <<http://www.bco.ufscar.br/servicos-bco/colecoes-especiais/fundo-florestan-fernandes>> Acesso em 01 jul. 2018.

³⁰ Disponível em: <http://www.bco.ufscar.br/servicos-bco/colecoes-especiais/exposicao-luiz-carlos-prestes-201cfragmentos-testemunhos-presentes-na-sua-linha-do-tempo.201d>. Acesso em 01 jul. 2018.

“Casa de Correção, RJ”, 1936-1945, muitos deles com anotações; livros pós – prisão, 1948-1958, com dedicatórias); objetos museológicos (vestuário, máquina de escrever, vitrola antiga); documentos arquivísticos (recortes de jornais do golpe de 1964, etc.)

Além dessas coleções podemos dar destaque para outras obras especiais guardadas no local, como edições autobiografadas de autores nacionalmente conhecidos, como Carlos Drummond de Andrade, Ligia Fagundes Telles, Jorge Amado, entre outros.

Esses acervos apresentados anteriormente, assim como outros ainda não identificados, sugerem a importância da criação de um centro de memória ou unidade de memória que viabilize a união dos acervos relacionados à memória científica e institucional da universidade.

5.2 A Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar

A Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória, da UFSCar (ANEXO D), é um importante instrumento normativo e uma referência oficial da instituição a respeito das intenções, metas e planos de ação dessas três importantes áreas. Vale frisar que a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória ainda não foi implementada. Esta proposta de política foi elaborada em 2009 por uma comissão representada pela Coordenadoria de Comunicação (CCS), pela Biblioteca Comunitária (BCo), e por alguns docentes provenientes do departamento de Ciência da Informação (DCI)³¹.

Delimitando para cada setor uma determinada atividade relacionada à preservação histórica, científica e tecnológica da instituição, a proposta instituída ficou dividida em três tipos de políticas a serem implementadas: a Política de Informação, a Política de Comunicação e, por fim, a Política da Memória.

Em particular, esse documento oferece subsídios no que concerne à elaboração e o desenvolvimento da Política de Memória da universidade e, conseqüentemente, da criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar. É, portanto, uma base normativa que estabelece relações importantes com o tema desta pesquisa.

Como premissas gerais a política destaca, entre outros pontos, “a necessidade de armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual como resultado de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UFSCar”, bem como “a necessidade de democratizar o conhecimento e permitir o acesso aberto às informações, a

³¹ Informação disponível em: <http://www.ccs.ufscar.br/politica-integrada-de-informacao-comunicacao-e-memoria>. Acesso em: 03 jan. 2019.

fim de contribuir para maior visibilidade da UFSCar” e “a importância da preservação e difusão da memória histórica tanto da UFSCar como da própria região e do país”. Esses objetivos estão diretamente relacionados com a Memória Científica e com a Memória Institucional da universidade, e fazem parte dos objetivos da própria UMMA.

O documento da Política Integrada é composto de três partes principais: Política de Informação, Política de Comunicação e Política de Memória. Essas três dimensões são vistas de forma integrada, ou seja, de modo a possibilitar as múltiplas relações entre elas com base em eixos comuns de trabalho. Por essa razão, todas elas trazem contribuições para entendermos a complexidade da questão da memória na universidade.

No que se refere à Política de Informação, algumas ideias contidas no texto do documento merecem destaque para os fins desta pesquisa. Um primeiro aspecto é o reconhecimento da informação como bem público e do acesso à informação como um processo que deve ser, necessariamente, aberto e democrático. Os artigos 3º e 4º ilustram esse ponto:

Art. 3º - Na UFSCar a Informação é entendida como um bem público, estratégico e transversal à sua missão acadêmica, de pesquisa e extensão, que assegura a sua produção, gerenciamento, preservação e uso apropriados, respeitando os princípios de ética, transparência e privacidade.
Art. 4º - A atuação das bibliotecas e das demais unidades gestoras da informação na Universidade deve ser regida pelo princípio do acesso aberto ao conhecimento, da democratização do conhecimento e da comunicação e da participação comunitária.

Essas qualidades são indispensáveis para a Política de Memória, e para pensarmos a produção, a salvaguarda e o acesso à memória científica institucional da universidade. Compreender a informação como um bem público que, no contexto universitário, atravessa as dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, ilustra bem a sua multiplicidade, a diversidade das suas fontes, das formas de expressão e representação dessa memória, dos múltiplos caminhos que podem ser traçados na realidade institucional de uma universidade, esses caminhos eventualmente convergindo para uma unidade de memória

O Repositório Institucional (RI), por exemplo, é um componente importante da Política de Informação, é uma ferramenta de salvaguarda e disseminação da produção intelectual universitária. O artigos 8º determina sua criação:

Art. 8º – Fica instituído o Repositório Institucional da Universidade Federal de São Carlos com acesso aberto.
§ 1º – O Repositório Institucional (RI) é constituído por base de dados de produção intelectual dos docentes, pesquisadores, discentes, técnico-administrativos e colaboradores da UFSCar, reservadas as disposições da Lei nº 9.610 de 19/09/98, que dispõe sobre direitos autorais.

§ 2º – Entende-se como produção intelectual toda a produção científica, tecnológica, artístico-cultural e técnica.

§ 3º – O RI tem acesso aberto, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

O Repositório Institucional (RI) pode ser considerado uma importante ferramenta para a consolidação da Política de Memória, se configurando, com o passar do tempo, como sistema de consulta pública à produção intelectual desenvolvida na instituição, em sua variedade:

Art. 10º – Os tipos de documentos depositados no RI são: teses e dissertações, artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, relatórios técnicos, publicações em eventos, trabalhos de conclusão de cursos, softwares, patentes, audiovisuais e outros tipos de produção intelectual.

A abertura para o acesso a essa diversidade de documentos, via RI, é expressão da multiplicidade própria do processo de construção da memória. O conteúdo do RI vem a contribuir para o desenvolvimento da Política de Memória e da UMMA, pois pode sugerir possíveis elementos, critérios ou categorias para a identificação da Memória Científica e Institucional.

Da Política de Comunicação, por sua vez, podemos destacar alguns princípios que são fundamentais para a consolidação de um projeto multidisciplinar e integrado como é o caso de um Centro de Memória. Com relação a essa Política, o documento desta, no artigo 19º:

Art. 19º – Na UFSCar a Comunicação é entendida como estratégica e transversal às ações e atividades acadêmicas tendo como objetivo atender aos princípios e diretrizes da Instituição, em particular o compromisso com a sociedade, a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, o livre acesso ao conhecimento e a universidade promotora de valores democráticos e de cidadania.

§ 1º – Em termos profissionais e específicos, a atividade de comunicação na UFSCar deve ser regida pelos conceitos de democratização da comunicação, comunicação integrada, colaboratividade e interatividade.

O compromisso com a democratização dos processos se repete aqui, de forma coerente com a Política de Informação. Particularmente, o reconhecimento de que a comunicação é estratégica e transversal às atividades acadêmicas vai ao encontro das necessidades integradoras de uma unidade de memória. A colaboratividade e a interatividade como princípios norteadores da Política de Comunicação têm muito a beneficiar à Política de Memória, dado que o estudo, a salvaguarda e o desenvolvimento da memória requer a integração de diferentes áreas do conhecimento e, portanto, equipes de trabalho multidisciplinares.

Em especial, o Sistema de Comunicação Integrada (SCI) pode ter importância estratégica para a Política de Memória:

Art. 21º – Fica instituído o Sistema de Comunicação Integrada (SCI) da UFSCar, com o objetivo de manter a unidade e a identidade institucional, integrar unidades e equipes profissionais, otimizar esforços e recursos e garantir seguros processos de gestão da comunicação.
§ 1º - O SCI é composto por todas as unidades de Comunicação da UFSCar, inclusive pela sua Fundação de Apoio Institucional (FAI.UFSCar), sendo presidido e coordenado pelo Diretor de Comunicação Social da Universidade.

§ 2º – Em comum acordo, todas as unidades do SCI devem privilegiar a utilização de estratégias e ferramentas tecnológicas que garantam processos transparentes, ágeis e objetivos de comunicação, privilegiando o registro de todas as ações e garantindo a memória da Comunicação Institucional.

A integração de unidades e equipes profissionais, o uso de estratégias e ferramentas de comunicação compartilhadas pelas diferentes unidades, e o compromisso com a transparência e o registro dos processos, são práticas que podem ser consideradas facilitadoras da construção da memória coletiva no contexto da universidade.

E para além da comunicação interna, a comunicação externa pode se configurar como uma fonte importante de elementos da memória da instituição:

Art. 34º – Todas as Assessorias que compõem o Sistema de Comunicação Integrada da UFSCar devem manter canal privilegiado de comunicação com a Imprensa, enfatizando o diálogo com os profissionais dessa área de forma que seja dada transparência aos atos da administração e da comunidade universitária, assim como a produção do conhecimento científico e tecnológico produzido no âmbito da Universidade.

A comunicação **da UFSCar com** a Imprensa, e os processos de comunicação **da Imprensa sobre** a UFSCar podem compor, ao longo do tempo, importantes registros da história da universidade, suas conquistas, seus eventos, suas relações e contribuições para com a sociedade. Portanto, tais processos são eventuais objetos de interesse para uma unidade de memória, pois essa memória é tanto da comunidade interna quanto da externa, e a Imprensa desempenha um papel relevante nessa relação.

O Portal UFSCar é outra ferramenta de grande importância, tanto para a Política de Comunicação quanto para a Política de Memória. O documento da Política Integrada destaca:

Art. 37º – O Portal UFSCar deve ser compreendido como um canal privilegiado de informação e comunicação, devendo pautar-se por notícias de interesse geral da Instituição e da comunidade externa que nela mantenha interesse.

§ 1º – Entende-se que o conceito do Portal está relacionado a um centro aglomerador e distribuidor de conteúdo para uma série de outros sites ou subsites dentro e fora do domínio ou subdomínio da unidade gestora do

Portal.

§ 2º – O Portal UFSCar será composto única e exclusivamente por sites e links oficiais da UFSCar, salvo quando de interesse institucional.

A função de ser um “centro aglomerador e distribuidor de conteúdo”, com “notícias do interesse geral da Instituição e da comunidade externa” faz do Portal UFSCar um recurso indispensável para o desenvolvimento de projetos relacionados à Memória Científica e Institucional, no contexto dessa universidade.

Outra vertente da Política de Comunicação que pode vir a suscitar importante fonte de registros da Memória Institucional é composta pelas atividades de radiodifusão e disseminação de produção audiovisual. Os artigos 46º e 47º ilustram a vinculação dessas atividades aos compromissos assumidos na Política Integrada:

Art. 46º – Os veículos de comunicação mantidos no âmbito da UFSCar e da sua Fundação de Apoio devem pautar-se pelos conceitos e diretrizes desta Política, em especial os de comunicação pública, educação, cidadania e democratização da comunicação.

Parágrafo único – Todos os veículos de comunicação de que trata este artigo devem manter disponíveis para as comunidades interna e externa as suas Diretrizes Editoriais, que devem ser discutidas amplamente no âmbito da Instituição e aprovadas pelo Conselho Universitário.

Art. 47º – Visando garantir a execução das diretrizes desta política, de seu projeto editorial e das demais disposições previstas na legislação específica, os veículos de comunicação devem manter Conselhos Editoriais e de Programação que têm como objetivo acompanhar a execução das políticas, assim como sua configuração em termos de direção artística e de programação.

Essas formas de comunicação, com esses compromissos, representam a possibilidade da recuperação de memórias coletivas por meio dos registros das Diretrizes Editoriais e dos conteúdos da Programação desses meios. Debates, diálogos, entrevistas, relatos, informes, eventos, conflitos – todos esses elementos, constituintes da memória coletiva universitária, podem vir a ser acessados por meio dos registros de programas de rádio e produtos audiovisuais. Elas representam, por isso, uma categoria relevante para o desenvolvimento dos trabalhos da Política de Memória.

Temos, por fim, a própria Política de Memória, que está diretamente relacionada à criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar. Alguns princípios gerais dessa política:

Art. 52º - Na UFSCar, a preservação da memória institucional, regional e nacional é entendida como uma ação transversal que permeia todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, fortalecendo o compromisso social da Instituição.

Parágrafo único – É obrigação de toda unidade da UFSCar manter organizada, preservada e com possibilidade de acesso toda a documentação gerada em seu âmbito de atuação.

A ideia de preservação da memória como ação transversal implica que essa tarefa não deve ser considerada função isolada de uma equipe em particular, uma unidade ou um eventual Centro de Memória (CM). A salvaguarda da memória e o registro adequado dos processos acadêmicos, internos e externos, nos âmbitos da pesquisa, do ensino e da extensão, de certa forma, são funções de todos os membros da comunidade universitária. A Política de Memória na universidade assume, portanto, uma função agregadora e centralizadora do processo de gestão da Memória Institucional – esta que deve ser cultivada em todos os espaços.

O artigo 55º da Política Integrada institui a Comissão Provisória de Memória da UFSCar, cujas atribuições são transcritas na íntegra a seguir:

- I. Propor os termos para criação do Sistema de Arquivos da UFSCar;
- II. Propor normas administrativas para tratamento documental, desde a geração do documento até sua eliminação, com padrões determinados dos campos necessários para um registro completo e eficaz, assim como os procedimentos estabelecidos pela Arquivologia Moderna, determinados pelas três idades do documento, ou seja, arquivo corrente, arquivo intermediário, arquivo permanente e armazenagem devida;
- III. Propor Manual Técnico com Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo, com objetivo de possibilitar o planejamento de estratégias de guarda e de preservação de documentos de arquivo, de acordo com sua temporalidade e destinação;
- IV. Propor condições de organização integrada, guarda e acesso público às coleções de objetos artísticos e de valor histórico de posse da UFSCar;
- V. Orientar como deve ocorrer a formação de acervos, coleções físicas ou digitais – inclusive as próprias da Educação a Distância – e a aquisição por compra, doação ou permuta;
- VI. Estabelecer critérios para o recebimento de coleções, de valor histórico, por meio de doação;
- VII. Conceber a constituição dos arquivos institucionais por meio de Tabela de temporalidade e outros instrumentos específicos da Arquivologia;
- VIII. Propor diretrizes específicas para formação e manutenção de fundos, coleções e acervos fotográficos e de outros registros de natureza audiovisual;
- IX. Propor mecanismos de avaliação e descarte documental, dos diferentes

tipos de coleção, considerados critérios para avaliação em relação à raridade, à importância local e regional dos objetos (artísticos ou não) e documentos, bem como seu valor para o patrimônio arquitetônico, arqueológico e paisagístico (natural e antrópico);

X. Indicar critérios e sistemas de curadoria para as coleções formadas por obras de artes e outras de valor para o patrimônio cultural da Universidade;

XI. Indicar as diretrizes para criação de Fundos, sistemas de classificação documental, de catalogação, inventário etc;

XII. Estabelecer critérios para a digitalização, automação e difusão das coleções digitais dos objetos históricos da UFSCar;

XIII. Apresentar indicadores para a integração dos sistemas de bibliotecas, arquivos, museus etc;

XIV. Debater sobre a digitalização e necessidade de uso mais eficiente de espaço, julgando a necessidade de manutenção de formato original de certas informações, bem como o acompanhamento das mudanças tecnológicas em relação às mídias ou suporte;

XV. Debater sobre a disseminação de informações, a restrição de dados de natureza especial e a proteção da privacidade pessoal e institucional desde que respeitada a legislação e os tratados nacionais e internacionais;

XVI. Apresentar para administração superior as necessidades de contratação de pessoal especializado para plena e adequada condução desta política, bem como das necessidades de capacitação contínua dos profissionais envolvidos com as atividades de informação e memória da UFSCar;

XVII. Refletir sobre outros temas envolvidos com esta Política de Memória, em especial a liberdade e equidade de acesso aos repositórios, acervos, coleções e espaços de memória; os direitos autorais; as prioridades de disseminação; responsabilidades de preservação e disseminação, entre outros que julgados pertinentes neste âmbito.

Por esses objetivos, nota-se que a Comissão Provisória de Memória se revela central para o desenvolvimento da Política de Memória, para a consolidação da UMMA tendo em vista a criação de um Centro de Memória na UFSCar. Em linhas gerais, essa comissão pode ser considerada o ponto de partida para: a formação de equipes multidisciplinares; a gestão, orientação e normatização arquivística e de coleções e acervos de diversos tipos; o zelo pelo patrimônio cultural, intelectual, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico vinculados à história da universidade; a promoção de mecanismos de integração dos sistemas de bibliotecas, arquivos e museus; entre outros elementos. Todos esses objetivos são pertinentes ao processo de criação de um Centro de Memória. Tal processo é previsto pelo artigo 57º da Política Integrada:

Art. 57º – Fica prevista nesta Política, assim que houverem as condições necessárias para tal, a criação de um Centro de Memória da UFSCar, responsável pelo estabelecimento e aplicação de políticas de preservação da memória institucional.

Parágrafo único – Serão responsabilidades do Centro de Memória da UFSCar:

- I. Preservar o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar;
- II. Desenvolver ações voltadas ao letramento informacional e a educação patrimonial;
- III. Explicitar as inter-relações entre os atores no que diz respeito aos ciclos e fluxos do conhecimento, informação e dados, bem como dos documentos;
- IV. Criar ações para demonstrar a importância da preservação da memória tanto material como imaterial da UFSCar;
- V. Executar as diretrizes desta política para produção, aquisição, processamento, armazenamento, disseminação e preservação do conhecimento, informação e dados no âmbito da UFSCar;
- VI. Produzir e preservar a informação para necessidades específicas;
- VII. Colaborar para o pleno funcionamento das unidades já estabelecidas no sentido de garantir a organização e a difusão dos acervos já existentes e de outros a serem incorporados;
- VIII. Apoiar as Bibliotecas, os arquivos e as coleções museológicas e demais espaços de informação e memória presentes nos campi da UFSCar para promover o valor da informação como um bem social, pelo qual os integrantes de uma sociedade e comunidade compartilham uma base informacional em comum.

Na perspectiva dessa Política fica evidente o papel centralizador e integrador que se atribui ao Centro de Memória, o qual deve se desenvolver por meio das “inter-relações entre os atores no que diz respeito aos ciclos e fluxos do conhecimento” e, portanto, alinhado a uma visão de memória construída coletivamente.

Vale frisar que a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar é uma minuta, ainda não foi institucionalizada. Após sua elaboração, a mesma foi enviada para a reitoria para ser apreciada pela gestão. Vale ressaltar que, com esta pesquisa, espera-se poder aprimorar esta política incentivando inclusive que a sua tramitação e institucionalização se confirme.

5.3 Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar

O processo administrativo para a criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar (ANEXO II) foi iniciado em setembro de 2016. A PROEX³², por meio de seu ofício, e como resultado da apresentação dos trabalhos da comissão de memória³³, constata a necessidade da continuidade de trabalhos na área, bem como da criação de uma política voltada para essa temática. Complementar a esse documento, temos o ofício³⁴ da Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI). Esse ofício enfatiza a importância do 1º Seminário de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar, que aconteceu em 2010, e das contribuições advindas do Grupo de Trabalho (GT) desse evento, ou seja, “Contribuições para a estruturação da unidade multidisciplinar de memória e arquivo histórico na UFSCar”. Ressalta também a importância da continuidade do trabalho, solicitando apoio institucional para esse fim. Ainda segundo o ofício, quatro itens são apontados como essenciais para a sequência das atividades, são eles:

- a) Continuidade de uma comissão oficial, com subgrupos de trabalho, para assuntos específicos como:
 - ✓ Estabelecimento de critérios para identificação do valor histórico das coleções e documentos, inclusive com convidados externos;
 - ✓ Revisão do documento proposto contendo a política de Memória da UFSCar, para aprovação nos órgãos colegiados pertinentes;
 - ✓ Desenvolvimento de metodologias para a organização dos diferentes tipos de coleções;
 - ✓ Estudos para contribuir com a Câmara Assessora de Memória, do recém-criado Repositório Institucional (RI), visando a criação de mecanismos para disponibilização, digital, dos acervos e coleções históricas da UFSCar;
 - ✓ Formação de bolsistas e estagiários para colaborar no desenvolvimento de ações específicas;
- b) Concessão de um espaço mínimo para apoiar a comissão e os subgrupos de trabalho;
- c) Destinação de destaque orçamentário para suprir necessidades básicas de material de consumo para pequenas ações de conservação e

³² Pró-Reitoria vinculada a reitoria, por meio do Of. PROEX No. 119/2016 solicita ao reitor o pleito da criação da UMMA, uma solicitação já deliberada pelo Conselho de Extensão na 82ª Reunião Ordinária do dia 15/09/2016.

³³ Instituída pelo Conselho de Extensão em 16/10/2014

³⁴ Ofício SPDI nº 034/2016

acondicionamento das coleções e itens documentais, material de proteção pessoal, entre outras;

- d) Manutenção do “Edital Especial de Apoio à Realização de Atividades de Extensão sobre a Memória Institucional da Universidade”

Podemos dizer que esses pontos, propostos pela SPDI e pela PROEX, serviram de base para a continuidade dos trabalhos, bem como para a criação da UMMA e seus objetivos específicos. Somado a isso, temos os próprios objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar. O PDI como um documento institucional que vem respaldar as suas ações. Como um fator estruturante, o PDI é voltado para a criação de estratégias e o estabelecimento de dispositivos normativos que caracterizam o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil, tendo em vista alcançar os objetivos da instituição. (DESIDERIO; FERREIRA 2004).

A proposta de elaboração do PDI da UFSCar, apresentada inicialmente em 2002 pelo Conselho Universitário (ConsUni), teve como motivação o término do Plano Diretor elaborado em 1985 (UFSCAR, 2004), com suas metas alcançadas. O PDI da UFSCar, cuja elaboração teve como início em 2011, sendo finalizado e aprovado pelo ConsUni, em 2013 foi estruturado em três grandes aspectos: Acadêmicos, Organizacionais e Físico-Ambientais. De forma geral o PDI da UFSCar é construído coletivamente com a comunidade interna e externa, e tem como base eixos de informações transversais decorrentes do cotidiano institucional, das análises institucionais, das avaliações, das políticas pedagógicas institucionais, entre outras, que viabilizem a criação de estratégias, bem como orientem as ações e decisões institucionais a fim de atingir seus objetivos, metas (UFSCAR, 2004).

Em suas Diretrizes (Geral e Específica) propostas que remetem à memória da instituição, destaca-se entre as Diretrizes Específicas apresentadas, no item 3.6 Diretrizes Específicas – Artes, Cultura e Comunicação que se desdobra em três diretrizes específicas, relacionadas com as finalidades deste estudo, sendo elas:

3.6.2 Promover a compreensão da gestão da informação, comunicação e memória como transversal à Universidade, como temas estratégicos e prioritários para a gestão da Instituição, criando e mantendo política de investimento em pessoal e recursos financeiros, bem como de captação de recursos externos, que viabilize a atuação estratégica da UFSCar em Artes, Cultura e Comunicação;

3.6.38 Elaborar e implementar política de preservação da memória institucional e de suas relações com a memória da Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura;

3.6.39 Criar e manter condições infraestruturais, financeiras e de pessoal para o funcionamento de um centro de memória voltado à preservação e à

disseminação do patrimônio da Universidade, da Educação e da Ciência e Tecnologia. (UFSCAR, 2013, p. 31-33)

Com base na análise dessas Diretrizes Específicas do PDI, temos que a memória torna-se um elemento importante. A elaboração, a implementação de políticas e de unidades voltadas para preservação e manutenção do seu patrimônio, da sua produção científica, tecnológica e administrativa, ou seja, da sua memória científica e institucional, são tidos como fatores importantes para o desenvolvimento de suas ações de planejamento e atividades institucionais.

Diante desse cenário, a resolução do ConsUni nº 870, de 17 fevereiro de 2017³⁵, com base nas suas atribuições resolve no artigo 1º criar a UMMA, vinculada à reitoria, e no artigo 2º, a resolução entra em vigor a partir da data em questão³⁶. Para institucionalizar a criação da UMMA, com base na resolução do ConsUni anterior, a Portaria GR nº 242, de 11 maio de 2017, resolve: “Criar a **Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico**, com a sigla UMMA, vinculada ao Gabinete da Reitoria.”.

Segundo as propostas idealizadas por meio das sínteses de discussão do GT anteriormente mencionado, foi proposto o seguinte objetivo principal para a UMMA: “[...] preservar a memória, a história sociocultural evidente no patrimônio – material e imaterial - da UFSCar [...]. Entre os objetivos específicos definidos temos:

- a) promover a integração de estudos e pesquisas inter multi e trans disciplinares visando desenvolver teorias e boas práticas para identificação, conservação, organização e disponibilização dos acervos e coleções históricas da UFSCar;
- b) identificar e organizar os acervos, de natureza histórica, sejam eles bibliográficos, iconográficos, documentais, filmográficos, sonoros, cartográficos e museológicos e outros, produzidos pela UFSCar ao longo de sua história;
- c) promover um espaço de interação, convivência, garantindo à comunidade, interna e externa, o acesso e a fruição dos bens culturais gerados pela UFSCar.

Para que esses objetivos sejam alcançados, e dessa forma se iniciem as ações da unidade, é estabelecida a criação de grupos e subgrupos de trabalho, com estudos e pesquisas de forma multi/inter/transdisciplinar. A expectativa dessa iniciativa é resultar tanto na criação de teorias quanto de boas práticas relacionadas à temática. Entre esses elementos, apontamos: 1) o próprio estabelecimento de critérios a fim de identificar o valor histórico das coleções e

³⁵ 22ª reunião ordinária, Proc.nº 23112.0003741/2015-56

³⁶ Inciso X, Art 4º do Regimento Geral da UFSCar.

documentos; 2) o estabelecimento de espaços e técnicas de conservação de diversas coleções; 3) após a identificação dessas coleções, o próprio desenvolvimento de metodologias que visem a organização das mesmas; 4) a disponibilização de acervos e coleções históricas, tendo em vista seu acesso e proveito dos bens que foram produzidos pelas instituições; 5) a criação de espaços de formação; e 6) a realização de outras atividades relevantes, importantes para o desenvolvimento da unidade de memória.

Para o desenvolvimento dessas atividades, serviços e práticas, a proposta da UMMA considera duas perspectivas relacionadas ao espaço físico: (1) de forma imediata e de caráter provisório, assim como (2) de médio prazo, de acordo com suas necessidades. No primeiro caso (de forma imediata e de caráter provisório), o espaço físico atenderia à própria identificação dessa coleção, assim como os itens de 1 a 4 acima – isto é, no que concerne o desenvolvimento de atividades, pesquisas (multi/inter/transdisciplinares) e no que se relaciona à própria organização dessa coleção (tratamento técnico, conservação, disponibilização).

Já no segundo caso (de médio prazo), o objetivo do espaço físico será atender aos itens restantes, 5 e 6, e eventualmente os outros itens também seriam incluídos. Além da própria guarda dessa coleção, seria um local que auxiliaria na guarda de coleções que se apresentam de forma dispersa na universidade. Logo, seria um local para o seu tratamento físico, acondicionamento, entre outras ações. A proposta da UMMA apresenta-se de forma mais ampla do que a própria ideia de guarda e recolhimento desses documentos, que em certo grau estão relacionados com a memória científica e institucional, como já dito. Esse espaço físico destinado à UMMA será um ambiente multidisciplinar e visará, entre outras: área de convivência (com cafeteria, livraria); área para realização de eventos culturais; área externa para realização de feiras, oficinas e exposições e atividades de lazer, artísticas e científicas, tanto para a comunidade interna quanto a externa.

Podemos dizer que a variedade de ações proporcionada pela UMMA condiz com a própria ideia de uma universidade e sua missão. Particularmente no caso de uma universidade pública, como é o caso da UFSCar, podemos destacar seu compromisso social de desenvolvimento de conhecimento científico, cultural e educacional. Em outros termos, por meio do acesso à memória científica e institucional da universidade, a UMMA pode vir a possibilitar que haja uma democratização do acesso ao seu conhecimento pela sociedade.

5.4A memória científica e institucional nas universidades federais brasileiras: um levantamento exploratório

Atualmente, segundo o site³⁷ da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), contamos com um total de 67 Universidades Federais no país. Dessas instituições, são dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 63 universidades federais presentes nos estados e no Distrito Federal. A região Centro-Oeste possui 5 universidades³⁸; a região do Nordeste possui 20 universidades³⁹; a região Norte 10 universidades⁴⁰; a região Sudeste possui 21 universidades⁴¹ e, por fim, a região Sul 11 universidades⁴².

A pesquisa exploratória, neste capítulo, como descrito na metodologia, contou com 8 palavras-chave: memória científica, memória institucional, lugares de memória, centro de memória, arquivo, museu, unidade de memória e divisão de memória. Essas foram identificadas conforme toda a discussão teórica feita ao longo dos capítulos 1 e 2, e eventualmente após as pesquisas iniciais nos sites das universidades. Como nossa temática gira em torno do conceito de memória científica, este se torna o centro para as ramificações das palavras-chave utilizadas nas buscas (nos sites institucionais). Essas ramificações

³⁷ Disponível em: <http://www.andifes.org.br/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

³⁸ Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados;

³⁹ Universidade Federal de Alagoas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Cariri, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal do Vale de São Francisco, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Rural do Semi-Árido, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

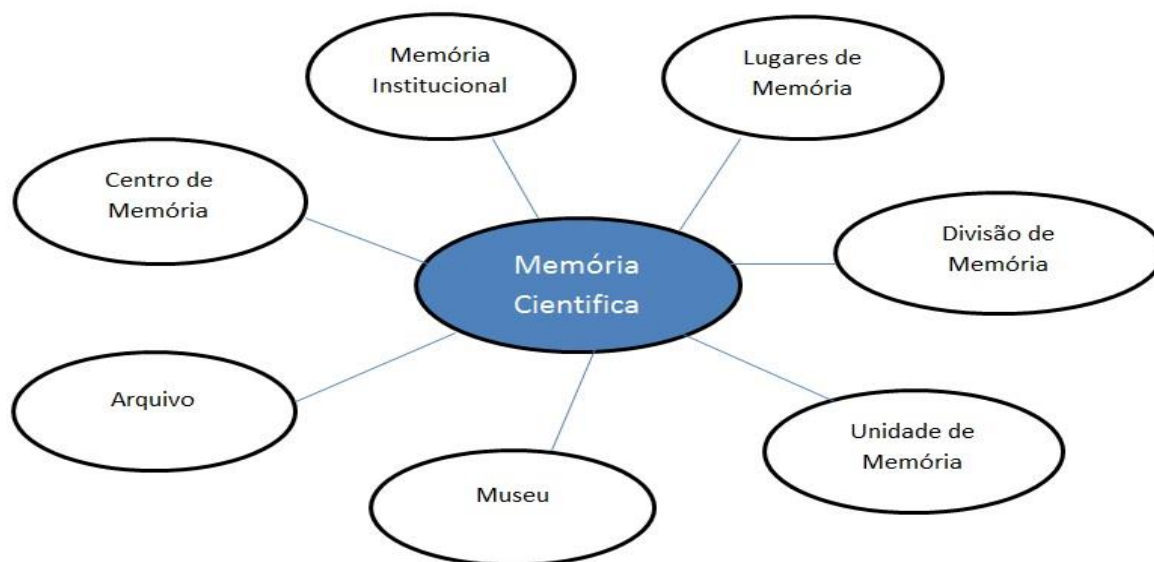
⁴⁰ Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia, Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal da Rondônia, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de Tocantins.

⁴¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade de Ouro Preto, Universidade Federal de São João Del-Rei, Universidade do Triângulo Mineiro, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal dos Vales do Jequetinhonha e Macuri, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal de Itajubá, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal de São Carlos.

⁴² Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Pampa, Universidade Federal de Fronteira do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina,

auxiliam na amplitude do retorno de nossas buscas. Dessa forma, concebemos nossa ideia de busca da seguinte maneira:

Figura 2: Palavras-Chaves



Fonte: A autora (2018)

5.5 Etapas da pesquisa exploratória

Com base no uso das palavras-chave acima indicadas, foram feitas buscas em sites institucionais de 8 universidades federais, sendo elas: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nas buscas realizadas pelos sites das universidades federais, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: memória científica, memória institucional, centro de memória, arquivo, museu, divisão de memória, unidade de memória e lugares de memória como visto na figura 2. As buscas foram feitas nos sites institucionais das universidades, e se necessário, no *site* de ferramenta de busca na internet *Google*. Para definir o universo da pesquisa, utilizamos como critério a seleção de universidades que possuem iniciativas de reunião de coleções relacionadas à memória científica e institucional da universidade.

Algumas vezes, em algumas buscas realizadas, a identificação da existência de um “Memorial”, um “Arquivo Central”, um “Museu Universitário”, uma “Coleção de Memória”, uma “Divisão de Memória”, entre outros, é obtida não de forma imediata, mas sim, por meio da leitura dos *clippings*, das notícias que compõem o resultado daquela busca. A identificação de tal “centro de memória” não acontece de forma simples, mas sim por meio de uma busca que muitas vezes vai além da busca principal no *site* ou na própria ferramenta de busca na internet. Vale ressaltar que a identificação desses “centros de memória” está atrelada totalmente à memória da instituição. Logo, como resultados da busca, foram selecionadas as páginas desses centros que fizessem menção à memória ou à identidade da universidade no corpo do texto das concepções.

A identificação das coleções foi feita em termos do que foi delimitado como os documentos que compõem a coleção, segundo estabelecido no quadro na seção 2.5.1, no capítulo anterior. A leitura foi feita no corpo do texto das concepções, bem como nos ícones, nos *links*, nas abas, entre outros elementos que indicam qual é a coleção que tal “centro de memória” possui, ou que está relacionada à memória científica e institucional.

Outro ponto a se debater é o uso de aspas ou não nas palavras-chave. Com a finalidade de exaustar a busca de resultados no site institucional, a fim de evitar recorrer ao *Google*, a busca inicialmente foi feita com o uso de aspas. Quando pouco ou quase nenhum resultado era obtido, foram retiradas as aspas dos vocábulos. Em alguns sites, como será relatado abaixo, foi sugerida a utilização de booleanos, ou seja, o uso de OR entre as palavras, por exemplo: “memória” OR “institucional”. Esse recurso só foi usado quando já esgotadas as possibilidades de resultados nas buscas.

Abaixo são descritas a forma como foram feitas as buscas, as palavras-chave que mais obtiveram resultados e a forma de identificação do “centro de memória”.

A UFG, localizada na região do Centro-Oeste, foi criada em 1960, e atualmente possui 4 regionais (Catalão, Jataí, Goiás e Goiânia) e 3 campi (Colemar Natal e Silva, Samambaia e Aparecida de Goiânia). A busca foi feita no site principal da universidade⁴³, com o uso de todas as palavras-chave, obtendo resultado com a palavra-chave “Arquivo”. No site institucional foi feita tanto a busca simples como a busca avançada, sem a utilização de aspas nos vocábulos. A identificação do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG se deu por meio da leitura dos *clippings* obtidos com as buscas.

⁴³ Disponível em: <https://www.ufg.br/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

A UFBA, localizada na região Nordeste, historicamente iniciou suas atividades em 1808. Mas foi em 1950, como universidade federal, que teve suas atividades institucionalizadas em nível federal. A busca foi feita no site principal da universidade⁴⁴, com o uso de todas as palavras-chave, obtendo retorno principalmente com os vocábulos: “Arquivo”; “Museus”, “Lugares de Memória”. No site institucional foi feita a busca simples com o uso de aspas nos vocábulos.

Da busca pela palavra-chave: “Arquivo” obtivemos retorno como: Coordenação de Arquivo e Documentação – CAD⁴⁵, vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PROAD); já do vocábulo “Museu”, os museus: Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE)⁴⁶, Museu de Arte Sacra (MAS), Museu Afro Brasileiro- MAFRO. Para efeito desta pesquisa, ou seja, para fins de identificação de elementos da memória científica e institucional, escolhemos o resultado advindo da palavra-chave: “Lugares de Memória”. Segundo a informação do site, a coleção que está localizada no espaço memória se apresenta de forma mais ampla. Ou seja, ela possui as seguintes unidades de memória: Estudo Baianos,; Arquivo Históricos; Memorial UFBA; ADOHM – Acervo de Documentação Histórico Musical. Os Estudos Baianos são compostos por uma coleção de pesquisadores diversos e de outras personalidades que escreveram ou possuíram um acervo composto por livros, manuscritos, entre outros documentos textuais relacionados à Bahia; Arquivo Histórico é composto por arquivos de cunho institucional e/ou pessoal. Em sua maioria são documentos relacionados a arquivos históricos importantes para o legado da história da Bahia; Memorial UFBA é composto por um conjunto de bens materiais advindos de 12 acervos de personalidades Baianas, agregando também a produção técnica, científica, cultural, artística da UFBA e as publicações que foram editadas pela editora da universidade. Entre estes documentos há objetos tridimensionais, cartas, jornais, multimeios, livros, fotografias, itens decorativos, cartazes, folders, entre outros. A identificação do espaço de Lugares de Memória da UFBA foi obtida nas buscas simples, mas também foi necessário fazer uma busca no sistema do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) no site institucional da universidade.

A UFC, localizada na região Nordeste do país, foi criada em 1954, atualmente é composta por 7 campi (Benfica, Pici, Porangabuxu – localizados na sede da UFC em Fortaleza- Sobral, Quixadá, Cratêus e Russas). A busca foi feita no site principal da

⁴⁴ Disponível em: <https://www.ufba.br/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

⁴⁵ Disponível em: <https://proad.ufba.br/CAD>. Acesso em: 01 jul. 2018.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.mae.ufba.br/sobre/historia> Acesso em: 01 jul. 2018.

universidade⁴⁷, e foram utilizados todos os vocábulos. No site institucional foram selecionadas as opções para obtenção mais ampla de resultados, “Buscar Por: Todas as palavras”, bem como a seleção das opções, no buscar somente, “Notícias”, “Conteúdo institucional” e “Categorias”. Nas palavras-chaves, com destaque para a “Memória Institucional”, não foram utilizados as aspas, uma vez que com o uso de aspas obtinha-se poucos resultados. Vale frisar que a identificação da existência do Memorial da UFC se deu por meio da leitura dos *clippings* obtidos com a busca. A identificação das coleções com que o Memorial trabalha é obtida por meio do ícone da página “Área de Atuação⁴⁸”. Entre as atividades apontam-se o desenvolvimento da elaboração de projetos voltados para a área museológica, arquivística e bibliográfica do Memorial, bem como a organização, o tratamento, a digitalização do acervo documental, iconográfico e bibliográfico.

A UFMA, localizada na região Nordeste do país, foi instituída em 1966 pelo Governo Federal, e atualmente possui 8 campi (São Luís, Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas). A busca foi feita no site principal da universidade⁴⁹, e foram utilizados todos os vocábulos, sem o uso de aspas, o resultado foi obtido com a palavra-chave “memória institucional”, na categoria “notícias”. A identificação do Memorial Cristo Rei UFMA se deu por meio da leitura dos *clippings* obtidos com as buscas.

A federalização da UFAC concretizou-se no ano de 1974. A busca foi feita no site principal da universidade⁵⁰, e foram utilizados todos os vocábulos com o uso de aspas, os vocábulos com retorno maior foram “Memória Institucional”, “Arquivo” e “Museu”. Os dois primeiros trouxeram, como resultados, informações sobre o Arquivo Central da instituição. No entanto, a palavra “Museu” remete ao Museu Universitário, que mesmo não remetendo aos conceitos de memória científica e/ou institucional no corpo do seu texto, possui uma coleção museológica que remete à história da instituição, assim como outras coleções (textuais/documentais, iconográfica, científica). A identificação do Museu Universitário foi obtida nas buscas.

A UFRJ, localizada na região Sudeste do país, foi fundada em 1920 e é uma das universidades mais antigas do país. Ela dispõe de inúmeros museus, arquivos e centros de memória em sua estrutura. A busca das palavras-chaves foi feita no site principal da universidade⁵¹, com o uso de todos os vocábulos, e com uso de aspas na busca simples do navegador. Vale pautar que de todos os vocábulos, a única busca que não obteve retorno foi com a palavra-chave “unidade de memória”. Dos resultados obtidos com os demais, para

⁴⁷ Disponível em: <http://www.ufc.br/> Acesso em: 01 jul. 2018.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.memorial.ufc.br/sobre-o-memorial/areas-de-atuacao/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

⁴⁹ Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/index.jsf> Acesso em: 01 jul. 2018.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.ufac.br/> Acesso em: 01 jul. 2018

⁵¹ Disponível em: <https://ufrj.br/>; Acesso em: 01 jul. 2018

efeito desta pesquisa, nos pautamos nas palavras-chave: “Memória Institucional” e “Divisão de Memória”. A identificação da “ Divisão de Memória Institucional” foi feita por meio da leitura dos *clippings*. A coleção dessa Divisão de Memória é composta, segundo o site, por: Coleção Memória da UFRJ, encontrada na página do Software Minerva/UFRJ, clicando na busca “Memória UFRJ-MUFRJ”. Na busca efetuada é possível localizar documentos como: anais de eventos, livros, documentos, artigos, entre outros. Em “Lugares de Memória” há diversos links que direcionam a Museus, Centros de Documentação ou Memória, Arquivos, Núcleos de Memória, Programas de Estudos e Bibliotecas. Em “edificações tombadas”, os prédios e o observatório que foram tombados como patrimônio histórico. Em “acervos”, estes são compostos por documentos e vídeos institucionais. Em “memória oral”, esta é registrada por meio de entrevistas. Em “imagens da UFRJ”, encontramos informações sobre o uso do selo institucional, e menção a Títulos Honoríficos concedidos pela UFRJ.

A UFLA, localizada na região Sudeste do país, teve a sua federalização no ano de 1963. A busca das palavras-chave foi feita no site principal da universidade⁵², com o retorno do vocábulo “Museu” com o uso de aspas. A identificação do Museu Bi Moreira (MBM) foi feita mediante a leitura de *clippings*. É um museu que possui coleções científicas (etnográficas, arqueológicas), documentais (documentos textuais da instituição), iconográficas (fotografias) e museológicas (objetos tridimensionais). Para obter mais informações sobre o museu, uma vez que no site são poucas as informações encontradas sobre suas coleções, pode-se acessar a galeria de fotos⁵³ do museu.

A UFRGS, localizada na região Sul do país, só passou a chamar Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 1950. A busca das palavras-chave foi feita no site principal da universidade⁵⁴, com o uso de todas as palavras-chave, e com o uso de aspas. Duas dessas tiveram resultados condizentes com esta pesquisa: “Memória Institucional” e “Museu”. A primeira, por meio das leituras dos *clippings* com informações sobre o LUME, o repositório Digital da instituição; e a segunda palavra-chave com o Museu da UFRGS. Na descrição do Lume, há a indicação de que seu objetivo é reunir, preservar, divulgar e disponibilizar o acesso a documentos nos âmbitos acadêmico, científico, artístico e administrativo, estes que fazem parte da rotina, das atividades da universidade, assim como outros que fazem referência à instituição e suas coleções. Esses documentos são digitais em formatos como texto, imagem, vídeo e áudio.

⁵² Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/> Acesso em: 01 jul. 2018

⁵³ Disponível em: <http://proec.ufla.br/campus-historico-e-museus/museu-bi-moreira/galeria-de-fotos> Acesso em: 01 jul. 2018

⁵⁴ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial> Acesso em: 01 jul. 2018

Ao lermos a descrição do Museu da UFRGS, as coleções remetem à história, à memória e à identidade da universidade e da cidade de Porto Alegre. Entre suas coleções⁵⁵ são apontadas: coleções iconográficas, textuais/documentais e museológicas.

A seguir, apresentamos um quadro que sintetiza os resultados dessa pesquisa:

⁵⁵ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/museu/acervo/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Quadro 3: Universidade Federais e elementos de identificação de sua memória científica e institucional

Universidade (Sigla)	Vínculo	Nomenclatura	Concepção	Coleção
Centro-Oeste				
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Proad)	Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG	“O Centro de Informação, Documentação e Arquivo é o órgão responsável pelo planejamento e desenvolvimento da gestão técnica da informação e de documentos de valor administrativo, acadêmico ou histórico no âmbito da Universidade Federal de Goiás. [...] VIII. preservar a memória institucional da UFG, protegendo seu acervo arquivístico, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica;” ⁵⁶	Coleção Textual/Documental
Nordeste				
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	SIBI	Lugares de Memória	“Inaugurado em 08 de setembro de 2015, o espaço Lugares de Memória reúne um acervo considerado especial em decorrência do valor do conjunto de suas obras e pelas características de raridade das coleções que o integram. Faz parte desse espaço as seguintes unidade de informação: Estudo Baianos, Arquivo Históricos, Memorial UFBA, ADOHM – Acervo de Documentação Histórico Musical.” ⁵⁷	Coleção Bibliográfica, Coleção Museológica, Coleção Iconográfica, Coleção Científica, Coleção Textual/Documental

⁵⁶ Disponível em: <https://cidarq.ufg.br/p/22834-sobre-o-cidarq>. Acesso 01 jul. 2018.

⁵⁷ Disponível em: <https://sibi.ufba.br/coordenacao-lugares-de-memoria>: Acesso em: 01 jul. 2018

Universidade Federal do Ceará (UFC)	Gabinete do Reitor	Memorial UFC	“O Memorial da UFC tem por missão coletar, produzir, registrar a história e memória da Universidade Federal do Ceará, com a finalidade de preservá-la e difundi-las garantindo o acesso da sociedade ao patrimônio universitário de forma compartilhada.” ⁵⁸	Coleção Textual/Documental, Coleção Iconográfica, Coleção Bibliográfica, Coleção Museológica, Coleção Cartográfica
Universidade do Maranhão (UFMA)	Gabinete do Reitor	Memorial Cristo Rei UFMA	[...] o Memorial Cristo Rei, da Universidade Federal do Maranhão, somente institucionalizado em 1996 pela Resolução nº. 02/96-CONSUN, de 30 de abril de 1996, integrando-o ao Gabinete do Reitor tendo como um de seus principais objetivos resgatar, preservar e difundir a história da nossa Instituição, retratando a evolução do ensino superior no Maranhão, desde a criação das Faculdades Isoladas com a federalização da UFMA até os dias atuais.” ⁵⁹ .	Coleção Textual/Documental, Coleção Bibliográfica, Coleção Museológica
Norte				
Universidade Federal do Acre (UFAC)	Órgão Integrador	Museu Universitário	“Criado pela Resolução nº 26, do Conselho Universitário, em 30 de outubro de 2008, o Museu Universitário: Acervos Históricos, Artes (Pinacoteca) e História Natural é um dos Órgãos Integradores da Universidade Federal do Acre (UFAC), caracterizado pelo Estatuto desta Instituição Federal de Ensino (IFE) como unidades articuladas com os Centros e de apoio às ações de ensino,	Coleção Científica, Coleção iconográfica, Coleção Museológica, Coleção

⁵⁸ Disponível em: <http://www.memorial.ufc.br/sobre-o-memorial> Acesso em: 01 jul. 2018

⁵⁹ Disponível em: <http://memorialcristorei.blogspot.com/p/historico.html> Acesso em: 01 jul. 2018

			pesquisa e extensão, decorrentes de projetos voltados para os estudos de interesses intersetoriais.” ⁶⁰	Textual/Documental, Coleção Audiovisual
Sudeste				
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	SIBI	Divisão de Memória Institucional da UFRJ	A Divisão de Memória Institucional é coordenada pelo Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ. Possui uma equipe interdisciplinar abrangendo diversas áreas do conhecimento como: História; Arquivologia; Museologia; Biblioteconomia; Ciências Sociais; Comunicação Social; entre outras, que por meio de atividades permanentes de pesquisa procura viabilizar mecanismos para o diagnóstico, a identificação, a assessoria técnica e a difusão de acervos documentais escritos, iconográficos, cartográficos, arquitetônicos, artísticos, culturais e orais que representem a história e a memória da UFRJ. ⁶¹	Coleção Iconográfica, Coleções Textual/Documental, Coleção Cartográfica, Coleção Arquitetônica Coleções Artísticas e Culturais, Coleção Museológica, Coleção Bibliográfica
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Pró-Reitoria de Extensão	Museu Bi Moreira – MBM	“O Museu Bi Moreira tem a missão de ampliar o acesso da sociedade ao patrimônio cultural, por meio da pesquisa de acervo, comunicação e história do município de Lavras-MG e da UFLA. Salva guarda coleções históricas, etnográficas, arqueológicas, de ciência e tecnologia com cerca de 5.000 artefatos. Esses testemunhos, vinculados à história do município de Lavras e da UFLA, são elos entre o presente e o passado.” ⁶²	Coleção Científica, Coleção Iconográfica, Coleção Textual/Documental, Coleção

⁶⁰ Disponível em: <http://www.ufac.br/site/nucleos/museu> Acesso em: 01 jul. 2018.

⁶¹ Disponível em: <http://memoria.sibi.ufrj.br/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

⁶² Disponível em: <http://proec.ufla.br/campus-historico-e-museus/museu-bi-moreira>. Acesso em: 01 jul. 2018

				Museológica
Sul				
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	(Órgão Suplementar-Reitoria)	Museu UFRGS	“O acervo do Museu da UFRGS é composto por fotos, documentos e objetos tridimensionais, que remetem à história, à memória e à identidade da UFRGS e da cidade de Porto Alegre. Além disso, a cada exposição, um novo acervo é gerado e documentado. Em geral, esses materiais são originários da antiga Comissão de História da UFRGS, da Secretaria de Comunicação Social da Universidade e por doações sobre a história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.” ⁶³	Coleção Textual/Documental, Coleção Museológica, Coleção Iconográfica

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Com base na identificação das coleções no Quadro 3 das universidades pesquisadas, temos uma ideia dos vínculos e de quais documentos mais estão presentes nas coleções relacionadas à memória científica e institucional. No caso dos vínculos, os centros de memória em questão estão, em sua maioria, vinculados ao SIBI e ao GR da Instituição. A subordinação a estas estruturas reflete a forma como a memória é desenvolvida, estruturada, e que tipos de profissionais estão relacionados às suas atividades. Podemos inferir que, no caso do SIBI, há uma tendência de envolvimento de profissionais mais especificamente da área de Biblioteconomia. Já no caso do GR há uma tendência de composição mais diversificada.

No caso das coleções, quantitativamente, temos: as coleções do tipo textual/documental (8), coleção museológica (7), coleção iconográfica (6), coleção bibliográfica (4), coleção científica (3), coleção cartográfica (2) e as demais, coleção audiovisual, coleção arquitetônica e coleções artísticas e culturais (

⁶³ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/museu/acervo>. Acesso em: 01 jul. 2018

6 ANÁLISES E RESULTADOS

Esta pesquisa, na condição de um estudo exploratório, nos possibilita ter um primeiro contato com a temática da memória científica e institucional, pensada no contexto universitário. Além disso, esta investigação produziu um conjunto de resultados que pode ser subdividido em três tipos: (1) teórico-conceitual, por meio de uma leitura específica dos conceitos abordados; (2) documental, por meio da análise de alguns documentos institucionais; e (3) propositivo, por meio da identificação de possíveis contribuições dos pontos anteriores para a criação da UMMA na UFSCar.

Apresentamos aqui esses resultados, retomando primeiramente os objetivos específicos da pesquisa e, em um segundo momento, o objetivo geral, com a intenção de formular possíveis respostas para as questões colocadas. Não podemos considerá-las as únicas respostas possíveis, mas uma leitura particular de um tema que é bastante amplo e complexo.

6.1 A dimensão teórico-conceitual

(1) O conceito de ciência

A partir de diversas concepções, este trabalho entende ciência como um processo e uma construção humana, marcado pela diversidade e pela complexidade. Nessa visão, podemos dizer que a ciência apresenta um conjunto de características: ela pode ser concebida de várias formas, não admite uma definição única; é dinâmica, se modifica ao longo do tempo; não é neutra, é marcada por interesses e valores humanos; é imperfeita, incompleta e imprevisível; é interdependente de outras instituições, se relaciona com diversos atores e atravessa diversos ambientes; é uma prática social, e como tal, é fruto de uma evolução, de uma série de escolhas, descartes, ajustes, aproximações, alianças, cooperações; é fruto de uma rede de relações e associações entre pesquisadores, instituições e outros meios sociais; pode ser pensada como rizoma, pois é heterogênea, múltipla, dinâmica, incompleta, imprevisível; pode ser vista como uma atividade complexa. Em certo sentido, a ciência pode ser pensada como uma grande teia, uma teia com múltiplos caminhos, relações, que permeia diversos espaços, que possibilita

diversos movimentos, e que se desenvolve na diversidade e na complexidade, e está sempre em construção, nunca finalizada.

(2) O conceito de memória

Com base nos estudos realizados, assumimos uma visão de memória coletiva. Nessa perspectiva, o conceito de memória supera a noção de memória individual, embora não a exclua. A memória pode ser entendida como resultado de uma construção social, ou seja, como fruto de laços e relações criadas pelos indivíduos e pelos grupos. Dessa forma, a existência de diferentes grupos e meios sociais influencia na formação de múltiplas memórias. A memória coletiva pode ser pensada como um fato social, ou seja, como algo exterior ao indivíduo, mas ao mesmo tempo uma extensão da sociedade, podendo ter influência sobre os modos de ser, pensar e agir dos indivíduos. Além disso, a memória pode ser reconhecida (resgatar experiências vividas no passado) e reconstruída (reinserida em um contexto presente, adquirindo novos significados). Esses processos de reconhecimento e reconstrução estão fortemente atrelados à existência dos grupos de referência, porque é por meio desses grupos que os indivíduos compartilham ideias, valores, sentimentos, visões de mundo, identidades, etc. O reconhecimento e a reconstrução da memória dependem do confronto de testemunhos e pontos de vista dos indivíduos e dos grupos de referência. A memória também possui um caráter seletivo, pois não consegue guardar tudo. No mundo contemporâneo, a memória também possui um aspecto relacionado ao mundo digital e globalizado. A memória também pode ser vista como um processo complexo. A preservação da memória representa a possibilidade de conhecer o passado, compreender o presente e melhor visualizar o futuro, de tal forma que a memória pode influenciar os indivíduos e os diferentes grupos, seus modos de ser, pensar e agir no mundo.

(3) O conceito de memória científica

O termo memória científica é tratado de diversas formas pela literatura. Muitas vezes o conceito faz referência a determinados espaços, processos ou produtos da atividade científica, como por exemplo: as atividades realizadas nos laboratórios; as pesquisas acadêmicas; os artigos e revistas científicas; a documentação de laboratórios; os arquivos científicos ou universitários, as bibliotecas e os museus de ciências (lugares

de memória); a preservação documental relacionada à história da ciência, de forma ampla, ou à história das instituições vinculadas à atividade científica; entre outros. Percebemos assim que o conceito de memória científica não se limita a um ou outro desses aspectos, mas é preciso reconhecer a amplitude e a complexidade desse conceito. Isso condiz com nossos estudos teóricos sobre os conceitos de ciência e memória. A ordem/desordem, o acaso, as incertezas, as indeterminações, a multiplicidade – características associadas com a complexidade, e presentes nesses dois conceitos – em certo grau, fomentam uma possível explicação, um entendimento que se reflete na forma como concebemos a memória científica neste trabalho.

A memória científica, no contexto da universidade, engloba diversos lugares, pessoas, saberes. Embora alguns desses elementos se apresentem de forma distinta e fragmentada, em uma primeira análise, também são semelhantes em alguns pontos, e indissociáveis e complementares entre si, no que se refere ao desenvolvimento da memória científica na universidade. Podemos propor que a memória científica é construída coletivamente, por meio das relações sociais que fazem parte do contexto da produção da ciência. Essas relações podem estar vinculadas aos grupos de pesquisa, de forma específica e bem localizada, a uma determinada comunidade acadêmica, ou mesmo à comunidade científica como um todo. Quem participa dessas relações são os diferentes atores que vivenciam o contexto da produção científica, por exemplo, pesquisadores, técnicos, funcionários da universidade, estudantes, o público externo que tenha construído algum tipo de vínculo com a universidade, as autoridades acadêmicas, entre outras. De modo geral, seria uma redução supor que apenas os cientistas participam da construção da ciência, e conseqüentemente, da construção da memória científica.

Esses exemplos corroboram a ideia de uma memória científica e institucional que seja construída coletivamente e que tenha as características de um rizoma. Podemos entender por este estudo que, embora ela não tenha uma definição geral, a memória científica refere-se à história da ciência, das técnicas e tecnologias por ela produzidas, e dos projetos que articulam as comunidades acadêmicas em suas relações com a sociedade. Essa memória é, portanto, uma construção social, e que adquire uma multiplicidade de sentidos e ramificações.

Como esse conceito de memória científica pode nos ajudar com nossa questão de pesquisa?

Com essa visão de memória científica, como memória coletiva de um processo humano, amplo, diverso e complexo, podemos inferir que a memória científica não se localiza apenas nos laboratórios e nas pesquisas acadêmicas. Ela poderia, a princípio, ser entendida como uma memória difusa, construída por diversos atores, em diversos ambientes, e por meio das diversas relações e conexões que a ciência realiza. Nesse sentido, identificar os diferentes ambientes e grupos envolvidos com a construção, o reconhecimento e a reconstrução da memória científica, seria algo de grande importância para esse campo de estudos e para iniciativas de criação de centros ou unidades de memória, no contexto universitário.

(4) Os conceitos de documento e informação

A memória pode ser, dentro de certos limites, recuperada por meio de documentos que são gerados socialmente pela produção humana. O conceito de documento para esta pesquisa engloba vários formatos e diversos suportes. De modo geral, um documento contém símbolos, linguagens, códigos, ou outros tipos de representações, que nos possibilitam acessar os significados ali representados. São exemplos de documentos: jornais, revistas, livros, documentos administrativos, objetos tridimensionais, entre outros. Combinando com a ideia de informação, podemos conceber documento como qualquer meio de ensinar ou informar.

A definição do conceito de informação apresenta um caráter interdisciplinar, não sendo possível uma definição única e absoluta. Nesta pesquisa, adotamos uma compreensão que visa ampliar a noção de informação. Particularmente, o conceito de “informação como coisa” nos ajuda a ter uma visão mais ampla sobre o tema. Por esse conceito, podemos compreender que “todo conhecimento” pode sempre ser representado e registrado por meio de algum suporte físico e, por outro lado, todo objeto tangível tem o potencial de ser considerado informativo. Essa compreensão, no entanto, não teve a pretensão de reduzir a pesquisa a uma única visão de informação.

(5) *A biblioteconomia, a arquivologia e a museologia*

A questão da memória pode ser discutida tendo em vista os chamados “lugares de memória”, a saber, a biblioteca, o arquivo e o museu. Tais espaços são entidades institucionalmente cunhadas como detentoras da produção cultural humana ao longo do tempo. Apesar de terem surgido historicamente em momentos e com objetivos distintos, esses lugares de memória apresentam alguns fundamentos e características em comum, entre eles: a gestão da memória, a produção de informação documentária, e a mediação da informação. Além disso, as três têm em comum o fato fundamental de trabalharem, com informação institucionalizada, isto é, informação intencionalmente registrada e considerada socialmente útil. Ao mesmo tempo, cada lugar de memória pode nomear de forma distinta seus elementos e suas atividades internas, inclusive dando ênfases diferenciadas a elas, e adotando procedimentos distintos. Pensando na memória, da qual esses “lugares de memória” são guardiães e disseminadores, podemos estabelecer uma relação na qual eles transmitem informação acerca da história, dos valores, da cultura de determinados grupos sociais ou entidades.

(6) *A multi, inter e transdisciplinaridade*

Amultidisciplinaridade é o nível mais básico de relação entre diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento. Nesse nível temos o reconhecimento de que um problema ou assunto requer a contribuição de diferentes disciplinas ou áreas. Mas essas áreas mantêm, cada uma delas, seus objetivos e métodos particulares de trabalho. Elas não cooperam entre si, não interagem, não realizam trocas.

Ainterdisciplinaridade representa um grau maior de conexão entre as diferentes disciplinas, se comparado ao anterior. Nela, as diferentes áreas não só cooperam entre si, como também são coordenadas por um eixo comum de trabalho. Ela pressupõe um núcleo comum, que coordena o trabalho das diferentes áreas, estabelecendo um projeto em comum desde o início. Nessa visão, as diferentes áreas podem manter seus objetivos particulares, mas também compartilham alguns objetivos, estão orientadas para uma finalidade em comum. Mas nenhuma disciplina em especial se sobrepõe às outras, ou seja, nenhuma área assume para si a função de coordenar as demais.

Por fim, a *transdisciplinaridade*. Corresponde ao nível mais complexo de relações entre as áreas do conhecimento. Ela significa aplicar os princípios da

interdisciplinaridade em uma escala maior, ou seja, não apenas no nível de um projeto em particular, mas no nível mais amplo de uma instituição.

(7) O centro de memória

De forma geral, os centros de memória são entidades híbridas, com acervos heterogêneos, agregando, ao mesmo tempo, arquivo, biblioteca e museu. Podemos pensar o centro de memória não apenas como uma reunião física de bibliotecas, museus e arquivos, mas como uma entidade que trabalha essas três dimensões em conjunto, de forma integrada. O Centro de Memória seria uma reunião, marcada pelo diálogo e pela interconexão, entre os elementos de resgate, avaliação, tratamento técnico e preservação de um acervo heterogêneo, relacionado ao conhecimento e às informações relativas à vida da instituição, seja ela pública ou privada. Essa interdisciplinaridade, presente em suas atividades, conjuntamente com o seu caráter híbrido, caracteriza o centro de memória da seguinte forma: “Centro” significa uma unidade de articulação e controle, de não fragmentação; “Memória” significa algo relacionado a eventos passados, que assume o papel de reconhecer e preservar a trajetória da instituição.

6.2 A dimensão documental

(8) A Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória

O documento da Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar é composto de três partes principais: Política de Informação, Política de Comunicação e Política de Memória. Essas três dimensões são vistas de forma integrada, ou seja, de modo a possibilitar as múltiplas relações entre elas com base em eixos comuns de trabalho. Por essa razão, todas elas trazem contribuições para entendermos a complexidade da questão da memória na universidade.

Da Política de Informação destacamos a compreensão da informação como um bem público que, no contexto universitário, atravessa as dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Ressaltamos também o entendimento de que a informação, como bem público, requer um processo de democratização, respeitando suas múltiplas fontes, grupos, atores.

Da Política de Comunicação, repete-se o compromisso com a democratização dos processos. Destaca-se também o reconhecimento de que a comunicação é estratégica e transversal às atividades acadêmicas, o que vai ao encontro das necessidades integradoras de uma unidade de memória.

Por fim, a Política de Memória assume uma função agregadora e centralizadora do processo de gestão da memória institucional – esta que deve ser cultivada em todos os espaços. A democratização, a colaboratividade e a interatividade, como princípios norteadores das Políticas de Informação e Comunicação, têm muito a beneficiar à Política de Memória, dado que o estudo, a salvaguarda e o desenvolvimento da memória requer a integração de diferentes áreas do conhecimento e, portanto, equipes de trabalho multidisciplinares.

(8.1) O documento de criação da UMMA

A Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA) tem como objetivo “[...] preservar a memória, a história sociocultural evidente no patrimônio – material e imaterial - da UFSCar [...]”, abrangendo alguns objetivos específicos, a fim de melhor operacionalizar suas atividades.

Algumas das metas da UMMA incluem: (a) promover a integração de estudos e pesquisas, com a finalidade de desenvolver a identificação, conservação, organização e disponibilização dos acervos relacionados à trajetória da UFSCar; (b) identificar e organizar os acervos em diversos formatos e suportes, produzidos pela UFSCar ao longo de sua história; e (c) promover um espaço de interação, voltado para a comunidade interna e externa, e para a realização de atividades de educação patrimonial; entre outros. Para que esses objetivos sejam alcançados é estabelecida a criação de grupos de trabalho, com estudos e pesquisas de forma multi/inter/transdisciplinar.

A expectativa da UMMA é resultar tanto na criação de teorias quanto de boas práticas relacionadas à memória. Entre esses elementos, apontamos: 1) o próprio estabelecimento de critérios a fim de identificar o valor histórico das coleções e documentos; 2) o estabelecimento de espaços e técnicas de conservação de diversas coleções; 3) após a identificação dessas coleções, o próprio desenvolvimento de metodologias que visem a organização das mesmas; 4) a disponibilização de acervos e coleções históricas, tendo em vista seu acesso e proveito dos bens que foram produzidos

pelas instituições; 5) a criação de espaços de formação; e 6) a realização de outras atividades relevantes, importantes para o desenvolvimento da unidade de memória.

Podemos dizer, em certo grau, que a variedade de ações previstas pelo documento da UMMA condiz com a própria ideia de uma universidade e sua missão.

(9) As iniciativas localizadas em oito universidades federais e seus principais elementos

Identificamos, em oito universidades pesquisadas, iniciativas relacionadas à salvaguarda da memória científica e institucional. Os principais elementos analisados foram os vínculos e os tipos de coleções que cada uma possui. No caso dos vínculos, identificamos que, em sua maioria, tais iniciativas estão vinculadas ao SIBI e ao GR. A subordinação a essas estruturas reflete a forma como a memória é desenvolvida, estruturada, e que tipos de profissionais estão relacionados às suas atividades. No que se refere às coleções, identificamos o predomínio dos seguintes tipos: textual/documental, museológica, iconográfica, bibliográfica, científica, cartográfica, audiovisual, arquitetônica, artísticas e culturais.

6.3 A dimensão propositiva

Por fim, visando esboçar uma possível resposta para o último objetivo específico (10) proposto nesta pesquisa (ou seja, o de elaborar possíveis proposições para a UMMA), optamos por construir um quadro comparativo. O ponto de partida para a construção desse quadro foi o documento da Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar, da qual destacamos o artigo 57º e seus incisos, que são apresentados na primeira coluna. Na segunda coluna, buscamos identificar aspectos do documento de criação da UMMA que podem atender às demandas da Política Integrada. Por fim, na terceira coluna, apresentamos proposições, a título de possíveis contribuições para o documento da UMMA. Estas proposições podem fazer referência a questões mais gerais ou mais específicas de cada trecho do documento.

É importante destacar que, para a elaboração dessas proposições, utilizamos como base não apenas a comparação direta entre os dois documentos, mas também os referenciais teóricos do trabalho e aspectos das iniciativas das Universidades Federais, relacionadas à salvaguarda da memória. Este quadro é apresentado a seguir.

QUADRO 1: PROPOSIÇÕES PARA A UMMA

<p>NA POLÍTICA INTEGRADA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA (CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE MEMÓRIA, Artº 57)</p>	<p>NA PROPOSTA DA UMMA (OBJETIVOS, AÇÕES, INICIATIVAS)</p>	<p>PROPOSIÇÕES PARA A UMMA</p>
<p>Art. 57º – Fica prevista nesta Política, assim que houverem as condições necessárias para tal, a criação de um Centro de Memória da UFSCar, responsável pelo estabelecimento e aplicação de políticas de preservação da memória institucional.</p>	<p>(Objetivo geral) da UMMA é “[...] preservar a memória histórica, sociocultural evidente no patrimônio – material e imaterial - da UFSCar [...]</p>	<p>(1) Incorporar os conceitos de memória científica e institucional, em uma perspectiva ampla, complexa e dinâmica, a fim de ampliar a conceituação de memória da proposta da UMMA.</p> <p>(2) Apresentar definições assumidas de documento e informação, incorporando a noção de “informação como coisa”, sem excluir outras visões de informação, e uma visão de documento ampla, englobando diversos formatos e suportes.</p> <p>(3) Indicar que a UMMA poderá utilizar a concepção de Centro de Memória, em função de seu caráter híbrido (no sentido multi/interdisciplinar), ou seja, de possuir uma estrutura que articule características dos museus, arquivos e bibliotecas, embora não necessariamente utilize a nomenclatura Centro de Memória.</p>
<p>I Preservar o Patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar;</p>	<p>(Objetivo específico) b) identificar e organizar os acervos, de natureza histórica, sejam eles bibliográficos, iconográficos, documentais, filmográficos, sonoros, cartográficos e museológicos e outros, produzidos pela UFSCar ao longo de sua história;</p>	<p>(4) Na pesquisa exploratória algumas novas coleções foram identificadas e podem servir de base para o desenvolvimento das mesmas na UMMA. Entre essas coleções destacamos: científica, audiovisual, arquitetônica, artística e cultural.</p>

<p>II Desenvolver ações voltadas ao letramento informacional e a Educação Patrimonial;</p>	<p>(Objetivo específico) a) promover um espaço de interação, convivência, garantindo à comunidade, interna e externa, o acesso e a fruição dos bens culturais gerados pela UFSCar (Ações) 5) a criação de espaços de formação (espaço físico);</p>	<p>(5) Incorporar a ideia de que as ações da UMMA podem vir a se desenvolver não apenas em um espaço fixo, mas também de forma ampla e difusa, agregando diversos ambientes da universidade, possibilitando múltiplas relações, interações com diversos setores da instituição, assim como suas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a UMMA poderia assumir uma característica rizomática.</p>
<p>III Explicitar as inter-relações entre os atores no que diz respeito aos ciclos e fluxos do conhecimento, informação e dados, bem como dos documentos;</p>	<p>(Objetivo específico) c) promover a integração de estudos e pesquisas inter multi e trans disciplinares visando desenvolver teorias e boas práticas para identificação, conservação, organização e disponibilização dos acervos e coleções históricas da UFSCar;</p>	<p>(6) Identificar se as inter-relações serão de caráter multi, inter ou transdisciplinar. Identificar que tipos de projetos, ações ou grupos de trabalho necessitam de cada tipo de abordagem. Ou seja, indicar qual ação poderá ser multi, qual poderá ser inter e qual poderá ser transdisciplinar. Essa sugestão pode tornar mais clara a divisão de tarefas e a organização dos GTs, uma vez que as abordagens inter e transdisciplinares exigem o estabelecimento de objetivos comuns entre as equipes e a existência de uma coordenação geral desses grupos.</p>
<p>IV Criar ações para demonstrar a importância da preservação da memória tanto material como imaterial da UFSCar;</p>	<p>(Ações) 4) disponibilização de acervos e coleções históricas, tendo em vista seu acesso e proveito dos bens que foram produzidos pela instituição; 5) a criação de espaços de formação</p>	<p>(7) Incorporar, como parte das ações de educação patrimonial, discussões sobre o conceito de memória científica em sua complexidade, tendo em vista os diversos ambientes em que ela se apresenta e os</p>

	(espaço físico); 6) a realização de outras atividades relevantes, importantes para o desenvolvimento da unidade de memória.	diversos atores que fazem parte desse processo.
V Executar as diretrizes desta política para produção, aquisição, processamento, armazenamento, disseminação e preservação do conhecimento, informação e dados no âmbito da UFSCar;	(Ações) 1) próprio estabelecimento de critérios a fim de identificar o valor histórico das coleções e documentos; 2) o estabelecimento de espaços e técnicas de conservação de diversas coleções; 3) identificação dessas coleções, o próprio desenvolvimento de metodologias que visem a organização das mesmas;	(8) Para fins do estabelecimento dos critérios, basear-se na particularidade da estrutura da UFSCar, da estrutura da sua Política de Informação, Comunicação e Memória, bem com da própria ideia de como a memória científica se desenvolve, em ambientes distintos que se complementam. (9) Para desenvolver as diretrizes da Política Integrada, incluir elementos teóricos e metodológicos dos três lugares de memória (Museu, Arquivo, Biblioteca).
VI Produzir e preservar a informação para necessidades específicas;	(Ações) “Dada a complexidade da temática e sub temáticas certamente será necessário compor vários grupos de Grupos de Trabalho (GTs) para desenvolver estudos para avançar nas bases teóricas e desenvolvimento de instrumentos e técnicas capazes de implantar a política de formação de e desenvolvimento de coleções [...]	(10) Estabelecer a relação entre os termos: GTs, Coleções, ambos apresentam algumas semelhanças no que se refere a seus propósitos. (11) Criação de um mapa conceitual que explicita as múltiplas relações entre os GTs, possivelmente incorporando características de um rizoma: múltiplas conexões, ausência de uma hierarquia, dinâmico e aberto (podendo a todo momento criar novas conexões).

<p>VII Colaborar para o pleno funcionamento das unidades já estabelecidas no sentido de garantir a organização e a difusão dos acervos já existentes e de outros a serem incorporados;</p> <p>VIII. Apoiar as Bibliotecas, os arquivos e as coleções museológicas e demais espaços de informação e memória presentes nos campi das UFSCar para promover o valor da informação como um bem social, pelo qual os integrantes de uma sociedade e comunidade compartilham uma base informacional em comum.</p>	<p>(Iniciativas da UFSCar) A Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM); o Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE), vinculado à Biblioteca Comunitária (BCo); o Arquivo Ana Lagoa (AAL).</p>	<p>(12) Identificar, junto às iniciativas existentes na UFSCar, possibilidades para a criação de medidas ou objetivos que tenham a finalidade de salvaguardar a memória científica e institucional da UFSCar.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Podemos verificar, pelas proposições acima elaboradas, que elas incorporam algumas discussões importantes para o desenvolvimento do conceito de memória científica adotado nesta pesquisa. Entre essas discussões, notamos a presença da nossa leitura sobre o conceito de rizoma, complexidade e multi/inter/transdisciplinaridade.

O conceito de rizoma nos sugere uma possível representação para a multiplicidade das conexões entre os diversos objetos, atores, espaços e áreas do conhecimento relacionados com a memória científica. O seu caráter de ramificação, heterogêneo, dinâmico e aberto, possibilita pensar a ciência e a memória como passíveis de incorporarem esses adjetivos. De certa forma, o conceito de rizoma pode dialogar com a ideia de complexidade.

A complexidade, além de apresentar muitas das características do rizoma, pode também agregar novas características, como por exemplo: relação do uno com o múltiplo, relação entre a parte e o todo, bem como a multi/inter/transdisciplinaridade, estas últimas podem ser vistas como uma marca da complexidade. O pensamento complexo pode ser trabalhado como base para a compreensão da memória científica. Essa memória pode ser construída em vários ambientes por vários grupos. Da mesma forma que o pensamento complexo e o rizoma, a memória científica pode ser reconstruída, ressignificadaa todo momento.

Podemos ressaltar que o próprio quadro de proposições, aqui apresentado, ilustra de certo modo essa complexidade, ao mostrar os diversos tipos de contribuições para a criação de uma unidade de memória no contexto universitário.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral proposto para esta pesquisa foi: refletir sobre os elementos que possam subsidiar a proposição de – ou complementação da definição do que possa vir a ser caracterizado enquanto – uma memória científica e institucional no âmbito de instituições Federais de ensino superior (IFES), tendo em vista contribuir, ao mesmo tempo, para a complementação e validação conceitual da proposta de criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), criada em 2017.

Para que pudéssemos compreender o que seria essa memória científica, a primeira seção foi destinada à elaboração desse conceito. Com base em autores diversificados, como Merton, Latour e Kuhn, apresentamos uma visão de ciência ampla, entendida como construção humana permeada por diversas relações sociais. Trouxemos para essa discussão o conceito de rizoma de Deleuze e Guatarri e o pensamento complexo de Morin. Desenvolvemos uma visão de memória como um fenômeno coletivo, com base em Halbwachs e Le Goff. Concluímos com uma visão de memória científica como um conceito marcado pela coletividade e complexidade.

Na segunda seção, realizamos a discussão na esfera da Ciência da Informação e suas áreas de conhecimento afins (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia), bem como suas respectivas unidades, estas denominadas pela literatura como “lugares de memória”. Alguns conceitos foram importantes a serem discutidos, entre eles: os conceitos de documento e informação, bem como de multi, inter e transdisciplinaridade. Com caráter híbrido, debatemos o Centro de Memória e a questão da coleção versus acervo.

Na terceira seção, foi feito um breve histórico sobre a UFSCar e sua relação com a memória científica. Trouxemos também a minuta da Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar, bem como o documento de criação da UMMA. De forma complementar, realizamos uma pesquisa exploratória, buscando identificar iniciativas relacionadas à memória científica e institucional em IFES. Nesse levantamento, identificamos em oito universidades pesquisadas os vínculos, as nomenclaturas, as concepções e, sobretudo, as coleções que cada uma possui. Nosso foco maior foi sobre os vínculos e as coleções.

Por fim, na seção de resultados, retomamos cada um dos objetivos específicos da pesquisa, e trouxemos possíveis respostas para cada um deles, englobando aspectos conceituais, documentais e propositivos. Esse estudo culminou com a elaboração do quadro

propositivo apresentado na seção de resultados. Nesse quadro, destacamos que as proposições se beneficiaram tanto dos fundamentos teóricos da pesquisa, quanto das análises documentais e da pesquisa exploratória referente às iniciativas existentes nas IFES.

A intenção deste trabalho e das proposições elaboradas foi oferecer sugestões a fim de complementar o documento de criação da UMMA, bem como indicar possíveis caminhos para o seu futuro desenvolvimento. Como sugestão para futuras investigações, indicamos a necessidade de construção de uma política de identificação, representação e salvaguarda mais específica, relacionada ao detalhamento de coleções para a própria UMMA.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Eliane Morelli. Memória Científica: A importância da preservação documental. In: XX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE. 2010. Franca. **Anais...** Franca: ANPUH-SP, 2016. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Eliane%20Morelli%20Abrah%E3o.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação ?. **Informação & Informação**. v. 19, n. 1, 2014.
- AULETE. Acervo. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/acervo>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. (Publicações Técnicas, n. 51). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em 1 jun. 2018.
- BRASIL. Decreto-lei nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> .Acesso em: 1 jun. 2018.
- BRASIL. Decreto-lei nº 11.904, 14 Janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museu e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- BELLOTTO, Heloísa. Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 [1896]
- BRITO, Verônica Martins de. A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz a ciência. In: Encontro Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2012. Brasília. **Anais...** Brasília: ENANCIB, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/view/1928/1069>>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- BUCKLAND, Michel Keeble. Information as Thing. **Journal of the American Society for Information Science**; v. 42, n.5, p. 351-360, jun. 1991.
- CALVINO. Ítalo. Seis Propostas para o próximo milênio. Lições americanas. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CAMARGO, Ana Maria, GOULART, Silvana. **Centros de memória**: Uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CHAGAS, Mário. Cultural, patrimônio e memória. **Revista Museu**, [Rio de Janeiro], mai. 2005. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_asp?id=5986>. Acesso em: 1 jun. 2018.

CPF SESC. **Arquivos ou Centros de Memória?**. Palestra com a historiadora Ana Maria Almeida Camargo. SESC Memória. 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gWI-GfNNI3s>>. Acesso em 1 jun. 2018.

COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. Esboço do organograma da UMMA. Figura. 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução ao Rizoma. In:____. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 96 p. (Coleção TRANS).

DESIDEIRO, Mônica; FERREIRA, Ana Paula Florenzano. Desafios da gestão universitária. In: **XVSEGet. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 30, 31/out. 01/nov. Resende, RJ: AEDB, 2004. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/artigos2004.php?pag=GP:>> Acesso em: 30 jul. 2018

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013, p. 32. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018

DIAS, Eliane Monteiro de Santana; SILVA, Adriane Oliveira de Andrade. Construção do saber e da memória científica a partir das Coleções Especiais da BHCS. In: XVII Encontro da História da Anpuh-Rio. 2016. Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2016. Disponível em:<http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471206698_ARQUIVO_ElianeMonteirodeSantanaDias.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

DURKHEIM, Émile. **Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática, 2011.

EL KHOURI, Mauro. Michel. Rizoma e educação: contribuições de Deleuze e Guattari. In: **Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social-ABRAPSO**, Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2009.

FERNÁNDEZ, Luiz Alonso. **Museologia y museografía**. Col. Cultura Artística dirigida por Joan Sureda i Pons. Barcelona: EdicionesdelSerbal, 2001

FERREIRA, Amauri. **Amauri Ferreira**: Bergson-Hábito e memória, 11/03/2016. 2016a. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4KifzTFNS8E>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

____. **A percepção como seleção de imagens**, 04/03/2016, 2016b. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4KifzTFNS8E>. Acesso em 1 jun. 2018

FONSECA, Edson Nery. **Introdução à Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, Maria . Odilia. Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FONTANELLI, SILVANA APARECIDA. **Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária**. São Paulo, 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, S. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. *An. mus. Paul*, 2014, v. 22, n.2, p.11-34.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HANDFAS, E. R.; GRANATO, M.; LOURENCO, M. C. O patrimônio cultural universitário de ciência e tecnologia: os acervos da universidade federal do rio de janeiro. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 17, 2016.

HERRERASENJO, Tomás. **Filosofia para Profanos- Deleuze/Rizoma**. Entrevista com MaiteLarrauri. 2017. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4h9DZs9cwE0>>. Acesso em: 1 jun 2018

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General Teoria y Practica**. Sevilla: Servicio de publicaciones de la diputación de Sevilla, 1991.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Manual de la museologia**. [s.l]: Editorial Síntesis, 1994.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Art 215**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_215.pdf.> Acesso em: 1 jun. 2018a.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Art 216**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf> Acesso em: 1 jun. 2018b.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1994.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000. 438 p.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LITTON, Gaston. **Arte e ciência da biblioteconomia**. Tradução: Lélia Galvão Caldas Cunha. São Paulo: Editora McGraw- Hill do Brasil, LTDA, 1975.

LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. Museus, Museologia e Informação Científica: uma abordagem interdisciplinar. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. **Museu e Museologia**: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro: MAST, 2009.

MARTINS, Roberto de Andrade. Como preservar a memória científica nas universidades. In: **I Encontro de Arquivos Científicos**. Fundação Casa Rui Barbosa/ Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro: MAST, 2003.

_____. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: Unicamp, 1992. p. 27-48.

MENESES, Ulpiano Toledo Meneses. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes (Org). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp: FAPESP, 1999. P.11-29.

MERTON, Robert King. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/ Editora 34, 2013. 304 p.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Paulo: Difusão, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. n.10, p. 9-28, dez. 1993.

ORTEGA, Cristina. Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **Datagramazero**: revista de ciência da informação, v. 5, n. 5, out. 2004.

Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002048/e908b9a74b0fb8f5aff3bd1881ee66b2/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

OTLET, Paul. Documentos e documentação. In: **CONGRESSO MUNDIAL DA DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL**. 1937. Paris. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet>. Acesso em: 16. mai. 2017.

RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. **Biologia Vegetal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A, 1996.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã** : uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivista e museológicas. 4. ed. rev. e ampl. Brasília DF: Edição de autor, 2005.

PAES, Marilena. Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SILVEIRA, Fabricio Jose N. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 15, n.3, p. 67 -86, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/05.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade, fundação e autoritarismo**: o caso da UFSCar. São Paulo: Estação da Liberdade; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?. São Paulo, **Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários/FEBAB**, Nova série, v.1, n.2, p. 27-36, 1999.

SOARES. Bruno C, Brulon. Caminhos da Museologia: Transformações de uma ciência do museu. **Senatus**, Brasília, v. 7 , n. 2, p. 32-41, dez. 2009.

TANUS, Gabrielle Francinne S. C.; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Proximidades conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 09).

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

UFSCAR. **Estatuto da Universidade Federal de São Carlos**. 1990. Disponível em: http://www.soc.ufscar.br/arquivos/regimentos/estatutoufscar_alterado.pdf. Acesso em 01 jul. 2018.

UFSCAR. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI. **A construção do Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2004. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-da-ufscar-.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

UFSCAR. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI. **Versão Final aprovada pelo Conselho Universitário em 20/12/2013**. 2013. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/diretrizes-gerais-especificas-e-para-gestao-do-espaco-fisico>. Acesso em: 30 jul. 2018.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

ANEXO I

ANEXO A - POLÍTICA INTEGRADA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA

O texto abaixo é uma proposta elaborada por Grupo de Trabalho formado por representantes da Coordenadoria de Comunicação Social, Biblioteca Comunitária e por alguns docentes do Departamento de Ciência da Informação. Essa proposta foi encaminhada para a Comissão instaurada pela Portaria GR 294/09, que deve avaliar seu teor e encaminhar para aprovação do Conselho Universitário (ConsUni).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS- UFSCar

Portaria nº xx/xx

Estabelece a Política de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual como resultado de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UFSCar;

CONSIDERANDO a necessidade de democratizar o conhecimento e permitir o acesso aberto às informações, a fim de contribuir para maior visibilidade da UFSCar;

CONSIDERANDO a necessidade de legitimar a produção intelectual, ampliando a interação entre os grupos de pesquisa da UFSCar com seus pares nacionais e internacionais, a fim de incentivar a produção do conhecimento;

CONSIDERANDO a necessidade de fornecer indicadores para otimizar a gestão de investimentos em ensino, pesquisa e extensão, tanto para captação de recursos como para identificação de novas áreas;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar e manter um sistema de comunicação pública da Ciência e Tecnologia desenvolvida na UFSCar;

CONSIDERANDO a importância da preservação e difusão da memória histórica tanto da UFSCar como da própria região e do país; e

RECONHECENDO a importância de implementar ações que garantam o registro e a disseminação da produção intelectual da UFSCar;

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar.

Art. 2º – Implantar o Sistema Integrado de Gestão da Informação, Comunicação e Memória (SIICOM) da UFSCar.

§ 1º – O SIICOM é constituído pelas unidades gestoras de Informação, Comunicação e Memória e tem como premissa a constituição de um espaço de atuação integrada para gestão dos recursos e infraestrutura da Universidade de forma a obter efetivos processos e fluxos de produção, disseminação e memória.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE MEMÓRIA

Art. 52º - Na UFSCar, a preservação da memória institucional, regional e nacional é entendida como uma ação transversal que permeia todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, fortalecendo o compromisso social da Instituição.

Parágrafo único – É obrigação de toda unidade da UFSCar manter organizada, preservada e com possibilidade de acesso toda a documentação gerado em seu âmbito de atuação.

Art. 53 – A UFSCar reconhece a definição do CONARQ para gestão documental e aponta como objetivo dessa ação a promoção da transparência administrativa, eficácia no auxílio decisório, rapidez no acesso a informações, redução na massa documental destituída de valor probatório, padronização da documentação e racionalização de custos.

§ 1º – Recursos de Informática devem ser utilizados para gestão documental de forma a obter a eficácia destas ferramentas conjugadas, possibilitando a implementação dos objetivos de que trata este artigo na fase de produção, tramitação, uso e destinação final dos documentos.

§ 2º – A SIn deve prever, no desenvolvimento de sistemas, todos os aspectos necessários para efetiva gestão de documentos da Universidade, prevendo adequados ciclos da produção ao uso, fluxos de circulação internos e externos de dados.

§ 3º – Sempre que possível, deve haver a integração de sistemas de forma que não haja duplicação de informações, sejam estabelecidos adequados fluxos de informação e a Instituição possa obter indicadores e estatísticas para auxílio na gestão administrativa.

Art. 54º - É responsabilidade da administração central da Universidade prover as condições institucionais para a manutenção e preservação dos acervos históricos, do Sistema de Bibliotecas e de outros acervos de unidades acadêmicas e administrativas.

Art. 55 – Visando aprimorar esta Política, fica instituída Comissão Provisória de Memória da UFSCar.

§ 1º - A Comissão Provisória será formada por representantes de XX, indicados pela Administração Superior.

§ 2º – São atribuições da Comissão que trata este artigo:

- I. Propor os termos para criação do Sistema de Arquivos da UFSCar;
- II. Propor normas administrativas para tratamento documental, desde a geração do documento até sua eliminação, com padrões determinados dos campos necessários para um registro

completo e eficaz, assim como os procedimentos estabelecidos pela Arquivologia Moderna, determinados pelas três idades do documento, ou seja, arquivo corrente, arquivo intermediário, arquivo permanente e armazenagem devida;

III. Propor Manual Técnico com Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo, com objetivo de possibilitar o planejamento de estratégias de guarda e de preservação de documentos de arquivo, de acordo com sua temporalidade e destinação;

IV. Propor condições de organização integrada, guarda e acesso público às coleções de objetos artísticos e de valor histórico de posse da UFSCar;

V. Orientar como deve ocorrer a formação de acervos, coleções físicas ou digitais – inclusive as próprias da Educação a Distância – e a aquisição por compra, doação ou permuta;

VI. Estabelecer critérios para o recebimento de coleções, de valor histórico, por meio de doação;

VII. Conceber a constituição dos arquivos institucionais por meio de Tabela de temporalidade e outros instrumentos específicos da Arquivologia;

VIII. Propor diretrizes específicas para formação e manutenção de fundos, coleções e acervos fotográficos e de outros registros de natureza audiovisual;

IX. Propor mecanismos de avaliação e descarte documental, dos diferentes tipos de coleção, considerados critérios para avaliação em relação à raridade, à importância local e regional dos objetos (artísticos ou não) e documentos, bem como seu valor para o patrimônio arquitetônico, arqueológico e paisagístico (natural e antrópico);

X. Indicar critérios e sistemas de curadoria para as coleções formadas por obras de artes e outras de valor para o patrimônio cultural da Universidade;

XI. Indicar as diretrizes para criação de Fundos, sistemas de classificação documental, de catalogação, inventário etc;

XII. Estabelecer critérios para a digitalização, automação e difusão das coleções digitais dos objetos históricos da UFSCar;

XIII. Apresentar indicadores para a integração dos sistemas de bibliotecas, arquivos, museus etc;

XIV. Debater sobre a digitalização e necessidade de uso mais eficiente de espaço, julgando a necessidade de manutenção de formato original de certas informações, bem como o acompanhamento das mudanças tecnológicas em relação às mídias ou suporte;

XV. Debater sobre a disseminação de informações, a restrição de dados de natureza especial e a proteção da privacidade pessoal e institucional desde que respeitada a legislação e os tratados nacionais e internacionais;

XVI. Apresentar para administração superior as necessidades de contratação de pessoal especializado para plena e adequada condução desta política, bem como das necessidades de capacitação contínua dos profissionais envolvidos com as atividades de informação e memória da UFSCar;

XVII. Refletir sobre outros temas envolvidos com esta Política de Memória, em especial a liberdade e equidade de acesso aos repositórios, acervos, coleções e espaços de memória; os direitos autorais; as prioridades de disseminação; responsabilidades de preservação e disseminação, entre outros que julgados pertinentes neste âmbito.

Art. 56º – O planejamento, construção, adaptação e reforma de espaços físicos para armazenagem de documentos e outros objetos relacionados à memória da UFSCar devem seguir os preceitos específicos e técnicos do CONARQ, especificamente as Recomendações para a Construção de Arquivos.

Art. 57º – Fica prevista nesta Política, assim que houverem as condições necessárias para tal, a criação de um Centro de Memória da UFSCar, responsável pelo estabelecimento e aplicação

de políticas de preservação da memória institucional

Parágrafo único – Serão responsabilidades do Centro de Memória da UFSCar:

- I. Preservar o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar;
- II. Desenvolver ações voltadas ao letramento informacional e a educação patrimonial;
- III. Explicitar as inter-relações entre os atores no que diz respeito aos ciclos e fluxos do conhecimento, informação e dados, bem como dos documentos;
- IV. Criar ações para demonstrar a importância da preservação da memória tanto material como imaterial da UFSCar;
- V. Executar as diretrizes desta política para produção, aquisição, processamento, armazenamento, disseminação e preservação do conhecimento, informação e dados no âmbito da UFSCar;
- VI. Produzir e preservar a informação para necessidades específicas;
- VII. Colaborar para o pleno funcionamento das unidades já estabelecidas no sentido de garantir a organização e a difusão dos acervos já existentes e de outros a serem incorporados;
- VIII. Apoiar as Bibliotecas, os arquivos e as coleções museológicas e demais espaços de informação e memória presentes nos campi das UFSCar para promover o valor da informação como um bem social, pelo qual os integrantes de uma sociedade e comunidade compartilham uma base informacional em comum.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58º – A implementação desta Política deve ser acompanhada por uma Comissão Permanente, nomeada pelo Reitor, por um período de 4 (quatro) anos, que poderá se reunir a qualquer tempo em virtude de necessidades específicas.

Parágrafo único – Esta Política deve ser revista num prazo máximo de 4 (quatro) anos.

Art. 59º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar

**CONTRIBUIÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DA UNIDADE
MULTIDISCIPLINAR DE MEMÓRIA E ARQUIVO HISTÓRICO NA UFSCar
(UMMA)**

Proposta apresentada, a partir de sínteses de discussões em grupos de trabalho, leitura de documentos institucionais e interesse de pesquisa pela temática.

São Carlos, outubro de 2016

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	3
2	BREVE CARACTERIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS- MATERIAL E IMATERIAL - DA UFSCar	6
2.1	Bem cultural material: diversidade do acervo institucional da UFSCar	8
2.2	Patrimônio históricos imaterial	8
3	OBJETIVOS	8
4	CONDIÇÕES MINIMA PARA INICIO DOS TRABALHOS	8
4.1	Formação de grupos de trabalho	8
4.2	Espaço físico	
4.3	Estabelecimento de Memória da UFSCar	
4.4	Instituição de programa de voluntariado	
4.5	Formas de financiamento	
5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
	REFERÊNCIAS	
	ANEXO A - POLÍTICA INTEGRADA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA	13

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Neste texto explicita-se a urgente necessidade de criação de um espaço que o se convencionou, neste momento, de Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo da UFSCar (UMMA), com a finalidade de garantir o registro, a guarda, a organização e o acesso da memória científica, acadêmica, extensionista e administrativa, bem como o patrimônio cultural da UFSCar. Tal Unidade terá como foco a promoção da identificação, coleta e reunião de coleções, sua sistematização e preservação, resultando em na geração de fontes informativas e na difusão da memória garantindo, assim, o acesso democrático, tanto da comunidade interna, quanto externa à informação acumulada na UFSCar, ao longo de seus quase inoventa anos de existência.

De acordo com Chauí (1995) os espaços que visam à formação (como escolas, cursos, seminários e etc.), à informação (como bibliotecas, centros de documentação, arquivos históricos e museus), à reflexão crítica (memória oral, memória social e política) e ao lazer e à solidariedade social (como eventos de música e dança, exposições, dentre outros), tornando visível as criações e os sujeitos culturais do cotidiano (além dos criadores de obras de arte e de pensamento), garantindo o acesso da população aos bens culturais e à criação cultural, ampliação, assim, as atividades de extensão universitária. A existência de *lócus*, dessa natureza, para abrigar e disponibilizar diferentes coleções cumpre um importante papel, pois Chauí (1995, p. 84) deve-se dar “[...]ênfase ao caráter expressivo, experimental e diversificado da criação cultural como trabalho [...] expandir a rede de serviços culturais que [...] às camadas populares, o acesso à informação e às formas mais avançadas da produção cultural. Permitindo, ainda, à ampliação do sentido da cultura, com a criando de espaços de encontro de pessoas para discussões, troca de experiências e apropriação de conhecimentos artísticos, científico e técnicos.

Segundo Bellotto (1991) um traço comum entre as unidades de informação, ou seja: “Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus é que elas têm a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico.”

Para Chauí (1995, p. 71) seria desejável que “os servidores públicos se considerassem cidadãos a serviço de outros cidadãos, em lugar de funcionários do aparelho estatal [...] tratava-se de quebrar o poderio burocrático, fundado na hierarquia, no segredo do cargo e na rotina, isto é, em práticas antidemocráticas, uma vez que a democracia funda-se na igualdade (contra a hierarquia), no direito à informação (contra o segredo) e na invenção de novos direitos segundo novas circunstâncias (contra a rotina).

Nesse sentido, a Universidade tem um papel importante ao contribuir para a garantia de acesso e de fruição dos bens culturais gratuitos por meio dos serviços públicos de cultura (bibliotecas, arquivos históricos, cursos, oficinas, seminários, além de espetáculos teatrais e cinematográficos, gratuidade das exposições de artes plásticas, que inclua trabalhos ligados aos movimentos sociais e populares, publicação de livros e revistas dentre outros etc.), potencializando “[...] o direito à informação, sem a qual não há vida democrática” (CHAUÍ, 1995, 82).

A partir do entendimento de (CHAUÍ, 1995) cultura resulta “[...] do trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento; como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais.

Do ponto de vista administrativo, tratava-se de fazer com que os servidores públicos se considerassem cidadãos a serviço de outros cidadãos, em lugar de funcionários do aparelho estatal. Em outras palavras, tratava-se de quebrar o poderio burocrático, fundado na

hierarquia, no segredo do cargo e na rotina, isto é, em práticas antidemocráticas, uma vez que a democracia funda-se na igualdade (contra a hierarquia), no direito à informação (contra o segredo) e na invenção de novos direitos segundo novas circunstâncias (contra a rotina) (CHAUÍ, 1995, p. 71).

Barreto (1994, p.1), também contribui na perspectiva de se justificar a importância que tem a criação de uma unidade de informação no formato desta proposta quando diz que:

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisseia individual no espaço e no tempo. A importância que a informação assumiu na atualidade pós-industrial recoloca para o pensamento questões sobre a sua natureza, seu conceito e os benefícios que pode trazer ao indivíduo e no seu relacionamento com o mundo em que vive.

Em se tratando da preservação da memória institucional, deve-se contemplar: tanto os bens materiais, como os bens culturais ou os aspectos imateriais. Para tanto apresentam-se as possíveis contribuições do projeto intitulado “Memória imaterial da UFSCar: metodologia para o reconhecimento, identificação e descrição dos bens culturais”.

A memória ou seja o caráter imaterial o patrimônio histórico, tem como sujeito as comunidades, os indivíduos e os grupos e como foco o reconhecimento do seu patrimônio cultural. A transmissão entre gerações faz com que o patrimônio cultural imaterial seja transmitido e recriado pelas comunidades em razão do meio envolvente, da sua história e interação com a natureza.

Tais fatos conferem à comunidade os sentidos de identidade, pertencimento e continuidade, promovendo em seu meio o respeito à criatividade humana e a diversidade cultural.

No Brasil, na década de 80, com a promulgação da Constituinte em 1988, em seu artigo 216, define como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

A partir de então foram criados mecanismos por intermédio do Ministério da Cultura - MINC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para tratamento desse legado tão importante para a preservação da cultura humana.

As universidades públicas federais brasileiras, assim como a UFSCar, a UFSCar vem, ao longo do tempo, demonstrando o seu reconhecimento da importância de desenvolver de ações que fortaleçam e consolidem a implementação de uma “Política integrada de comunicação, informação, cultura, arte e memória”, conforme explicita o “Objetivo 3” do Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), postado no Ministério da Educação (MEC), em vigor no período de 2013 a 2017). Também corroboram com esta temática as Metas 3.3 - Implantar o Repositório Institucional, cujo modelo proposto pela UFSCar, prevê a disponibilização de documentos históricos da UFSCar, digitalizados. Essa ações contribuem, sobremaneira, para a concretização da Meta 10.1 - Consolidar a política de transparência no acesso à informação pública, na UFSCar.

2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS- MATERIAL E IMATERIAL - DA UFSCar

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional destina-se a identificar e proteger um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, tais como: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os das cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Segundo o IPHAN, são considerados tipos de patrimônio:

I as formas de expressão; II os modos de criar, fazer e viver; III as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Na UFSCar identificou-se alguns tipos de bens culturais de natureza material e imaterial, conforme apresentados nos Quadros 1 e 2, apresentados a seguir.

Quadro 1 - Exemplos de patrimônio cultural material na UFSCar

Tipo de patrimônio material:	Ocorrência:
Suporte e Sino da área sul	Objeto remanescente da antiga fazenda onde hoje encontra-se instalada a UFSCar.
Prédio da Reitoria	Conjunto arquitetônico elaborado para atender a Administração Superior da UFSCar.
Prédio da antiga Biblioteca Central, atual prédio do CECH	Um dos primeiros prédios construídos na UFSCar.
Prédio da ProGPe	Residência do proprietário da antiga fazenda onde hoje encontra-se a área física da UFSCar.
Mobiliário antigo	Móveis produzidos na Seção de Marcenaria da UFSCar
Observatório astronômico da UFSCar	Projeto arquitetônico desenvolvido especialmente para a atividade de “observar” o universo.
Teses e Dissertações desenvolvidas na UFSCar.	Material bibliográfico que registra o conhecimento gerado na UFSCar.

Quadro 2 - Exemplos de patrimônio cultural imaterial na UFSCar

Tipo de patrimônio imaterial:	Ocorrência:
Celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos	TUSCA – Taça Universitária São Carlos; Concerto de Natal; Universidade aberta;
Formas de expressão	Slogans como: “UFSCar: a pequena notável”;

	Slogans em comemoração a cada quinquênio da fundação da UFSCar: “O conhecimento como compromisso”; Qualidade e ousadia”; “Construindo conhecimento e cidadania”; “35 anos de interação com a sociedade”; “UFSCar – Presente para o futuro”
Modos de criar e fazer	Práticas de ensino diferenciada; ACIEPs, Orquestra Experimental.
Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial	Expressão “BIXO”; Gritos de guerra na calourada
Expressões artísticas	Grafitagem no Palquinho; Bateria da UFSCar
Conhecimentos e práticas relacionados à natureza, lugares e ao universo	Trilha da natureza; Observatório astronômico da UFSCar; Dia do cerrado; Visita ao Pôr do Sol.
Técnicas artesanais tradicionais	Marcenaria da UFSCar
História oral	Relatos de histórias e acontecimentos sobre pessoas e suas relações com a UFSCar; Entrevistas com os Gestores da UFSCar.

No que se refere a implantação do Repositório Institucional, caso da UFSCar, foi concebido de forma a abranger também materiais relacionados à história e à memória institucional.

Um repositório institucional (RI) pode ser definido como um conjunto de serviços a serem oferecidos pela Universidade para a gestão e disseminação de materiais criados pela Instituição e sua comunidade (docentes, discentes e técnico-administrativos). Nele podem ser incluídos documentos acadêmicos – como artigos, materiais didáticos etc. –, administrativos e, também, materiais relacionados à história e à memória institucional. A constituição de um Grupo de Trabalho, constituído pela portaria GR n° constituído pela Portaria GR 1137/15, de 13/02/2015, reconduzido pela Portaria GR 1370/15, de 29/07/2015, com a finalidade de elaborar proposta de “Projeto de Repositório Institucional da UFSCar”. A constituição possibilitou a realização de estudos, de elaboração de proposta e de política de funcionamento que resultou na do Repositório da UFSCar implantação (em andamento). Nesse momento, além da Política para o RI houve, também, a proposição de modelos para a sua governança, com constituição de uma Comissão Assessora de Memória.

2.1 Bem cultural material: diversidade do acervo institucional da UFSCar

Em recente levantamento intitulado “Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar” apresentado e aprovado no “Edital Especial de Apoio à Realização de Atividades de Extensão com Temática Específica sobre a Memória da Universidade em Comemoração aos 45 anos da UFSCar em 2015”, lançado pela Pró-Reitoria de Extensão e coordenado pela Professora Luzia Sigoli Fernandes Costa, com o auxílio da bolsista Ana Tereza de Pádua Oliveira, pode-se observar uma gama muito diversificada de registros de informação sobre os bens culturais de natureza material, dispersos pelas UFSCar, em São Carlos.

Partindo-se dos preceitos da teoria arquivística onde se tem o agrupamento dos documentos pelo critério de gênero documental, pode-se afirmar que a UFSCar conta com um rico acervo forma por coleções muito diversa de grande valor. Esse acervo, a saber: documento audiovisual (slides, fitas cassete, fitas VHS), bibliográfico de cunho histórico, arquivísticos, cartográfico (mapas), cinematográfico (filmes), documento iconográfico (gravuras, cartazes, folders), micrográfico (microfichas) e textual (relatórios, cartas, etc.). Conta também com coleções museológica, originárias das práticas científicas (objetos de laboratório) tecnológicas (equipamentos e acessórios), de expressões artísticas (mosaicos em pedra de Clemencia PecorariPizzigatte), além de significativo acervo fotográfico e outras expressões artísticas e culturais. A UFSCar conta também com troféus, junto ao Departamento de Esportes, conquistados por desportistas renomados como “João do Pulo” e “Nando Reis” e equipes de esportes da UFSCar, entre outros.

Alguns espaços de arquivo e memória já foram institucionalizados como o Arquivo Ana Lagoa que conta com uma grande quantidade de documentos, de produção externa, doados a UFSCar, por exemplo, documentos da história política do Brasil, relativos a temas como Forças Armadas, Ditadura Militar. A Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) detém várias coleções desde livros e periódicos, em especial de literatura e educação, além de objetos museológicos relacionados à África, como a Coleção Thereza Santos, cedida à UFSCar, por intermédio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Trata-se de belíssimas peças da cultura africana que representam entidades e personagens de sua história. A UEIM reúne, também, o arquivo administrativo e histórico do CECH e uma parcela significativa de documentos históricos da UFSCar, como fotos antigas e outro, bem como reúne documentos históricos da cidade de São Carlos e região. Essas unidades estão vinculadas ao Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH).

Outro *locus* institucionalizado é o Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE), vinculado a Biblioteca Comunitária (BCo), campus São Carlos, contendo coleções de obras especiais e dentre elas A Biblioteca e Museu e Arquivo pessoal do sociólogo Prof. Dr. Florestan Fernandes, que recebeu a denominação no projeto “Memória do Mundo” da UNESCO/Arquivo Nacional no ano de 2009. O DeCORE conta com inúmeras obras especiais, primeiras edições autografadas de autores renomados como Carlos Drummond de Andrade, Ligia Fagundes Telles, Jorge Amado, entre outros.

Unidades acadêmicas, como laboratórios, departamentos e outros, vinculadas ao Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) contam com acervos e coleções importantes não institucionalizadas, tais como: unidades de pesquisas que deram origem a coleções de grande valor científico, como Borboletário, Herbáreo, não institucionalizados, como também as coleções de pedras, em especial, a coleção de fósseis, que necessita de espaço físico específico, tendo em vista o grande volume das peças, sua fragilidade e raridade. Vale lembrar que essa coleção registra a vida na pré-história o que contribui para o conhecimento do passado, agregando valor ao presente e registro para o futuro.

Como resultado do levantamento “Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar” registra-se, ainda, equipamentos pertencentes ao Departamento de Física (DeF), utilizados em feiras e eventos internos da UFSCar. São equipamentos específicos para experimentos físicos.

A Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) também conta com as edições históricas da publicação como “Informando” e “Clipping” que registram o dia-a-dia da UFSCar, os movimentos estudantis, bem como os principais acontecimentos na instituição. Reúne também um grande número de fotografias as quais registram os principais eventos da UFSCar, como visitas de autoridades, inauguração de prédios, entre outros acontecimentos.

O Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar (SIBi-UFSCar) foi instituído em 2014 pela Resolução CoAd 069/2014 e tem por finalidade desenvolver as políticas de gestão administrativa e informacional das bibliotecas da instituição, nos quatro campi – São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino - inclusive das suas coleções especiais.

Todas essas coleções estão urgindo das práticas de inventário, higienização, tombamento, descrição, inserção em base de dados e disponibilização para o público.

2.2 Patrimônio históricos imaterial

O patrimônio imaterial de cada instituição requer estudos e adoção de metodologias que permitam identificar, caracterizar, organizar e disponibilizar, de acordo com a pertinência, o patrimônio cultural imaterial da UFSCar.

Esse patrimônio tem como base as pessoas com suas memórias e referências, as celebrações e expressões culturais, entre outras. Tradicionalmente, o método adotado para registro do patrimônio imaterial são os depoimentos e histórias orais. Documentos como “Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN”, acrescidos de adequações necessárias à Instituição e à natureza dos bens patrimoniais, são essenciais para a prática de identificação e registros desses dos bens culturais da UFSCar.

3 OBJETIVOS

A institucionalização desses acervos e coleções em um lócus que se convencionou chamar de Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo na UFSCar (UMMA) está calcada no objetivo principal preservar a memória, a histórica sociocultural evidente no patrimônio – material e imaterial - da UFSCa, com os seguintes objetivos específicos:

- a) promover a integração de estudos e pesquisas inter multi e trans disciplinares visando desenvolver teorias e boas práticas para identificação, conservação, organização e disponibilização dos acervos e coleções históricas da UFSCar;
- b) identificar e organizar os acervos, de natureza histórica, sejam eles bibliográficos, iconográficos, documentais, filmográficos, sonoros, cartográficos e museológicos e outros, produzidos pela UFSCar ao longo de sua história;
- c) promover um espaço de interação, convivência garantindo a comunidade, interna e externa, o acesso e a fruição dos bens culturais gerados pela UFSCar

4 CONDIÇÕES MINIMA PARA INICIO DOS TRABALHOS

As condições para implantação da unidade em questão deve ser considerada as suas diferentes etapas de implantação e as variáveis como equipe, espaço físico, financiamento e outras.

4.1 Formação de grupos de trabalho

O início das ações pode se dar com a criação de grupo e subgrupo de trabalho que se dedicam aos estudos e pesquisas multi/inter/transdisciplinar visando desenvolver teorias e boas práticas sobre temas de interesse tais como:

- ✓ estabelecimento de critérios para identificação do valor histórico das coleções e documentos;

- ✓ constituição de espaços e técnicas de conservação das diferentes coleções;
- ✓ desenvolvimento de metodologias para organização de coleções específicas como: bibliográficos, iconográficos, documentais, filmográficos, sonoros, cartográficos, museológicos entre outras;
- ✓ disponibilização dos acervos e coleções históricas, garantindo a interação, convivência e o acesso e a fruição dos bens culturais gerados pela UFSCar;
- ✓ promoção de espaços de formação;
- ✓ outras atividades pertinentes.

“Dada a complexidade da temática e sub temáticas certamente será necessário compor vários grupos de Grupos de Trabalho (GTs) para desenvolver estudos para avançar nas bases teóricas e desenvolvimento de instrumentos e técnicas capazes de implantar a política de formação de e desenvolvimento de coleções no que tange ao processo de avaliação para instruir a aquisição por compra, o recebimento de doações, contratos de comodatos, recusa de coleções ou itens, orientações para desbaste e descarte, inclusive com a padronização da documentação que respalde atuação da Unidade quanto a vinculação e desvinculação de itens da coleção.

4.2 Espaço físico

A questão do espaço físico deve ser considerada em duas perspectivas: imediata e provisória e de médio prazo e adequado as necessidades.

A destinação de um espaço imediatamente, garantiria o desenvolvimento do objetivo “a) que compreende a identificação e a promoção de estudos e pesquisas multi/inter/transdisciplinar visando desenvolver teorias e conhecimento de boas práticas para identificação, conservação, organização e disponibilização dos acervos e coleções históricas da UFSCar.

O espaço necessário em médio prazo seria único e apropriado todas essas coleções que se encontram dispersas, e em sua maioria, sem tratamento físico e acondicionamento adequado, sem pertencimento oficial à UFSCar, e ainda, invisível e inacessível e, portanto, desconhecida da comunidade interna e externa.

Os espaços que considerados vitais para o desenvolvimento das ações numa unidade como a que está sendo proposta seriam:

- ✓ Áreas de estudos e coordenação dos trabalhos de trabalho.
- ✓ Áreas para abastecimentos, preparação e guarda de coleções (almoxarifado, reserva técnica, etc.).
- ✓ Área de tratamento técnico dos acervos (bibliográfico, museológico, tridimensionais, etc.).
- ✓ Área para Recebimento/avaliação de material,
- ✓ captação de imagens e conversão de mídias;
- ✓ Área para formação e educação patrimonial (cursos de extensão e outras modalidades de formação)
- ✓ Áreas de apoio à pesquisa e à difusão cultural

- ✓ Área de convivência (com cafeteria, livraria, etc.)
- ✓ Área para realização de eventos culturais
- ✓ Área de Apoio à Pesquisa e à Difusão Cultural;
- ✓ Área de recepção, consulta e pesquisa
Área para exposições temporárias e permanentes
- ✓ Área externa condizente para a realização de feiras, oficinas, exposições e atividades diversas ao ar livre.

4.3 Estabelecimento da política de Memória da UFSCar

Desde 2010, quando ocorreu o 1º seminário de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar, desde então muito se avançou sobre essa questão. Foi produzido um texto completo e submetido a avaliação de uma comissão, constituída por portaria GR, mas que não concluiu os trabalhos. No entanto, quando da elaboração da proposta de implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) e do Repositório Institucional (RI) as partes relativas as políticas dessas unidades foram atualizadas e incorporadas nas propostas de criação SIBi, em de 2014 e do RI e aprovada no ConsUni em 2016.

Na oportunidade de implantação da Unidade proposta poderá ser revista e atualizada a parte que trata especificamente o texto do Capítulo III, que trata da “Política de Memória”, conforme texto do Anexo A.

4.4 Instituição de programa de voluntariado

A exemplo de instituições renomadas como a UNESCO, de âmbito mundial, eventos internacionais como as Olimpíadas 2016 no Brasil e nacionais como é o caso do Hospital Israelita Albert Einstein, os programas de voluntariado têm se tornado uma prática cada vez mais praticadas e valorizadas pelo seu alcance social.

No Hospital Albert Einstein, o programa de voluntariado teve seu início em 1955 com a criação do título de agradecimento pela forma como os judeus foram acolhidos no Brasil, posteriormente passou a atender a todos sem distinção de raça, cor, credo ou religião.

O referido Hospital conta com “uma incansável equipe de mais 500 pessoas faz do trabalho voluntário do Einstein uma referência em cidadania, responsabilidade social e amor ao próximo, levando esperança para quem precisa de atenção e conforto”.

São Carlos, cidade identificada como polo educacional conta com uma população de jovens universitários e, principalmente, uma população bem formada e experiente que já cessaram suas atividades regulares, vinculada às instituições e ensino e pesquisa, com potencial interesse e disponibilidade para contribuir com um programa de voluntariado dessa natureza. Portanto, vislumbra-se tal prática na UFSCar, haja vista as considerações positivas do Hospital Albert Einstein sobre o tema cujo programa conta com homens e mulheres – de diferentes idades, classes sociais, religiões e formação profissional – comprometidos com a missão de promover na sociedade, com excelência de qualidade, a humanização, a transformação social e a geração de conhecimento, por meio do trabalho voluntário consciente e profissional, diferenciando da visão tradicional pela forma de acesso, desenvolvimento da atividade e, principalmente, pelas práticas de reconhecimento.

Para tanto, é desejável a criação de dispositivos de reconhecimento do trabalho voluntário, com contrapartidas que agregam valor à essa atividade que se inicia com um processo de seleção, por meio de Edital que explicitaria o esperado do candidato em termo de formação, habilidades profissionais e sociais e interesse. Estes cidadãos voluntários, contribuiriam em todas as etapas de desenvolvimento da unidade, desde a captação de recursos a até a disponibilização de produtos e serviços aos usuários finais e, assim, criando

sustentabilidade para a continuidade do próprio programa. Assim, a oficialização deste programa na UFSCar, por um lado, agregaria valor às atividades específicas da Unidade em questão e para a Universidade e, por outro lado, bem como aos cidadãos voluntários e para a cidade e a sociedade, de modo geral.

4.5 Formas de financiamento

Um projeto dessa envergadura não sobrevive sem financiamento externo. Nesse sentido, visualiza-se algumas oportunidades para angariar recursos, tais como: projetos de extensão a ser submetidos ao editais, projetos de pesquisa a ser submetidos a editais. Existem também organismos nacionais e internacionais que são apoiadores de atividades voltadas para a preservação da história e da memória.

Outra modalidade promissora, porém ainda pouco usual em instituições públicas, é o **Financiamento coletivo** (*crowdfunding*). Trata-se de um conceito criado pelo empresário e entusiasta americano Michael Sullivan em 2006 com precedentes para arrecadação de fundos para filantropia que incluem iniciativas como Teleton, Criança Esperança, enchentes no Brasil em Santa Catarina (2008), Nordeste (2010) e Rio de Janeiro (2011).

O autor da primeira publicação no Brasil sobre esse tema, Vinicius Maximiliano, relata que essa é uma prática que utiliza as redes sociais para divulgação digital do seu projeto que fica aberto para receber doações em troca de prêmios e outros incentivos. O valor rateado por milhares de doadores torna-se muito pouco para quem contribui e muito para quem recebe: esse é o princípio básico do crowdfunding. Modalidade esta, usada para descrever especificamente ações na Internet com o objetivo angariar recursos para ações de artes, cultura e outras de interesse coletivo como, por exemplo, jornalismo cidadão, pequenos negócios e *start-ups*, iniciativas de desenvolvimento de software livre e ajuda a causas de interesses coletivos de uma comunidade, cidade, regiões, país ou países.

No Brasil, as iniciativas bem sucedidas encontram-se nas esferas social. No entanto o segmento de cultura e memória encontra-se, ainda, muito incipiente, prometendo sucesso para o futuro. Esses segmentos possuem características próprias, dependendo do país e sua legislação específica sobre o tema, sendo que todos os segmentos possuem referências mundiais e projetos bem sucedidos, em todas as áreas e tipos institucionais.

A título de registro, existe um doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), se propondo a estudar esta modalidade de financiamento de financiamento voltado para temas relacionados a cultura e a memória, adequado aos setor público, mais especificamente, para o Caso de universidades públicas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o desejo, tanto por parte dos gestores como da comunidade da UFSCar em geral, da existência de um *lócus* que abrigue, cuide e dissemine o conhecimento e expressões artísticas e culturais acumulados na ao longo do tempo.

No entanto, sabe-se que esta não é uma tarefa fácil, envolve conhecimento multi/inter/transdisciplinar, apoio da alta gestão e envolvimento de um grupo grande pessoas para garantir implantação, governança e sustentabilidade em longo prazo.

Entende que uma universidade não pode se furtar do seu compromisso social e de torna r o conhecimento, de diferente natureza, público ao alcance da sociedade. No caso da

UFSCar, pela sua tradição extensionista esse movimento torna-se ainda mais significativo em função dos seus princípios de democratização do conhecimento gerado.

Como tem acontecido ao longo da sua existência, UFSCar tem se mostrado sempre propensa a inovação e sendo assim, acredita-se que ousaria a experimentar um programa diferenciado, um novo modo de financiamento, entre outros aspectos.

Para finalizar, enfatiza-se que esta proposta só pode ser escrita devido ao apoio recebido tanto da gestão superior da UFSCar, em especial da equipe do Gabinete do Reitor, em especial da Profa Elizabeth Márcia Martucci, da Pró-Reitora de Extensão Profa. Claudia Maria Martinez e tantas outras pessoas que participaram de uma trajetória de construção ao longo dos últimos 5 anos, iniciando com o primeiro grupo que idealizou o 1º Seminário de Informação e Memória, em 2010, a Comissão que elaborou o Plano de Cultura da UFSCar, em 2015 entre outros fatos geradores de ideias e explicitação de anseios da comunidade da UFSCar.

REFERÊNCIAS

Albert Einstein – Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Departamento de Voluntários: uma história de doação e amor com a marca da excelência do Einstein.

Disponível em: http://www.einstein.br/responsabilidade-social/voluntariado?hc_location=ufi. Acesso em 13.09.2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em:

< <http://www.e-iasi.org/cinfor/quest/quest.htm>>. Acesso em: 07 set. 2016.

Financiamento coletivo. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Financiamento_coletivo#cite_note-adital-3. Acesso em 12.09.2016

BELLOTTO, H. L. **O que é centro de documentação.** Disponível em:

<http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf>

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, n.23, p. 71-84, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1990.